

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
PSICOSSOCIOLOGIA DE COMUNIDADES E ECOLOGIA SOCIAL - EICOS

MICROPOLÍTICAS DO “EXAGERO”: ENFRENTAMENTO COMUNITÁRIO À
PANDEMIA DA COVID-19 NO RIO DE JANEIRO

Maira Bruna Monteiro Santana

Rio de Janeiro
2022

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
PSICOSSOCIOLOGIA DE COMUNIDADES E ECOLOGIA SOCIAL - EICOS

MICROPOLÍTICAS DO “EXAGERO”: ENFRENTAMENTO COMUNITÁRIO À
PANDEMIA DA COVID-19 NO RIO DE JANEIRO

Pesquisa apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social do Instituto de Psicologia, na Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social.

Orientação: Profa. Dra. Beatriz Akemi Takeiti

Co-orientação: Prof. Dr. Thiago Benedito Livramento Melicio

Rio de Janeiro
2022

CIP - Catalogação na Publicação

S775m Santana, Maira Bruna Monteiro
Micropolíticas do "exagero": enfrentamento
comunitário à pandemia da COVID-19 no Rio de Janeiro
/ Maira Bruna Monteiro Santana. -- Rio de Janeiro,
2022.
100 f.

Orientadora: Beatriz Akemi Takeiti.
Coorientador: Thiago Benedito Livramento Melicio.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do
Rio de Janeiro, Instituto de Psicologia, Programa
de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e
Ecologia Social, 2022.

1. COVID-19. 2. Necropolítica. 3. Micropolítica.
4. Cartografia. 5. Psicossociologia de Comunidades.
I. Takeiti, Beatriz Akemi, orient. II. Melicio,
Thiago Benedito Livramento, coorient. III. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Instituto de Psicologia

Programa EICOS – Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social

Ata de Defesa de Mestrado

Às **11:30 hs** do dia **10/05/2022**, o(a) aluno(a) **MAIRA BRUNA MONTEIRO SANTANA** (registro nº. **120008192**), se submeteu à banca examinadora composta pelos Professores Doutores - membros efetivos: Beatriz Akemi Takeiti (orientadora e presidente da banca), CPF nº 259.447.918-70, Thiago Benedito Livramento Melicio, CPF nº 218.779.728-78, Ricardo Lopes Correia, CPF nº 339.227.528-02 e André Bocchetti, CPF nº 623.236.363-61; membros suplentes: Maria Paula Cerqueira Gomes, CPF nº 956.901.827-53 e Maria Cristina Gonçalves Vicentin, CPF nº 013.798.748-07. O trabalho do(a) aluno(a), intitulado **“Micropolíticas do “exagero”: enfrentamento comunitário à pandemia da COVID-19 no Rio de Janeiro”** foi: (**X**) aprovado, devendo entregar a versão final encadernada no prazo de 60 dias; () aprovado condicionalmente, devendo apresentar os ajustes exigidos pela banca, no prazo máximo de 90 dias*; () reprovado. **APROVADO(A)**, o(a) aluno(a) faz jus ao título de **Mestre em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social**. Na forma regulamentar, foi lavrada a presente ata que é abaixo assinada pelos membros da banca e pelo(a) aluno(a).

Banca:

Orientador(a): Beatriz Akemi Takeiti

Aluno(a): Maira B H Santana

Beatriz Akemi Takeiti

Maira B H Santana

Beatriz Akemi Takeiti

Maira B H Santana

Observações:

A banca indica a realização dos ajustes necessários apontados durante a defesa da dissertação. Em atendimento às Resoluções da UFRJ, eu, Profa. Beatriz Akemi Takeiti, presidente da banca avaliadora, confirmo que todos os membros assinalados na ata participaram da defesa de mestrado, de modo virtual.

Atestado de cumprimento das exigências*

O(A) aluno(a) cumpriu as exigências e a partir desta data e tem _____ dias para entregar a versão final encadernada.

Beatriz Akemi Takeiti

Assinatura do Orientador

Data: 10/05/2022.

Andre Cavalcante era professor
amigo de todos e pai do Pedrinho.

O Bruno Campelo seguiu se caminho
Tornou-se enfermeiro por puro amor.

Já Carlos Antônio, era cobrador
Estava ansioso pra se aposentar.

A Diva Thereza amava tocar
Seu belo piano de forma eloquente
Se números frios não tocam a gente
Espero que nomes consigam tocar.

Elaine Cristina, grande paratleta
fez três faculdades e ganhou medalhas

Felipe Pedrosa vencia as batalhas
Dirigindo uber em busca da meta.

Gastão Dias Junior, pessoa discreta
na pediatria escolheu se doar

Horácia Coutinho e seu dom de cuidar
De cada amigo e de cada parente.

Se números frios não tocam a gente
Espero que nomes consigam tocar.

Iramar Carneiro, herói da estrada
foi caminhoneiro, ajudou o Brasil.

Joana Maria, bisavó gentil. E Katia Cilene uma mãe dedicada.

Lenita Maria, era muito animada

baiana de escola de samba a sambar

Margarida Veras amava ensinar
era professora bondosa e presente.
Se números frios não tocam a gente
Espero que nomes consigam tocar.

Norberto Eugênio era jogador
piloto, artista, multifuncional.

Olinda Menezes amava o natal.

Pasqual Stefano dentista, pintor
Curtia cinema, mais um sonhador
Que na pandemia parou de sonhar.
A vó da Camily não vai lhe abraçar
com Quitéria Melo não foi diferente.
Se números frios não tocam a gente
Espero que nomes consigam tocar.

Raimundo dos Santos, um homem guerreiro

O senhor dos rios, dos peixes também

Salvador José, baiano do bem

Bebia cerveja e era roqueiro.

Terezinha Maia sorria ligeiro
cuidava das plantas, cuidava do lar

Vanessa dos Santos era luz solar
mulher colorida e irreverente.

Se números frios não tocam a gente
Espero que nomes consigam tocar.

Wilma Bassetti vó especial
pra netos e filhos fazia banquete.
Yvonne Martins fazia um sorvete
Das mangas tiradas do pé no quintal
Zulmira de Sousa, esposa leal
falava com Deus, vivia a rezar.
O X da questão talvez seja amar
por isso não seja tão indiferente
Se números frios não tocam a gente
Espero que nomes consigam tocar.

(Versos da canção de luta e de luto "Inumeráveis" de autoria de Braulio Bressa e cantada por Chico César, em homenagem aos vitimados pela pandemia da COVID-19)

“Ele que tinha um trato de viver fincado nesta fala desejo:

– A gente combinamos de não morrer.

– Deve haver uma maneira de não morrer tão cedo e de viver uma vida menos cruel. Vivo implicando com as novelas de minha mãe. Entretanto sei que ela separa e separa com violência os dois mundos. Ela sabe que a verdade da telinha é a da ficção. Minha mãe sempre costurou a vida com fios de ferro. Tenho fome, outra fome. Meu leite jorra para o alimento de meus filhos e de filhos alheios. Quero contagiar de esperanças outras bocas.”

(Conceição Evaristo em Olhos D'Água)

*Dedico esta produção a todas e todos os vitimados
pelas políticas de morte e extermínio,
não só pandêmicas, mas quaisquer que sejam.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a CAPES pela concessão da bolsa, possibilitando a realização desta pesquisa.

Agradeço ao primeiro grande encontro da minha vida, minha mãe, Janaina.

Agradeço à Iara pela familiaridade que surge da consanguinidade, mas que não se encerra nela.

Agradeço à Luiza pelas caminhadas em dupla, irmandade e pelos modos de vida “esquisitanalista”.

Agradeço ao Albert por todo o afeto e companheirismo durante as trajetórias – muitas vezes – indissociáveis entre os percursos deste mestrado e dos processos de sobrevivência da pandemia em si. Você foi e segue sendo essencial. Obrigada por tanto!

Agradeço à minha orientadora maravilhosa Beatriz Takeiti por ser alento, bom encontro e mar calmo diante as turbulências de um mestrado pandêmico.

Agradeço ao meu co-orientador Thiago Melicio, que, desde a graduação segue sendo um querido mestre.

Agradeço imensamente aos membros da banca, Ricardo Correia e André Bocchetti.

Por fim, agradeço todas às migas, compas e cunha pela força no processo de escrita. Vocês sabem quem são!

RESUMO

O que se pensava ser um surto de pneumonia em Wuhan, na China, no final de 2019, tornou-se o maior acontecimento global dos últimos tempos. Diante do agravamento da situação, a Organização Mundial da Saúde (OMS) decretou em março de 2020 a pandemia do novo coronavírus ou Sars-CoV-2, agente causador da COVID-19. O entendimento é que a pandemia do novo coronavírus intensifica e escancara precarizações de ordens diversas, tendo chegado ao território brasileiro diante de um cenário de crise territorializada no crescente neoconservadorismo e neoliberalismo bolsonaristas, de forma que com a pandemia, os níveis de agitação da malha social se intensificam e convulsionam a níveis jamais vistos. A presente pesquisa, de cunho cartográfico, objetiva compreender o que a pandemia do COVID-19 faz ver e faz falar das micropolíticas do “exagero” em comunidades fluminenses. Para isso, utilizaremos a cartografia como método de investigação a fim de acompanhar os processos das iniciativas de enfrentamento à COVID-19 nos territórios de comunidades do Rio de Janeiro. Os itinerários da presente cartografia possuem alguns caminhos a serem mencionados e descritos a seguir. Um deles é a pesquisa de campo, realizada sobretudo a partir de conversas com os colaboradores de pesquisa, onde a entrevista é orientada por um roteiro que tem como função apenas oferecer fronteiras aos rumos da investigação, mas sem a intenção de capturar as respostas desses colaboradores. Outra parada consiste em uma análise acerca da problemática da fome e da importância de autonomia e segurança alimentar, haja visto que a distribuição de alimentos consiste na maior das estratégias do enfrentamento pandêmico aqui cartografadas. As micropolíticas do “exagero” tornam possível ver, tanto as forças das necropolíticas dos bolsonegacionismos que vitimaram, até aqui, mais de 660 mil pessoas, quanto as máquinas e fluxos desejanteres que seguem produzindo linhas de fuga, alteridade em espaços urbanos e possibilidades no tocante à resistência e de valorização da vida em territórios de comunidades e favelas vulnerabilizados pela pandemia no Rio de Janeiro.

Palavras-chave: Pandemia; Necropolítica; Micropolítica; COVID-19; Psicossociologia de Comunidades.

ABSTRACT

What was thought to be an outbreak of pneumonia in Wuhan, China, in late 2019 has become the biggest global event in recent times. In the face of the worsening situation, the World Health Organization (WHO) decreed in March 2020 the pandemic of the new coronavirus or Sars-CoV-2, the causative agent of COVID-19. The understanding in this paper is that the new coronavirus pandemic intensifies and opens up precariousness of different orders, having arrived in Brazilian territory in the face of a territorialized crisis scenario in the growing Bolsonaroista neoconservatism and neoliberalism, so that with the pandemic, the levels of unrest in the social fabric intensify and convulse to unprecedented levels. The present research, of a cartographic nature, aims to understand what the COVID-19 pandemic makes us see and talk about the micropolitics of “exaggeration” in Rio de Janeiro communities. To achieve this, we will use cartography as a research method in order to monitor the processes of initiatives to combat COVID-19 in the territories of communities in Rio de Janeiro. The itineraries of the present cartography have some paths to be mentioned and described below. One of them is the field research, carried out mainly from conversations with research collaborators, where the interview is guided by a script whose function is only to provide boundaries to the directions of the investigation, but without the intention of capturing the answers of these collaborators. Another stop consists of an analysis of the problem of hunger and the importance of autonomy and food security, given that food distribution is the largest of the pandemic coping strategies mapped here. The intention of the micropolitics of “exaggeration” is to map both the forces of the necropolitics of bolsonaristic denialism have victimized, so far, more than 660 thousand people in Brazil, as well as the machines and desiring flows that continue to produce lines of escape, alterity in urban spaces and possibilities in the regarding resistance and appreciation of life in territories of communities and favelas made vulnerable by the pandemic in Rio de Janeiro.

Key words: Pandemic; Necropolitics; Micropolitics; COVID-19; Community Psychosociology.

FOLHA DE APROVAÇÃO

Título: Micropolíticas do “exagero”: enfrentamento comunitário à pandemia da COVID-19 no Rio de Janeiro

Dissertação submetida ao Corpo Docente do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre.

Aprovada por:

Profa. Dra. Beatriz Takeiti - Orientadora

Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social - EICOS/UFRJ

Prof. Dr. Thiago Benedito Livramento Melicio - Co-orientador

Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social - EICOS/UFRJ

Prof. Dr. Ricardo Lopes Correia

Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social - EICOS/UFRJ

Prof. Dr. André Bocchetti

Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro - PPGE/UFRJ

Rio de Janeiro
2022

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1. Print do Instagram Stories postado por Felipe Berin acerca de nosso encontro
- Figura 2. Vista da minha janela. Ao fundo o morro da Cachoeirinha, ou paisagem-cúmplice
- Figura 3. Sorrisos mascarados na entrevista presencial com a galera d’A Voz do Lins
- Figura 4. Videochamada com Millena Ventura, da Frente Cavalcanti
- Figura 5. Dossiê do canal de comunicação A Voz do Lins, do bairro do Lins de Vasconcelos
- Figura 6. Cestas de alimentos do projeto Lins Solidário
- Figura 7. Dossiê da ONG Casa de Santa Ana, da comunidade de Cidade de Deus
- Figura 8. Montagem de cestas de alimentos na ONG Casa de Santa Ana
- Figura 9. Dossiê do Projeto Jaca contra o Corona, da comunidade do Jacaré
- Figura 10. Felipe Berin junto às cestas de alimentos doadas pelo Jaca contra o Corona
- Figura 11. Dossiê do coletivo Frente de Mobilização da Maré, da comunidade da Maré
- Figura 12. Post do Instagram do coletivo Frente de Mobilização da Maré
- Figura 13. Dossiê do projeto Rocinha Resiste, da comunidade da Rocinha
- Figura 14. Post do Instagram do coletivo Rocinha Resiste com os dizeres “Nem bala, nem fome, nem Covid 19: o povo quer viver”
- Figura 15. Dossiê do coletivo Frente Cavalcanti, do bairro do Cavalcanti
- Figura 16. Ação de doação de quentinhas pela Frente Cavalcanti
- Figura 17. Produtos de higiene destinados à doação pelo Frente Cavalcanti
- Figura 18. Mapa das micropolíticas do “exagero”

SUMÁRIO

NOTAS INTRODUTÓRIAS.....	13
INTRODUÇÃO.....	17
1. ABRINDO OS CAMINHOS: A METODOLOGIA QUE SE FAZ CAMINHO AO CAMINHAR.....	18
2. O “PLANETA FOME”: DISPOSITIVO, POLÍTICAS PÚBLICAS E MAQUINÁRIO DE GUERRA.....	29
2.1 - O “planeta fome”: desemaranhando o fio do dispositivo pandêmico.....	29
2.1.1 - “Você tem fome de quê?”: autonomia alimentar e segurança alimentar.....	34
2.2 - Cartografando legislações e disputando narrativas.....	37
3. O CONSTITUIR-SE NO ENCONTRO E OS ENCONTROS QUE CONSTITUEM PACTOS DE VIDA.....	41
3.1 - Percursos rizomáticos da pesquisa.....	41
3.2 - Redes vivas de existência.....	49
3.3 - Adiando o fim do mundo: trabalho de campo e rede.....	51
3.3.1 - Voz do Lins - Lins de Vasconcelos.....	51
3.3.2 - Casa de Santa Ana - Cidade de Deus.....	54
3.3.3 - Jaca contra o Corona - Jacaré.....	56
3.3.4 - Frente de Mobilização da Maré - Maré.....	58
3.3.5 - Rocinha Resiste - Rocinha.....	60
3.3.6 - Frente Cavalcanti - Cavalcanti.....	62
3.4 - Redes em movimento.....	65
4. MICROPOLÍTICAS DO “EXAGERO”.....	68
4.1 - O viver e o deixar morrer pandêmicos: gestão da vida e da morte.....	68
4.2 - Micropolíticas do “exagero”: por uma Psicossociologia de/com/para comunidades.....	74
4.3- “A gente combinamos de não morrer”: pactos de vida e políticas de resistência.....	77
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	81
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	86
ANEXOS.....	91

NOTAS INTRODUTÓRIAS

O exercício de me localizar em relação à pesquisa, ou seja, me implicar em relação à mesma, remonta à minha relação com a Psicologia. Tal relação foi bastante conflituosa durante alguns anos, de forma que após meu ingresso na universidade, a Psicologia que me foi apresentada não me cabia. Não bastassem os desafios de ser uma mulher, negra, periférica, e cotista na universidade pública, mesmo quando a universidade em questão era a UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), e mesmo quando essa é a primeira universidade pública do Brasil a implementar cotas para negros e indígenas como política racial afirmativa, era complicado até imaginar que ao final desta jornada eu seria psicóloga quando a Psicologia à minha disposição, e, portanto o saber que eu deveria assimilar era positivista, cartesiano, binário, cognitivista, intrapsíquico, branco, burguesa, universalista... Parte das agruras de transitar aos 20 e poucos anos por espaços de poder e produção de conhecimento como esse, era não me enxergar ali dentro. Foi um desafio imenso ser outros.

Saliento que “ser outros”, nesse caso, não se refere somente a processos de desterritorialização que engendram deslocamentos e, portanto, possibilidades outras de ser e estar no mundo, mas também falo de ser plural, de me entender dotada de singularidades mesmo quando minha existência é transversalizada por agenciamentos coletivos como ser mulher, negra, de santa (Eparrey, Iansã!), LGBT, psicóloga clínica, esquizoanalista, pesquisadora, entre outras encruzilhadas e esquinas identitárias que estão em jogo a todo momento, e cujos entendimentos também surgiram durante a graduação.

Hoje em dia, já psicóloga, entendo que não é como se a descrição que fiz acima acerca da Psicologia a mim apresentada durante grande parte da graduação não me coubesse, porque caberia — ainda que não perfeitamente — se tivesse feito determinados esforços, mas a questão é que ela não me servia, e eu não precisava me formar dentro daquelas premissas de produção de saber. E, bom, isso subverte toda a narrativa! O ponto de ruptura foi minha entrada num projeto de iniciação científica em Psicologia comunitária que se daria no DEGASE¹ (Departamento Geral de Ações Socioeducativas do Estado do Rio de Janeiro). Na época, eu já havia passado por um processo intenso de politização e assimilação dos agenciamentos coletivos raciais. O agir-militante, ali, já permeava minhas perspectivas, foi justamente a partir da inserção por aqueles novos territórios político/acadêmicos – e que

¹ Órgão estadual que executa medidas de socioeducação de jovens em conflito com a lei em consonância com o Estatuto da Criança e do Adolescente (lei 8069/90)

certamente contribuíram para a pesquisa que se apresenta hoje – trazendo comigo um corpo efervescente e intensamente sedento por mudar o mundo que tive alguns encontros arrebatadores, transformadores, e pude entender que não havia Psicologia, mas Psicologias. À época também comecei a materializar a psicóloga que hoje se implica e a cartógrafa que acompanha processos munida de seu corpo e de sua caixa de ferramentas. É importante salientar que a sede de mudar o mundo não arrefeceu, mas veio, e segue deixando alguns desses instrumentos pelo caminho, ao passo em que forja outros.

Ao adentrar os territórios que institucionalizavam o cumprimento de medida socioeducativa de privação de liberdade, encontrar aquelas adolescentes (minhas companheiras e cúmplices no processo de tornar-me psicóloga, como afetuosamente as descrevo) e debruçarmos-nos sobre os modos de vida e subjetivação no DEGASE feminino, me deparei com o fato de que muitas ouviam e se expressavam afetivo-melodicamente através do *rap*. A melodia de seus modos de vida conduziram à última parada no itinerário (de)formativo da graduação, onde meu projeto de conclusão de curso debruçou-se sobre o potencial de reinvenção de vida e resistência advindas das expressões contraculturais do *rap* e do *hip-hop* enquanto movimento juvenil negro e periférico. As encruzilhadas de meu processo formativo, mas sobretudo deformativo conduziu à noção de que o território da Psicologia ao qual assento meu conhecimento e arreio meus despachos é crítico, estético, político e insurgente.

Ainda na graduação, tive o desejo de desenvolver um projeto a nível de mestrado que cartografasse safáris em favelas e, com o intuito de corporificar o investimento em tal desejo, ingressei como mestranda no EICOS (Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social do Instituto de Psicologia da UFRJ) no ano de 2020. Concomitantemente ao meu ingresso teve início a pandemia, onde o antigo projeto de entrada no programa perdeu completamente o sentido, assim como o mundo ao qual conhecíamos antes.

A desenvoltura com que (d)escrevo os itinerários desse processo violento e angustiante, não faz jus aos desconfortos da vida remota, de isolamentos, como se não fosse suficiente, de um mestrado inteiramente pandêmico.

Concomitante aos passos às cegas em que todos dávamos a fim de conduzir a vida acadêmico-pandêmica no EICOS, às intensidades do processo de desinvestimento afetivo e

perda de sentido do projeto inicial, e enquanto soterrados pelas notícias e informes midiáticos da pandemia, duas delas chamaram atenção e contribuíram para que o antigo projeto de turismo de base comunitária ficasse definitivamente pelo caminho.

A primeira foi a midiaticização das mobilizações comunitárias de enfrentamento à pandemia da/na comunidade/com a comunidade de Paraisópolis em São Paulo² em abril de 2020. Já a segunda viria alguns meses depois, em junho de 2020, com a fala perversa do presidente da República de que houve “um pouco de exagero”³ na condução da pandemia por parte da população e governadores da oposição. Nessa época, a contagem oficial de mortos pela COVID-19 indicava por volta de 50 mil mortes. Quase dois anos depois, são mais de 650 mil mortos no Brasil.

Presentificando toda a caminhada e entendendo a peculiaridade da suscetibilidade às forças e dos movimentos de desterritorialização-reterritorialização⁴ que é pesquisar no/para o mestrado, o projeto atual se materializa a partir da insatisfação com a condução da pandemia da COVID-19. Os incômodos dividem espaço com o curioso desejo de investigar mais a fundo o diagrama de forças que agrega no mesmo plano as políticas da morte, e as iniciativas insurgentes de enfrentamento comunitário que têm sido conduzidas no estado do Rio de Janeiro.

O distanciamento físico e o isolamento pandêmico transformaram um corpo que nunca teve problemas em gingar com seu bloco na rua (e que ansiava fortemente ir até os territórios de comunidade cartografar turismo de base comunitária) num corpo que diante da peculiaridade do momento, da única dose da vacina anti-COVID que carregava em seu braço direito, sentiu muito medo e refletiu bastante antes de topar um bate-papo presencial para acompanhar os fluxos desejantes das micropolíticas do “exagero”.

² Disponível em:

<<https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/04/15/paraisopolis-contracovid-favela-tem-presidentes-de-rua-e-sistema-de-saude.htm>>. Acesso em 29.mai.21.

³ Disponível em:

<<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/06/22/bolsonaro-defende-reabertura-do-comercio-e-fala-em-pouco-d-e-exagero-no-trato-da-pandemia.ghtml>>. Acesso em: 29.mai.21.

⁴ Deleuze (1996, p.02) define desterritorialização como “estado de crise que dá novo ímpeto ao pensamento, precisamente quando se crê está quase tudo resolvido: cuidávamos estar perto do porto, mas somos lançados em pleno mar alto”. Logo, trata-se do processo do caos que se abre e organiza em direção ao novo, ou ao processo de desterritorialização que ao se reterritorializar, propicia novas possibilidades e engendra outras composições de mundo.

Hoje, graças aos imunizantes, mas não graças aos bolsonegacionistas, os momentos são outros, as festas, os abraços, as frestas, o profano do Carnaval e a experiência da retomada dos espaços públicos vem acontecendo com cuidados, ainda mascarada, de maneira que não se sabe se de maneira precipitada – ou não, mas com a certeza de que não estamos retomando nada, pois, como dizem Guattari e Rolnik, (1996, p.204) “devemos estar sempre dispostos a guardar nossas próprias cartografias na gaveta e a inventar novas cartografias dentro da situação em que nos encontramos”.

INTRODUÇÃO

Em dezembro de 2019, a China reportou à Organização Mundial de Saúde (OMS) diversos casos do que se entendia, na época, como um surto de pneumonia grave na cidade de Wuhan. Em janeiro de 2020, houve a primeira morte em decorrência dessa “pneumonia”, e com ela o entendimento de que tal doença, causada por um novo e desconhecido vírus, era altamente transmissível entre humanos. Com o intuito de conter os avanços do vírus, logo foi instaurada quarentena na cidade chinesa, entretanto, outros epicentros da doença surgiram fora da Ásia e no continente europeu, chegando, posteriormente, ao continente americano. Diante do expressivo aumento do número de infectados em diversos países pelo mundo, o que se sugeria ser uma epidemia proveniente de nova mutação de um vírus conhecido, estabeleceu-se afetivamente como uma pandemia de magnitude global.

No Brasil, o primeiro caso confirmado de contaminação pelo vírus, que a essa altura já tinha nome: Sars-CoV-2, agente causador da COVID-19, data de 26 de fevereiro do mesmo ano. Menos de quinze dias depois, em 11 de março de 2020, a OMS declarou a pandemia do coronavírus com 118 mil pessoas diagnosticadas em 114 países e 4.291 mortos⁵. Pouco menos de seis meses do primeiro caso oficialmente confirmado, e do decreto da pandemia pela OMS em março de 2020, já tínhamos no Brasil mais de 100.000 mortos pela COVID (de acordo com dados oficiais). Esse número dobrou em janeiro de 2021, cinco meses depois, de maneira que nos tornamos um dos epicentros da COVID-19 no mundo assim como os Estados Unidos (que, não coincidentemente, abandonou seu status de epicentro após as eleições presidenciais no final de 2020) e a Índia, por exemplo.

Diante do fato de que não houve adoção de uma única estratégia a nível global, Almeida-Filho (2021) sugere quatro diferentes tipologias estratégicas de enfrentamento à pandemia com o fim de analisar estratégias governamentais a nível mundial relativas à condução da pandemia. São elas: (A) vigilância epidemiológica; (B) quarentenas e *lockdown*; (C) mitigação dos danos a partir de retaguarda hospitalar intensiva; (D) imunidade de rebanho por exposição. O autor sugere que nem todos os países analisados adotaram uma única tipologia isolada, o que significa que houveram diferentes frentes e modelos pandêmicos formados a partir da combinação de uma ou mais tipologias. Dessa forma, o autor sugeria que

⁵ Disponível em:

<<https://www.who.int/director-general/speeches/detail/who-director-general-s-opening-remarks-at-the-media-briefing-on-COVID-19---11-march-2020>>. Acesso em 03 jun. 2021.

países como China, Coréia do Sul, Uruguai, Nova Zelândia e Noruega adotassem o modelo em (A), isoladamente, ou em conjunto com o modelo (B), obtendo resultados mais eficientes do controle da pandemia. Países como a Inglaterra, Bélgica, Suécia, México, Peru e Colômbia, em geral alcançaram resultados negativos ao adotarem o modelo (C) com elementos ou fases do modelo (D). Por fim, países como Estados Unidos da América, Rússia, Índia e Brasil apostaram no modelo (D), com alguns elementos do modelo (C) são exemplos de países que falharam nas estratégias de controle epidemiológico (ALMEIDA-FILHO, 2021, p.217).

Em 22 de junho de 2020, pouco mais de três meses depois do decreto da pandemia, e enquanto o Brasil atingia a marca de 50.000 mortos por COVID-19⁶ (de acordo com os números oficiais), Jair Bolsonaro, presidente do Brasil, expressou em entrevista à imprensa que “talvez tenha havido um pouco de exagero” no enfrentamento à pandemia do novo coronavírus, sugerindo, também, a retomada imediata do comércio⁷. Tal fala evidenciou o que passou a ser conhecido como o negacionismo bolsonarista (endereçado nesta pesquisa como bolsonegacionismo), que agencia uma série de acontecimentos, retóricas, falas, políticas e modos de subjetivação que tornam possível falar do território pandêmico-Brasil durante a crise. Crise, essa que não é “somente” sanitária, mas também política, econômica, social...

Denomina-se como bolsonarismo uma série de territorializações e intensidades que por aqui já pairavam mesmo antes do golpe de 2016 – que culminou no impeachment da presidenta Dilma Rousseff (2011-2016) durante o cumprimento de seu segundo mandato. Esse enrijecimento territorializado ganha rosto e força no neoconservadorismo, no ultranacionalismo, nos interesses do “cidadão de bem”, no desmantelamento das políticas públicas de seguridade social, nos gestos de arminha com a mão que emulam armas de fogo numa perspectiva política armamentista, nos ideais masculinistas que agenciam o ethos e a estética verde-e-amarela-bolsonarista, na viuvez da ditadura civil-militar e na exaltação de seus torturadores.

⁶ Disponível em:

<<https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/06/20/brasil-passa-de-50-mil-mortes-por-coronavirus-mostra-consorcio-de-veiculos-de-imprensa-sao-964-em-24-horas.ghml>>. Acesso em 21 jul. 2020.

⁷ Disponível em:

<<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/06/22/bolsonaro-defende-reabertura-do-comercio-e-fala-em-pouco-d-e-exagero-no-trato-da-pandemia.ghml>>. Acesso em 10 out. 2020.

Essa postura de imenso desprezo e desrespeito à vida não cedeu ou esmoreceu na pandemia da COVID-19. Pelo contrário! O candidato do desrespeito à vida, agora eleito presidente, fez com que Estados cujos governadores eram de oposição, ou a favor do distanciamento físico e/ou isolamento social enquanto medida de contenção de infectados pela COVID-19 tivessem menor repasse de verbas⁸ destinadas para o combate do coronavírus. As motociatas, aglomerações, a operação das máquinas de *fake news* que o elegeu, e que agora operam produzindo desinformação e ramificando em falas com a vacina anti-COVID “transforma pessoas em jacaré⁹”, transmite HIV, altera o DNA foram apenas alguns dos muitos outros episódios e narrativas produzidas neste período. Estratégias nefastas como imunidade de rebanho por exposição ao vírus enquanto política de ampliação da pandemia, o “tratamento precoce” composto pelo kit-COVID e sua ineficácia comprovada, a dança das cadeiras no Ministério da Saúde culminando no legado letal do ministro-general Eduardo Pazuello, entre diversos outros acontecimentos marcaram a pandemia “à brasileira”.

De acordo com Caponi (2010, p. 213) informações cruzadas e contraditórias por parte do governo federal serviram de estímulo para desistir do isolamento e restringiram as possibilidades de controle da disseminação do vírus. Ainda no que concerne às posturas do governo federal e do próprio Ministério da Saúde, Almeida-Filho (2021) corrobora com as proposições que tornam explícitas, responsabilizam e endereçam a má gestão da pandemia por Bolsonaro, definindo o Executivo como autoritário, conservador e populista, frutos de uma conjuntura política regressiva e propagadora de uma matriz ideológica fundamentalista, obscurantista e negacionista, principalmente quanto ao conhecimento científico.

No contexto necropandêmico a lógica que opera é a da aniquilação da alteridade e do Outro, de forma que tal lógica conduz e adquire contornos que tornam literais a aniquilação da diferença, e sobretudo, do diferente.

O romper das formas do contemporâneo pandêmico possibilita acesso ao diagrama de forças, tornando possível visualizar tanto as políticas de contágio e exposição ao vírus, as mazelas como a fome e miséria (que embora pré-pandêmicas se intensificam a partir da realidade pandêmica) e os processos de vulnerabilização, quanto traz visibilidade a outras

⁸ Disponível

em:<<https://monitormercantil.com.br/em-estados-da-oposicao-bolsonaro-distribuiu-verbas-direto-a-prefeitos/>>. Acesso em 24 abr. 2022

⁹ Disponível em: <

<https://istoe.com.br/bolsonaro-sobre-vacina-de-pfizer-se-voce-virar-um-jacare-e-problema-de-voce/>>. Acesso em 31 mai. 2021

linhas, que são de resistência e denegam as lógicas de extermínio bolsonegacionistas, firmando pactuações de vida e de afirmação desta, apostando na criação de outros mundos possíveis (HUR, 2019). O diagrama que permite ver o embate dessas diferentes forças, sempre em jogo, em disputa, é justamente o que tem sido chamado de micropolíticas do “exagero”.

O que se intenta com as micropolíticas do “exagero” nesta dissertação de mestrado, é diagramar, ou cartografar, tanto as forças das necropolíticas dos bolsonegacionismos que vitimaram até aqui mais de 660 mil pessoas, quanto as máquinas e fluxos desejantes que seguem produzindo alteridade e possibilidades no tocante à resistência, outras forças insurgentes e de valorização da vida em territórios de comunidades e favelas vulnerabilizados pela pandemia no Rio de Janeiro. A fim de alcançar tal intento, esse trabalho provoca e indaga: que iniciativas de enfrentamento vêm sendo tomadas por moradores de comunidade, lideranças comunitárias, ONGs, coletivos e projetos que tenham engendrado atividades de enfrentamento à pandemia da COVID-19 em territórios das comunidades no Rio de Janeiro? Diante as políticas de contágio e morte, quais têm sido as estratégias de resistência desses “exagerados”? Aliás, como reafirmar potência de vida e a urgência da continuidade desta em tempos necropandêmicos? Cabe à pesquisa desenhar, traçar, cartografar as linhas de fuga das Micropolíticas do “Exagero”, a fim de procurar não respostas, mas pistas que nos orientem a tais indagações.

1. ABRINDO OS CAMINHOS: A METODOLOGIA QUE SE FAZ CAMINHO AO CAMINHAR

A Cartografia consiste em uma estratégia de análise crítica que acompanha a micropolítica do desejo, as formações rizomáticas. Por micropolítica compreendemos a apreensão dos fenômenos políticos a partir de sua molecularidade, das forças instituintes, móveis, se referindo a “uma analítica das formações do desejo no campo social” (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p. 127). O viés micropolítico não assimila a realidade a partir de uma visão micro, reduzida, ou quaisquer sugestões de microvisão, como pode parecer sugerir sua denominação, ele busca observar a realidade social a partir dos modos de subjetivação (ROLNIK, 1989). Assim como não contrapõe ou antagoniza com a macropolítica, que corresponde à outra maneira, molar, instituída e estatizada de apreensão e visualização da realidade. Guattari e Rolnik, nesse ínterim, desfazem quaisquer tipos de antagonismos entre macro e micropolíticas ao pontuar que:

os mesmos tipos de elementos, e componentes individuais e coletivos, em jogo num determinado espaço social, podem funcionar, a nível molar, de modo emancipador, e co-extensivamente, a nível molecular, serem extremamente reacionários e microfascistas. A questão micropolítica é a de como reproduzimos (ou não) os modos de subjetividade dominante (1996, p.132)

A formação rizomática alude ao rizoma, à multiplicidade. O modelo rizomático manifesta uma estrutura de pensamento versado na heterogeneidade e na horizontalidade, em detrimento de uma forma de pensamento cartesiana, binária e universal. “O rizoma se refere a um mapa que deve ser produzido, construído, sempre desmontável, conectável, reversível, modificável, com múltiplas entradas e saídas, com suas linhas de fuga”. (DELEUZE; GUATTARI, 2011, p.32). Os autores arrematam: “é sempre por rizoma que o desejo se move e produz.”(DELEUZE; GUATTARI, 2011, p.32).

Romper com as formas, com o instituído e com as estratificações permite acesso ao plano de forças, de maneira que mais nos interessam os fluxos, os movimentos, o acontecimento. Nos interessa o engendrar das linhas de fuga que produzem outras possibilidades, conduzem à criação de outros mundos, outras formas de vida, de ruptura. As linhas de fuga são da ordem do “entre”, pois não equivalem ao território final, mas induzem aos processos de desterritorialização que propiciam deslocamentos, a habitação de novos territórios existenciais.

Cartografar é pesquisar o acontecimento em ato (COSTA; ANGELI; FONSECA, 2012), pois ela “acompanha e se faz ao mesmo tempo em que o desmanchamento de certos mundos – sua perda de sentido – e a formação de outros” (ROLNIK, 1989, p.23). Cabe à cartografia: i) desconstruir, raspar e demolir estruturas coercitivas; ii) mapear e captar o funcionamento das máquinas, assim como iii) “conectar os investimentos desejanter aos agenciamentos sociais, às forças e os fluxos ao campo” (HUR, 2019, p.43).

O principal instrumento do cartógrafo consiste em seu próprio corpo. É ele que produz afecções, é através dele que o cartógrafo dá passagem aos afetos. “O cartógrafo é um verdadeiro antropófago: vive de expropriar, se apropriar, devorar e desovar” (ROLNIK, 1989, p.23). É em função desse exercício de antropofagia que o instrumento-corpo precisa estar poroso, sensível às movimentações desejanter, ao acontecimento do ato, e sujeito ao plano das forças que atuam no campo existencial. Assim, a pesquisa é construída no corpo do cartógrafo, que se afeta e se modifica. Esse exercício de antropofagia que coloca nossos corpos sujeitos ao regime de afetabilidade das linhas do campo, enquanto, ao mesmo tempo afeta e modifica o campo existencial é justamente o que marca a Cartografia e sua postura ético-estético-política.

Se o que está em jogo, portanto, é um regime de afetabilidades, cartografar consiste na recusa aos pressupostos de neutralidade que localizam o papel do pesquisador em muitos tipos de pesquisa. A perspectiva cartográfica rompe com as noções cognitivistas e tradicionais de pesquisa onde sujeito e objeto ocupam lugares distintos e bem estabelecidos. A produção cartográfica pressupõe que não haja distância entre o pesquisador e o campo, de forma que o exercício de dissolução das posições engessadas na pesquisa conduzem ao conceito de sujeito implicado, onde “você é o pesquisador e o pesquisado. E, assim, o analisador e o analisado” (MERHY, 2004, p.02).

Ao invés de isolar sujeito e objeto a fim de estudá-lo a partir de sua fragmentação, o que se propõe é que o cartógrafo procure sentido “no entre (entre dois, entre grupos e sociedade, entre pesquisador e pesquisado, entre passado e presente), apostando em uma lógica onde ‘pesquisar com’ substitui o ‘pesquisar sobre’” (TEDESCO, 2015 apud CAVAGNOLI; MAHEIRIE, 2020, p.66).

Desse modo, uma cartografia é um processo constituído no corpo, ao afetar e ser afetado. Por isso, é dinâmico, assim como as paisagens psicossociais que busca retratar. Ela

segue o movimento das paisagens, e busca acompanhar os fluxos e as linhas que formam um território, uma história, um acontecimento enfim, um "[...] desenho que acompanha e se faz ao mesmo tempo em que os movimentos de transformação da paisagem" (ROLNIK, 1989, p. 15), acompanhando e sinalizando os fluxos e linhas que conduzem para fora desses territórios, e provocam o seu desmanchar. Nessa perspectiva, a pesquisa cartográfica busca acompanhar os movimentos de desterritorialização e reterritorialização. Para Regina Benevides de Barros (2013):

A desterritorialização é a operação através da qual um território se desmancha. Um território se constitui de linhas, objetos incorporais. Quando os fluxos de um território se encontram com outros fluxos heterogêneos, há um aumento de massa ocasionado pelo deslocamento de partículas dos fluxos em uma determinada unidade de tempo. Com o aumento da massa, há um aumento de pressão, produzindo-se um quanta, isto é, uma mudança de um estado intensivo para outro. Nesse momento estará se processando uma desterritorialização [...]. Pode ocorrer, entretanto, um processo de reterritorialização, isto é, um território passar a emprestar seus códigos, seu modo de funcionamento, a outro território, organizando-o e definindo-o. (p. 209)

Cartografar é botar o corpo para jogo, na roda, é deixá-lo movimentar-se na velocidade do território, é afetar e ser afetada, é experimentar e construir um itinerário para poder experimentar, de forma que a experimentação torna-se aposta na construção da metodologia, onde, de acordo com Passos, Kastrup e Escóssia (2015), a cartografia:

propõe uma reversão metodológica: transformar o metá-hódos em hódos-metá. Essa reversão consiste numa aposta na experimentação do pensamento – um método não para ser aplicado, mas para ser experimentado e assumido como atitude. Com isso não se abre mão do rigor, mas esse é ressignificado. O rigor do caminho, sua precisão, está mais próximo dos movimentos da vida ou da normatividade do vivo. (p.10-11)

As Pistas do Método da Cartografia (PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2015), além de apostarem na reversão metodológica que é conduzida neste pesquisar, também sugerem que “cartografar é acompanhar processos” (BARROS; KASTRUP, 2015), onde, o que se pretende de acordo com tal propositiva é que o fazer cartográfico também suscite uma práxis mais processual e que funcione como mobilizador afetivo da experiência da entrada no território existencial, em detrimento de uma práxis interpretativa dos fenômenos.

Ainda sobre o rigor metodológico, é importante registrar que apesar de não se denominar aprioristicamente enquanto um método no sentido tradicional, purista, a cartografia se torna método a partir dessa reversão metodológica, e da própria experimentação que conduz ao método e o compõe, e da visibilidade que se amplia na pesquisa durante esse processo de corporificação do método.

Outra postura que forneceu pistas para a composição do corpo da cartógrafa consiste na transdisciplinaridade não só enquanto aposta conceitual, mas também como atitude investigativa e (de)formativa da cartógrafa. Para Rauter (2009), a transdisciplinaridade consiste no exercício de fragmentar teorias, fazendo empréstimos e parentescos não autorizados entre diferentes campos de saber, permitindo a exploração das regiões de vizinhança da clínica com outros saberes para, a partir daí, construir suas estratégias” (RAUTER, 2015, p.45).

Nossa caixa de ferramentas metodológica aportou desde a própria cartografia à entrevistas individuais e coletivas e a produção de diários de campo para registros dos encontros. Além disso, um acervo fotográfico, via redes sociais dos coletivos e produzido pela própria pesquisadora compôs o material de campo.

Tendo sido discutida a orientação metodológica, a composição do corpo da cartógrafa, a importância das ranhuras e porosidades que compõem seu corpo e algumas das posturas que servirão de lentes para visualização do território existencial, é chegada a hora de descrever o campo. Os itinerários da presente cartografia possuem alguns caminhos a serem explicitados a seguir.

O primeiro deles descreve a formação do trabalho de campo desta pesquisa, realizado entre maio e dezembro de 2021, embora o rastreamento e a captação de potenciais colaboradores desta tenha começado ainda no ano de 2020.

Estavam aptos a participar da pesquisa integrantes de projetos, coletivos, associação de moradores, ONGS e/ou movimentos comunitários que atuassem no Estado do Rio de Janeiro, dentro ou fora de territórios de favelas, e que conduzissem atividades de enfrentamento à pandemia da COVID-19. Em relação a tais atividades, essas consistiam na distribuição de alimentos (refeições prontas ou quentinhas, cestas básicas), cartões alimentação, máscaras de proteção, materiais de higiene e limpeza, assim como quaisquer outras estratégias que tivessem como objetivo atenuar de alguma forma, tanto as vulnerabilizações engendradas,

quanto as intensificadas pela pandemia da COVID-19. Alguns dos critérios de exclusão consistem no fato de que menores de 18 anos não estavam aptos a participar dessa pesquisa, assim como pessoas de fora do Estado do Rio de Janeiro, mesmo que engajados em atividades pandêmicas.

Em função da necessidade do isolamento social na pandemia enquanto estratégia de redução de contágio, duas das entrevistas foram conduzidas em formato remoto via chamada de vídeo, e uma delas, a primeira, ocorreu em formato presencial mediante alguns condicionantes, como o uso de máscaras e da garantia de vacinação de todos os atores presentes.

A captação do primeiro projeto entrevistado, que foi a Voz do Lins, se deu a partir do fato de que eu havia me mudado para o bairro carioca do Lins de Vasconcelos no ano de 2020. A nova moradia conduziu ao desejo de investigar as possíveis ações de enfrentamento à pandemia conduzidas no bairro, assim como as comunidades que o compõem. Ao seguir uma página no Facebook do Méier Antigo, vim, graças a um compartilhamento da página original, a conhecer o Voz do Lins e, mediante o referido desejo, entrei em contato com a página, onde fui pronta e gentilmente respondida pelo criador da página, Rafael. Nos encontramos no dia seguinte, e o mesmo trouxe para nosso encontro a Eduarda (nome fictício da participante), moradora da comunidade da Cachoeirinha (uma das dezesseis comunidades que compõem o chamado o complexo do Lins), além de Cristiane, também moradora do Lins, integrante da Voz do Lins, e trabalhadora da ONG Casa de Santa Ana, que compõe o que tem sido descrito na pesquisa como o eixo rizomático A Voz do Lins - ONG Casa de Santa Ana. Cartografar o coletivo Voz do Lins permitiu adentrar no meu próprio território afetivo-geográfico, acionando outros coletivos e ampliando a rede de significações (COSTA; MENDES, 2014). Essas movimentações conduziram ao projeto Jaca contra o Corona.

Felipe Berin, o segundo entrevistado, foi contactado na mesma época d'A Voz do Lins. Assim como no movimento anterior de pesquisa, eu navegava pelo Instagram, onde me deparei com o perfil do projeto Jaca contra o Corona. Algumas das pessoas retratadas nas fotos das atividades do projeto estavam marcadas, o que permitiu chegar a seus perfis pessoais, e, conseqüentemente, em suas caixas de entrada. Fui prontamente atendida por Berin e marcamos nossa entrevista para o domingo seguinte, dia 23 de maio de 2021, num encontro que teve duração de três horas. O participante em questão veio reforçando a retórica da multiplicidade que marca as redes rizomáticas deste trabalho. Suas movimentações

nômades compuseram os eixos que comportam coletivos e projetos aos quais havia transitado, como o Jaca contra o Corona, Frente CDD, Frente de Mobilização da Maré, Rocinha Resiste, Movimento de Pessoas Solidárias (MPS). Além disso, o entrevistado também relatou acerca das ocupações voltadas ao voluntariado junto ao posto de vacinação localizado na Universidade do Estado Rio de Janeiro (UERJ) – onde havia cursado Direito –, além de conduzir ações de protestos na praia de Copacabana, por exemplo.

As andanças deste projeto contam com alguns contatos que não foram adiante. Ou por um tempo exíguo que a pesquisa exige, encontros marcados onde a pessoa havia aceitado o convite para entrevista mas não chegou a comparecer, mensagens que pararam de ser respondidas, outras que sequer foram respondidas. Até aqui se imaginava que o coletivo Frente Cavalcanti estava incluído neste *hall* dos desencontros, pois, em momento anterior, o contato com uma integrante do coletivo não havia ido adiante. Assim como nas entrevistas anteriores, a terceira participante também foi convocada através de rede social, o Twitter. Millena e eu seguíamos-nos na referida rede mutuamente, o que conduziu à minha descoberta das ações do coletivo a partir de suas postagens. Assim como nos demais contatos, a convidei para participar da pesquisa, onde a mesma topou, também de pronto. Nos encontramos, então, no dia 14 de dezembro de 2021, em uma videochamada com duração de duas horas.

A composição do campo, portanto, se organiza a partir de três encontros que, por sua vez, ramificam na cartografia de oito eixos diversos, dotados de singularidades, porém conectados entre si, e também pelo próprio trabalho de campo e exercício cartográfico: A Voz do Lins, ONG Casa de Santa Ana, Jaca contra o Corona, Frente CDD, Frente de Mobilização da Maré, Rocinha Resiste, Movimento de Pessoas Solidárias (MPS) e Frente Cavalcanti.

O registro da entrevista presencial (que também pode ser pensada como uma conversa, haja visto o desejo, plenamente realizado, de que esta mantivesse caráter informal) foi afetado a partir de um áudio captado através de um aparelho celular estrategicamente posicionado no centro da mesa do bar e restaurante em que nos encontramos. As demais entrevistas, remotas, e realizadas a partir de ferramentas de videochamadas como o Zoom e o Google Meet, foram registradas graças ao recurso de gravação dessas ferramentas. Os áudios e vídeos resultantes desses encontros foram submetidos à ferramenta Transcriptor, que efetuou uma transcrição automatizada, onde, depois desse processo de automatização, os dados produzidos foram corrigidos manualmente pela cartógrafa. Além disso, diante da

importância das afecções provocadas nestes encontros enquanto produtores de acontecimento em pesquisa, também foram produzidos diários de campo.

As emergências do território existencial, assim como a análise dos dados produzidos pelo encontro dos atores dessa pesquisa, tornou possível lançar luz à existência de uma rede complexa, de ocupação urbana, heterogênea, pautada na alteridade e na afirmação potente da vida. As modulações das produções desejantes desse campo psicossocial produziu aproximações e distanciamentos que serviram como analisadores das micropolíticas do “exagero”.

Outra parada nesse itinerário cartográfico consiste na análise da fome enquanto questão que se agrava intensamente diante do cotidiano pandêmico. Além do referido agravamento, tal análise se baseia no fato de que a maior frente das movimentações comunitárias aqui rastreadas consiste justamente na distribuição de alimentos, quentinhas e distribuição de cartões alimentação. Ou seja, em ações diretas, e em certo ponto contundentes, de intervenção na vulnerabilização pandêmica a partir da garantia de que as populações contempladas pelas ações comunitárias tivessem/tenham o que comer.

O que se entende é que a crise não é “somente” sanitária, mas é, também, social, de forma que a pandemia da COVID-19 acaba se situando como um acontecimento multilinear que rompe as formas da crise social existente aprioristicamente, fazendo ver a dinâmica de forças a partir da intensificação de mazelas como a miséria, a fome, o desemprego, entre outros processos responsáveis por vulnerabilizar camadas ostensivas da população, a ponto de exterminá-las simbólica e literalmente.

Nesse ínterim, o eixo de pesquisa que se debruça sobre a problemática da fome, o faz a partir da imprescindibilidade da segurança e “autonomia alimentar”, agregando notícias fornecidas por veículos da mídia *mainstream* no período pandêmico; legislações e políticas públicas do governo federal voltadas para a transferência direta de renda e incentivo à empregabilidade da população; assim como falas dos colaboradores de pesquisa resultantes do trabalho de campo. Diante disso, os movimentos cartográficos desse eixo tornam possível visualizar de maneira mais detalhada os embates e tensionamentos entre a máquina estatal e movimentos sociais (máquinas de guerra), assim como permite a visualização das ações desses movimentos sociais.

Enquanto uma pesquisa cartográfica, que, como consequência, também é sentimental, as afecções enquanto resultados dos encontros e das produções suscitadas no território existencial, que marcam a cartografia, produzem muitos efeitos a serem visitados durante as páginas deste trabalho. Um deles é o fato de que a parte documental e sua realidade descritiva e extremamente visceral exigiram pausas na escrita a fim de deixar fluir outro tipo de transbordar: o choro. Se o trabalho de campo consiste na afirmação da vida em ato enquanto produção das ações das máquinas de guerra do enfrentamento pandêmico, há que se pensar nas linhas de fuga que fazem viver e desejam que vivam no contemporâneo pandêmico. Outra força incidindo para o diagrama das micropolíticas do “exagero” também agrega as linhas de força da aniquilação, da violência do descaso com a vida, e do deixar morrer têm se mostrado, de longe, a parte mais triste de ser visualizada. Os aspectos do real que revelam a despotência da vida e que adentram pelas mesmas porosidades que afetam o corpo, revelando-se enquanto parte e produção da pesquisa, não permite distanciamentos, e acaba por fazer emergir os afetos tristes.

Por fim, essa pesquisa transversaliza-se entre a pretensa frieza do *touch* e da dita calorosidade do toque. Entre *touches* e toques, apesar de uma enorme e inédita demanda por reinvenção na forma como se pesquisa, ainda assim, se fizeram presentes o encontro, a partilha e seu potencial de molecularidade, mesmo que remotamente. Para Deleuze (1988, p.100), “não se sabe do que o homem é capaz ‘enquanto – vivo’, como conjunto de ‘forças que resistem’”. Longe de quaisquer pretensões de chegar a uma resposta definitiva, mais nos interessa os “comos” do que os “por quês” da capacidade de ser resistência. A pandemia do coronavírus nos convida, mais do que nunca, a experimentar e experienciar os “comos” do que concerne estar vivo, de interceder pela vida engendrando dos processos de resistência, de sobrevivência, do ato de engambelar e ludibriar a morte, do engajamento ético, estético e político em que se exagera na fruição dos fluxos das linhas de fuga, em busca de amplificá-los e torná-los *ethos*, a fim de sobreviver e se insurgir diante outros tipos de exageros, obviamente dotados de outros valores, onde o extermínio da população tornada vulnerável é estratégia de gestão política.

A presente pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) sob o parecer número 4.738.193.

2. O “PLANETA FOME¹⁰”: DISPOSITIVO, POLÍTICAS PÚBLICAS E MAQUINÁRIO DE GUERRA

2.1 - O “planeta fome”: desemaranhando o fio do dispositivo pandêmico

Deleuze (1996) define dispositivo como um conjunto multilinear, composto por linhas heterogêneas (enunciação, visibilidade, força, brecha, fissura, fratura, subjetivação) e de diferentes naturezas, sempre em desequilíbrio, que ora se aproximam e ora se afastam uma das outras. Para o autor, dispositivos são “como máquinas de fazer ver e fazer falar”. (DELEUZE, 1996, p.1). Isto posto, sugere-se o dispositivo pandêmico enquanto um acontecimento de grande magnitude e de atravessamentos múltiplos de ordem política, histórica, estética, social, econômica, sanitária, cultural, ecológica, entre outros. As micropolíticas do “exagero” buscam desenrolar os diversos fios do dispositivo pandêmico. Tal exercício tornou possível debruçar-se sobre o fenômeno da intensificação de uma mazela social que já nos assolava antes mesmo da pandemia: a fome.

Dentre as diversas possibilidades de enfrentamento pandêmico em territórios de comunidades (e fora deles), a mais popular e corriqueira consiste na distribuição de alimentos, como cestas básicas, quentinhas ou na distribuição de cartões-alimentação que, ao invés de fornecer diretamente os alimentos, permitem aos contemplados pelas ações comprá-los. Isso pôde ser visto tanto nas observações cotidianas da vida pandêmica em que a todo momento se esbarrava com atividades solidárias e/ou campanhas que visavam o recolhimento de alimentos, quanto nas emergências narrativas das ações do enfrentamento da pandemia visto no trabalho de campo. A urgência da fome e da insegurança alimentar e nutricional (RIBEIRO-SILVA et al., 2020) enquanto problema social é pré-pandêmica, embora o estado de calamidade e políticas de morte pandêmicas tenha conferido novos contornos à questão da fome enquanto mazela social.

¹⁰ “Planeta fome” refere-se a uma expressão utilizada pela saudosa Elza Soares, a mulher do fim do mundo, falecida no começo de 2022, onde, diante de um contexto de vida que abarcava pobreza, falecimento de um filho e adoecimento de outro, foi a um programa de auditório aos 13 anos a fim de “ganhar a vida”. Elza usava uma roupa emprestada da mãe, ajustada, em seu corpo muito magro, por alfinetes. O apresentador do programa de calouros ao estranhar sua indumentária, pergunta de qual planeta viera. Ela, sem se deixar intimidar, respondera: “Do mesmo planeta que você. Do planeta Fome”. Seu último álbum – gravado em vida e legado de sua vida – também carrega esse nome. Disponível em: <<https://claudia.abril.com.br/cultura/planeta-fome-a-historia-surreal-por-tras-do-novo-album-de-elza-soares/>>. Acesso em 10 abr. 2022.

No que diz respeito ao período pré-pandêmico e parte do próprio pandêmico, Ribeiro-Silva et al. (2020) sugerem o Bolsa Família¹¹ como a mais importante política pública de proteção social dos últimos vinte anos, sendo a principal estratégia do Brasil com relação ao combate à pobreza extrema, à desigualdade social e à fome (SANTOS et al., 2019). Como resultado dessas políticas públicas, a prevalência da subnutrição reduziu de 11,9% no período 1999-2001 para menos de 2,5% no período 2008-2010 e a medida de transferência de renda adotada pelo Bolsa Família foi responsável por 25% de redução da pobreza extrema e quase 15% da redução da pobreza desde 2004 (RIBEIRO-SILVA et al., 2020). No entanto, tais políticas públicas começaram a ser desmontadas no ano de 2016, na ascensão do governo Temer, a partir da adoção de medidas econômicas de austeridade como liberalização financeira, além de redução do gasto público e do tamanho do estado (ROSSI; MELLO, 2017). Por fim, quanto ao governo Bolsonaro, Ribeiro-Silva et al. (2020) discorrem que:

o novo governo, que tomou posse em janeiro de 2019, herdou e aprofundou os péssimos resultados dos indicadores sociais, como o incremento significativo do número de pessoas em situação de extrema pobreza. Registra-se que um dos primeiros atos do governo do presidente Bolsonaro foi a extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA¹²)[...] A desaceleração do crescimento econômico no país em adição às políticas econômicas de austeridade fiscal adotadas pelo governo tem contribuído, ainda mais, para o desmonte das políticas sociais no Brasil. Este processo de desmonte afetou não só o Sistema Único de Saúde (SUS) e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), bem como o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), com aprofundamento da situação de pobreza e de vulnerabilidade social vivenciado por muitas famílias brasileiras, indo na contramão do processo da redução da desigualdade social e redistribuição de renda, experimentado no país entre os anos de 2003 e 2014. (p. 3423)

O desmonte iniciado pelo governo de Michel Temer (2016-2018) no ano de 2016, culminou com o fim do programa pelo governo Bolsonaro, em 2021. Concomitantemente ao encerramento do Bolsa Família, o governo federal sancionou um novo programa de

¹¹ O Programa Bolsa Família (PBF), instituído pelo governo Lula através da Medida Provisória 132/03, consistia na transferência de renda às famílias pobres (com renda per capita de R\$ 89,00 a R\$ 178,00) que tivessem em sua composição gestantes e crianças ou adolescentes entre 0 e 17 anos e extremamente pobres (com renda per capita até R\$ 89,00). A condição é que as famílias beneficiárias mantivessem crianças e adolescentes entre 6 e 17 anos com frequência na escola, além de determinar o acompanhamento de saúde das gestantes, lactantes e das crianças, que deviam ter a vacinação em dia.

¹²O Consea é um espaço institucional para o controle social e participação da sociedade na formulação, monitoramento e avaliação de políticas públicas de segurança alimentar e nutricional, com vistas a promover a realização progressiva do Direito Humano à Alimentação Adequada

distribuição de renda, chamado Auxílio Brasil, cujo objetivo é distribuir renda diretamente para famílias em situação de pobreza cuja composição familiar englobe pessoas menores de 21 anos e/ou gestantes. Três condicionantes sugerem o caráter eleitoreiro do fim do BF e sua subsequente “substituição” pelo Auxílio Brasil: a primeira delas é a intenção de varrer dos olhos do eleitorado uma das mais eficientes e acertadas políticas públicas promulgadas pelo ex-presidente Lula (2003-2010), buscando imprimir outro nome e, até certo ponto, disputa de autoria da medida; outra delas é o fato de que o AB sofreu um reajuste que aumenta o repasse de renda para as famílias entre cerca de 12 e 18% em relação ao BF, o que, por si só, não seria algo problemático caso não fosse a terceira condicionante, que é o fato de que enquanto o BF viveu, e permitiu viver, a população brasileira por 18 anos, o AB foi promulgado já com data de encerramento em dezembro de 2022, não coincidentemente, ano eleitoral e época que marca o fim do “longo” primeiro mandato de Jair Bolsonaro.

No que concerne à fome e à pandemia, em 19 de junho de 2021, o Brasil alcançou a triste marca de 500.000 mortos pela COVID-19¹³, no mesmo dia, milhares de brasileiros tomaram novamente as ruas a fim de protestar contra o genocídio em curso. Um dos motes que levou a população a (re)tomar as ruas, e arriar seus despachos insurgentes nas encruzas-espacos de reivindicação e mobilização popular como a Avenida Presidente Vargas, no Rio de Janeiro e Avenida Paulista, em São Paulo, tinha como palavras de ordem “vacina no braço e comida no prato!”. Tais reivindicações revolucionárias convocam e explicitam a importância e, sobretudo, a necessidade da urgência das políticas públicas para o enfrentamento à pandemia. Em abril de 2022, os números oficiais indicam 661.000 mortos¹⁴ e seguimos contando.

Diante da proposição de que a pandemia do coronavírus é significativo evento composto por atravessamentos de diferentes naturezas, ao lançarmos luz às implicações socioeconômicas, vemos que os processos de vulnerabilização social relativos à fome também foram reconfigurados pela pandemia, assim, para “aqueles que já viviam em situação de pobreza ou limitações nas condições socioeconômicas, a pandemia da COVID-19 pode significar intensificação da vulnerabilidade social.” (RIBEIRO-SILVA et al., 2020). O que

¹³ Disponível em:

<<https://www.uol.com.br/vivabem/noticias/redacao/2021/06/19/brasil-ultrapassa-500-mil-mortes-pode-COVID-19.htm>>. Acesso em: 09. jul. 2021.

¹⁴ Disponível em:

<<https://news.google.com/covid19/map?hl=pt-BR&mid=%2Fm%2F015fr&gl=BR&ceid=BR%3Apt-419>>. Acesso em: 07. abr. 2022.

era, até então, prognóstico da ONU (Organização das Nações Unidas) que sugeria a pandemia como uma ameaça à gravidade da questão da fome no mundo¹⁵ abandonou o status de prognóstico e virou realidade, pois voltamos ao mapa da fome¹⁶ ao qual havíamos saído em 2014.

Para Rosen (1980 apud BUSS; PELLEGRINI FILHO, 2007, p.78) “o próprio termo ‘saúde pública’ expressa seu caráter político e [...] sua prática implica necessariamente a intervenção na vida política e social para identificar e eliminar os fatores que prejudicam a saúde da população”. Ante às dimensões heterogêneas da fome, é imprescindível situá-la como um problema de saúde pública, haja visto “que as condições econômicas e sociais exercem um efeito importante sobre a saúde e a doença” (BUSS; PELLEGRINI FILHO, 2007, p.78).

Logo, se a pandemia opera como um disparador que intensifica os processos de vulnerabilização pré-pandêmicos, entende-se que combater a fome e a insegurança alimentar também é medida de enfrentamento à pandemia, e que mitigá-la é medida afirmativa de saúde e de produção de vida, tal qual a vacinação ou higienização das mãos. Essa correlação pode ser vista nas ações de recolhimento de alimentos em postos de vacinação contra a COVID, inclusive. Outra faceta da relação entre a COVID e a fome pode ser vista nos relatos de profissionais de saúde que declaram receber em seus postos de trabalho pessoas que pensam estar com sintomas dessa ou de outras doenças, mas na verdade estão famintas¹⁷.

Mesmo diante do contexto de crise pandêmica, não há conjuntura aceitável que naturalize contextos em que brasileiros, sem ter o que comer, façam em filas para receberem doações de ossos de boi¹⁸, ou passem ao menos um dia sem ter o que comer na pandemia¹⁹

¹⁵Disponível em:

<<https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/07/12/pandemia-ameaca-agravar-de-forma-duradoura-fome-no-mundo-diz-agencia-da-onu.ghml>>. Acesso em: 09. jul. 2021.

¹⁶Disponível em:

<<https://www.band.uol.com.br/noticias/jornal-da-band/ultimas/brasil-volta-ao-mapa-mundial-da-fome-16346961>>. Acesso em: 11. jul. 2021

¹⁷ Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/brasil/2021-05-24/nao-e-doenca-e-fome.html>>. Acesso em: 10. jul. 2021.

¹⁸ Disponível em:

<<https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2021/07/17/acogue-tem-fila-para-doacao-de-ossos-em-cuiaba-para-familias-carentes.ghml>>. Acesso em: 17. jul. 2021.

¹⁹ Disponível em:

<<https://www.brasilefato.com.br/2021/04/18/na-pandemia-13-6-dos-brasileiros-acima-de-18-anos-ja-ficaram-um-dia-sem-refeicao>>. Acesso em: 18. jul. 2021.

e/ou fora dela. Se a fome é um problema de enorme seriedade e gravidade, logo, não se negocia com ela. Não há remédio para a fome que não passe pela garantia de direitos básicos, proteção à vida, e medidas (emergenciais, de longo prazo e permanentes) de transferência direta de renda à população necessitada. Não existe remédio para a fome, senão a comida, senão a segurança de saber que será possível se alimentar no dia de hoje, de amanhã e pelos próximos meses. Monteiro (2003, p.7) arremata: “ações governamentais de combate à pobreza certamente merecem máxima prioridade, justificam grandes investimentos e devem perseguir essencialmente o aumento da renda dos mais pobres”. Em outros termos: ou temos teto de gastos, ou temos população com acesso à alimentação, porque, austeridades fiscais e “pacotes de maldades”, como sugerem o nome, geram precarização, vulnerabilizações e desigualdades.

Outro ponto importante é a questão do desemprego. A busca pelo termo “emprego” nas diretrizes da legislação brasileira da COVID-19 no site do Planalto (sede do Executivo brasileiro) remonta basicamente à Medida Provisória nº 936, de 1/4/2020, que determina a criação do Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda, que estabelece a possibilidade de suspensão do contrato de trabalho ou redução de salários com redução proporcional de jornada, mediante o pagamento pela União aos trabalhadores através do Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda (BEm). A implementação do programa teve como objetivo garantir a continuidade de atividades empresariais, preservar o emprego e a renda e reduzir o impacto social decorrente das consequências da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (BRASIL, 2020). Ainda assim, o Brasil atingiu o recorde de 14,4 milhões de pessoas à procura por emprego entre os meses de dezembro de 2020 e fevereiro de 2021²⁰, um aumento de 2 milhões em comparação com o mesmo período do ano anterior, quando a pandemia havia acabado de ser decretada no país.

Ainda no tocante à relação entre aspectos como empregabilidade, vulnerabilização e a pandemia, é extremamente sintomático que o primeiro caso de morte pela COVID-19 no estado do Rio de Janeiro tenha sido de uma empregada doméstica de 63 anos²¹ cuja patroa,

²⁰ Disponível em:

<https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2021/04/30/interna_internacional,1262081/apos-um-ano-de-pandemia-brasil-tem-recorde-de-desempregados.shtml>. Acesso em: 11. jul. 2021.

²¹ Disponível em:

<<https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/03/19/primeira-vitima-do-rj-era-domestica-e-pe-gou-coronavirus-da-patroa.htm>>. Acesso em: 11. jul. 2021.

moradora do Alto Leblon e que a infectou, havia voltado da Itália há pouco. Esta ligou para os parentes da funcionária para que alguém a levasse de volta para casa em Miguel Pereira, no centro-sul do Estado. A mulher — que trabalhava como empregada doméstica desde jovem para sustentar a família — pegava três conduções para ir até o trabalho no metro quadrado mais valorizado do Brasil, voltou para casa (como se fosse a última) num táxi a mando da patroa. Esta morreu no dia seguinte, na contramão de onde jamais saíra, sem atrapalhar o público ou tráfego²².

Como ilustra a história contada acima, é importantíssimo salientar que a pobreza, assim como a questão da distribuição da renda, embora sejam importantes indicadores socioeconômicos, não podem ser superadas apenas ao garantir que a população esteja amplamente empregada. Refletir acerca da questão da empregabilidade também significa abordar aspectos como a precarização das relações de trabalho, a destruição cada vez mais ostensiva da proteção social e dos direitos do trabalhador, má remuneração, a exploração do trabalhador e seu conseqüente adoecimento em função do trabalho e a relação do capital com todos esses aspectos. Além disso, os meios de produção ainda estão concentrados na mão dos empresários e da elite econômica, reforçando relações e retóricas de exploração da classe trabalhadora.

2.1.1 - “Você tem fome de quê?”²³: autonomia alimentar e segurança alimentar

Campos e Campos (2006) ao discutirem a questão da autonomia sugerem alguns pontos: o primeiro deles é que autonomia não é o oposto de dependência, assim como essa está longe de constituir em liberdade absoluta. A autonomia depende sempre do próprio sujeito ou coletividade ao qual este está inserido, assim como também depende de condições externas ao sujeito, como, por exemplo, a continuidade e propagação dos valores das organizações e instituições, da existência de políticas públicas e funcionamento da economia e cultura ao qual o sujeito está imerso. Todos esses pontos que levam em conta a instância “fora do sujeito” ao englobar o coletivo, e que sugerem uma certa processualidade no percorrer da construção da autonomia, fazem com que os autores se refiram à constituição de

²² Referência à canção “Construção” de Chico Buarque (1971)

²³ Referência à canção “Comida” dos Titãs (1987), composta por Marcelo Fromer, Arnaldo Antunes e Sérgio Britto

autonomia como co-constituição de autonomia. Diante dessas questões, autonomia pode ser definida, enfim, como “a capacidade do sujeito lidar com sua rede de dependências”. (CAMPOS; CAMPOS, 2006, p.671)

Na contramão do estabelecimento de uma co-constituição da autonomia vêm as emergências dos neoconservadores, as políticas públicas neocolonizadoras²⁴ e os microfascismos (HUR, 2019). Outro aspecto tornado visível diante da atenção às forças que compõem o diagrama de forças evidencia as diferentes maneiras nas quais a dinâmica social traz à tona a “tensão entre uma máquina de guerra e o Estado” (HUR, 2019, p. 168). Uma das hipóteses deste estudo se baseia no fato de que os movimentos sociais ou máquinas de guerra, foram, e seguem sendo, essenciais para a possibilidade de afirmação potente de vida em oposição ao extermínio tornado gestão de vida na pandemia da COVID-19. Se os movimentos sociais são responsáveis por promoverem um tipo de política diferente da política estatal, uma política nômade, menos estática (HUR, 2019), não cabe a esses movimentos preencher as lacunas criadas pelo Estado. Sobretudo quando cabe ao Estado fazer valer estratégias, tais como políticas públicas de bem-estar social (MACHADO, 2003) a fim de tornar possível viver os grupos vulnerabilizados.

A questão – e a demanda pela – “autonomia alimentar” apareceu diversas vezes no campo existencial. Em uma delas, foi mencionado de maneira literal pela participante Millena, do coletivo Frente Cavalcanti. A colaboradora de pesquisa diz: *“A garantia de segurança alimentar está diretamente ligada à autonomia. E eu acho que a cesta [de alimentos] não é uma autonomia alimentar, ela é uma garantia para a pessoa não morrer de fome, mas eu quero que as pessoas tenham segurança alimentar e autonomia alimentar”*. Em outro momento da conversa, Millena declara: *“A gente manteve as pessoas vivas dentro desse x contexto, considerando que a gente não é Estado, considerando que esses usuários dos serviços eles [...] não percebem que essa lacuna que a gente [cobre] do Estado, é uma lacuna de solidariedade”*.

Nas demais falas o desejo do exercício por autonomia e segurança alimentar foi mencionado despojado de literalidade, mas definitivamente presente e sendo clara e assertivamente expressado nas falas dos entrevistados que, quando semiotizadas, revelavam a importância acerca dos contemplados pelos projetos serem capazes de se alimentar e

²⁴ Domenico Hur (2019) define a colonização enquanto dominação política e territorial que um povo exerce sobre outro. Já a neocolonização se configura quando o Estado e os grupos dominantes capturam e axiomatizam os fluxos desejantes dos coletivos sociais

garantirem outras necessidades básicas sem dependerem de ações como as do grupo. Rafael Sousa, do projeto de comunicação A Voz do Lins do Vasconcelos, diz que distribuir alimentos não é suficiente, pois a cesta de alimentos acaba, mas a fome não: *“A gente atende uma necessidade imediata, que é comer. O impacto é praticamente nulo. A pessoa continua desempregada. Continua sem política pública, continua sendo oprimida pelo poder de segurança. Então nada muda. O impacto é praticamente nulo. É emergencial. ‘Estou com fome, preciso comer’. A gente faz assim: toma, come. Só que, assim, o que isso muda na vida da pessoa? Vai encher a barriga hoje, mas e amanhã?”*

Cristiane da ONG Casa de Santa Ana, da Cidade de Deus (e também integrante da Voz do Lins) complementa a fala de Rafael: *“Sobre essa questão, vai muito além disso. Ela tem direito ao lazer, à cultura, coisas que não se baseiam só em comida, ela tem que ter uma boa saúde e para ter tudo isso, é muito bom que ela tenha dignidade, que [possa] falar: ‘eu posso ter isso. [...] Eu não preciso aguardar ninguém me dar ela’. Ser autônomas e protagonistas da história dela. ‘Eu quero chegar ali agora, comprar um negócio’, entendeu? Porque assim deve ser muito ruim. Você ter que ficar nessa dependência, você não ter um emprego, você não ter certeza se vai comer hoje ou se vai comer amanhã”*.

Felipe Berin, que integrou coletivos em comunidades como Jacarezinho, Maré, Cidade de Deus e Rocinha, por sua vez, narra que *“uma das coisas que não tinha preço você participar, era você, por exemplo, chegar na casa da pessoa, bater, aí a gente fala assim ‘fulana, chegou doação para a senhora’. E ela ‘ai, meu filho, eu estava no último saco de farinha, eu estava no último punhado de pão, graças a Deus, chegou numa hora boa’ e chorava.”*

As movimentações insurgentes as quais os atores que compõem o campo existencial tracejam também são chamadas de rizomáticas porque comportam multiplicidade. Puxar o fio do dispositivo pandêmico, nesse viés, também é habitar e intervir na realidade do planeta fome. E o processo de habitação nesse lugar, nesse campo, traz emergências tais quais: i) o trabalho de evitar, em certa medida, que populações de comunidade, favelas e em situação de rua passem fome; ii) a luta por algo muito mais suntuoso, e que escapa das suas possibilidades, que é a co-construção da autonomia e segurança alimentar; iii) as limitações do próprio trabalho, que, obsoleto de si mesmo, precisa ser reatualizado, porque o que está em jogo é muito caro: sem suas intervenções na realidade, no cotidiano de suas comunidades, as pessoas vão passar fome. A insatisfação cria morada e o desejo por uma nova realidade social

conduz ao novo, que são as redes de solidariedade e que tornam possível matar a fome que mata no planeta fome. Como diz a música, e as reivindicações desejanças: “a gente que não quer só comida, e a gente quer inteiro, e não pela metade”.

2.2 - Cartografando legislações e disputando narrativas

Tal qual narrativas são objeto de disputa, o termo-significado-subjetivação "Exagero" também adquire, nesse trabalho, múltiplas especificidades. Uma delas está no fato de que uma das definições trazidas pelo dicionário Priberam para o verbete "Exagero"²⁵, sugere “diferença entre a realidade e a narrativa” (PRIBERAM, 2008-2021). A presente pesquisa distancia-se da diferenciação entre realidade e narrativa, proposta pelo significado do verbete, entendendo, portanto, que narrativas constroem mundos, e mundos são constituídos por múltiplas realidades.

No tocante ao conceito de narrativa, Squire (2014) o define como:

uma cadeia de signos com sentidos sociais, culturais e/ou históricos particulares, e não gerais. Esta definição significa que narrativas podem implicar conjuntos de signos que se movimentam temporalmente, causalmente ou de alguma outra forma socioculturalmente reconhecível e que, por operarem com a particularidade e não com a generalidade, não são reduzíveis a teorias. Nesta definição, a narrativa (...) deriva simplesmente da sucessão de signos, independentemente do sistema de símbolos, da mídia ou da “matriz semiótica” em que esta sucessão ocorre. No entanto, em uma narrativa, o movimento de signo para signo tem um significado social, cultural e histórico reconhecível. (...) A “leitura” de histórias pode, portanto, mudar ou se romper entre universos sociais, culturais e históricos distintos (p.273)

Nesse ínterim, outra intenção do movimento de repuxo do fio do dispositivo também consiste na disputa das narrativas pandêmicas. Tomando a ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985) como exemplo, suas narrativas seguem sendo alvo de disputas que ramificam, inclusive num revisionismo e apagamento histórico. O próprio movimento bolsonarista e/ou de extrema direita enuncia modos de subjetivação galgados na exaltação de torturadores da ditadura, e, inclusive, numa possível volta desta. Além disso, a criação e distorção de narrativas a fim de intervenção social e nos eventos políticos da contemporaneidade tem feito

²⁵ "Exagero", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [online], 2008-2021. Disponível em: <<https://dicionario.priberam.org/exagero>>. Acesso em 20 jun.2021.

parte de seu *modus operandi*, vide as *fake news* e a máquina de manipulação e disseminação massificada de informações falsas que seguem sendo mote de campanha e estratégia de guerrilha informatizada desde as eleições de 2018. Diante disso, a intenção de disputar com narrativas do “Exagero” é tensionar, estabelecer retóricas de enfrentamento e resistir às tentativas de revisionismo do contemporâneo pandêmico, e assim, tornar mais difícil a captura dessa realidade pela barbárie bolsonarista e movimentos neofascistas, como vem sendo feito com o kit-COVID, Cloroquina, Covaxin, dentre outros.

Na esteira da crítica e oposição da condução pandêmica por parte do governo federal, buscou-se investigar toda a legislação – incluindo medidas provisórias, leis, portarias, resoluções, instruções normativas, recomendações – propostas pelo governo federal que viessem a tratar das políticas públicas relativas à pandemia da COVID-19. No endereço eletrônico do site do Planalto²⁶, logo após o título “Legislação COVID-19” se lê: “Estamos em atualização diária dos atos normativos sobre o COVID-19”.

Diante do grande volume de informações possíveis, o próprio site orienta que a procura por palavras seja feita através do comando de busca “CTRL + F”. Além da busca descrita acima, pertinente à procura de políticas públicas voltadas à questão da empregabilidade, outras procuras nominais serão relatadas a seguir. A busca pela palavra “fome” não retornou resultados, e o mesmo aconteceu com a pesquisa pela palavra “comida”. Já a procura pela palavra “alimentação” retornou um único resultado:

a lei nº 13.987, de 7 de abril de 2020 e trata da alteração da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para autorizar, em caráter excepcional, durante o período de suspensão das aulas em razão de situação de emergência ou calamidade pública, a distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) aos pais ou responsáveis dos estudantes das escolas públicas de educação básica.

A busca pelo termo “renda” retorna cinco resultados, todos referentes aos trâmites legislativos necessários para a manutenção e continuidade do Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda (BEm), que foi finalizado em agosto de 2021. Em abril de 2020, o Planalto fez valer a Medida Provisória nº 937/20, referente ao “Auxílio Emergencial de Proteção Social a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade, Devido à Pandemia da COVID-19”, conhecido popular e simplesmente por Auxílio Emergencial. A

²⁶ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Portaria/quadro_portaria.htm>. Acesso em: 13 abr. 2022.

procura por “Auxílio Emergencial” nas Legislações da COVID conferiu dezesseis resultados, onde o primeiro deles estabelecia a Medida Provisória (MP nº 937/20) que a ancora legislativamente o Auxílio Emergencial e o último – Decreto nº 10.990, de março de 2022 aborda as prerrogativas da devolução do auxílio em casos de acesso indevido ou irregularidade. Quanto à política do Auxílio Emergencial, esta foi desfeita em dezembro de 2021, na mesma época da implementação do Auxílio Brasil.

Quanto às buscas dos termos “renda” e “Auxílio Emergencial” na database que reúne os atos normativos da COVID-19, seguem algumas considerações: a primeira delas é que os termos não estão, de maneira alguma, dissociados, haja visto que o próprio auxílio já visava a distribuição direta de renda a pessoas em situação de vulnerabilidade, como sugeria a própria prerrogativa. Outra questão a ser considerada, é a quantidade de vezes que os termos surgiram em comparação a outras buscas, de forma que, o que se sugere é que o BEm e o Auxílio Emergencial compreenderam em duas grandes políticas públicas de seguridade social na pandemia. A primeira delas chegou ao fim em agosto de 2021, e a segunda, assim como o Bolsa Família, foi desmantelada em dezembro do mesmo ano.

Por fim, ainda em relação à legislação COVID-19, é conveniente assinalar que a primeira portaria, que data de fevereiro de 2020, trata do decreto de emergência em Saúde Pública em decorrência do novo coronavírus (Portaria nº 188/20), já a última, datada de abril de 2022, refere-se ao veto de Bolsonaro à lei Paulo Gustavo²⁷ (Projeto de Lei Complementar 73/21), que visava o repasse de mais de 3 bilhões de reais do Fundo Nacional de Cultura (FNC) para o próprio setor cultural, um dos mais impactados pela pandemia. O desejo do Presidente da República, crítico ao projeto de lei, é que tais recursos sejam direcionados ao agronegócio²⁸.

Diante de todo o explicitado, incluindo a desastrosa condução pandêmica por parte do governo federal, as – preexistentes – tensões entre Estado e os movimentos sociais se acentuam, passando a agitar ainda mais a dinâmica das forças. Quando ódio e banalização da vida se tornam intercessores no funcionamento da máquina administrativa, o que se produz

²⁷ Artista brasileiro falecido no ano de 2021 em decorrência da COVID-19

²⁸ Disponível em:

<<https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/bolsonaro-critica-lei-paulo-gustavo-e-quer-os-recursos-para-o-agro,35014e898ab073eac95168130dc6d9bbjhijenjg.html>>. Acesso em: 13 abr. 2022.

são políticas públicas neoliberais²⁹ (MACHADO, 2003), neocolonizadoras (HUR, 2019) e/ ou são grandes lacunas. Considera-se desastrosa e genocida a condução da pandemia por parte do Planalto porque foram esses os modelos de políticas públicas implementados, e porque de tudo o que se tentou implementar enquanto política, dada a falta ou ausência de um ordenamento institucional na gestão, pouco se efetivou, ou talvez não quisesse mesmo se efetivar.

²⁹ Sobre a relação entre recursos públicos e neoliberalismo, Machado (2003, p.91-92) observa que “a aplicação dos recursos públicos, na visão neoliberal, diverge diametralmente daquela concebida no Estado do Bem-Estar Social. É claro que o neoliberalismo admite a intervenção pública naquelas áreas de interesse coletivo que não sejam rentáveis para os capitais privados ou mesmo onde se manifestem situações de extraordinária carência social. Não concordam os neoliberais, todavia, com o direcionamento de ações públicas prioritariamente para as áreas sociais”.

3. O CONSTITUIR-SE NO ENCONTRO E OS ENCONTROS QUE CONSTITUEM PACTOS DE VIDA

3.1 - Percursos rizomáticos da pesquisa

Enquanto uma mulher, negra³⁰, psicóloga clínica³¹, pesquisadora, esquizoanalista, médium de umbanda, não é possível dissociar a lógica do encontro do meu ethos, ou seja: das minhas práticas. Minhas premissas de vida se dão ali, bem no encontro com outras e outros. Nos encontros com as minhas pacientes, no encontro dos orixás ou guias com meu corpo, nas minhas movimentações afetivas acadêmicas – e quaisquer que sejam. E é a partir dessa premissa que me lanço aos encontros necessários, e imprescindíveis, para a tessitura dos relevos existenciais que compõem essa cartografia. Para encontrar o outro, é necessário lançar mão das ranhuras e porosidades que se imprimirão ao corpo a fim de estar aberto ao plano de forças. É necessário afetar e se deixar ser afetado, a fim de abrir-se para “a possibilidade para o que pode emergir do encontro”. (STRAPPAZZON; MAHEIRIE, 2016, p. 117).

Ainda no tocante aos encontros, repensar os moldes aos quais esses aconteceriam não foi tarefa fácil. Barros e Kastrup (2015) definem o trabalho de campo como um território onde o cartógrafo, até então, não habitava, e passa a habitar. Nos moldes da construção dessa pesquisa, esse processo de passar a habitá-lo vem transversalizado pelos agenciamentos pandêmicos do distanciamento social. Se o termo “remoto” sugere distância ou distanciamento, como engendrar maneiras possíveis e palpáveis de investigação do habitar territorial sustentando distanciamentos de diversas (des)ordens, sem, no entanto, suspender proximidades e afetações resultantes dos encontros? Em 2020, logo após o deflagro da pandemia, tudo era medo, era desconhecido. Botar os pés para fora de casa era ameaçador, pouco se sabia sobre as possibilidades reais de contágio e/ou acerca da maneira de reduzir tais possibilidades, sequer havia familiaridade em conjunturas como essa. O ano de 2020, inclusive, foi justamente o ano em que as movimentações pandêmicas aqui cartografadas ocorreram em maior volume e intensidade. Ou seja: menos se sabia e – no sentido das ações

³⁰ Ao discutir as encruzilhadas existenciais entre os atravessamentos raciais e de gênero que compõem, permeiam e agenciam minha existência, sempre separo essas duas formas de existência que se interseccionam por vírgula por entender que minha negritude não é um mero recorte do que é ser mulher.

³¹ Enquanto psicóloga clínica, minha atuação profissional é menor. Menor porque é versada a partir de devires minoritários, menor porque ela é pensada por, para e, sobretudo, junto a mulheres, de maneira que ela se constrói e constitui a partir do encontro com mulheres, em especial outras mulheres-vírgula-negras. Levo como premissa de vida que “Dias Mulheres Virão”.

de enfrentamento pandêmico, mais acontecia! É irônico pensar que se tudo estivesse como era antes do deflagro da COVID-19, a presente pesquisa sequer existiria.

Como disse um querido professor certa vez: com a pandemia, os encontros que eram potencialmente contagiados passaram a ser potencialmente contagiosos. Diante disso, como reajustar as noções e práxis de trabalho de campo presencial para o virtual? As incertezas, contradições e angústias em decorrência desse reajuste aqui figuram justamente porque fazem parte dessa cartografia. Inclusive, pode se dizer que se tornaram axiomáticos da própria pandemia do coronavírus, sobretudo antes da relativa segurança que a imunização e suas doses e reforços, assim como o entendimento acerca do modus operandi do próprio contágio propiciaram.

Todas as pessoas convidadas a participar dessa pesquisa foram contatadas via redes sociais ou mensageiros instantâneos: Instagram, Twitter, Facebook e WhatsApp. No tocante às entrevistas, a maioria delas foi realizada por chamadas de vídeo via ferramentas de videoconferência³² como Google Meet e Zoom. Apenas um encontro não foi realizado de maneira remota, tendo acontecido presencialmente num bar e restaurante no bairro do Lins de Vasconcelos. Curiosa e desejante por cartografar, e em certa perspectiva até plagiar suas ideias de evitar o fim do mundo (KRENAK, 2019), adentrei suas caixas de mensagens, me apresentei, apresentei a proposta de pesquisa e convidei-as/os para uma troca de ideias. Tais movimentos, aqui chamados de “invasão”, me fazem lembrar os ensinamentos do anteriormente referido professor que, além de discorrer sobre as possibilidades de contágio alegres e tristes, disse certa vez que o cartógrafo é um pouco cara de pau. Dentro do contexto original, “cara de pau” refere-se à suscetibilidade ao plano das forças por parte do cartógrafo. Porém, peço licença para aproveitar-me do uso comum do termo por achar que aqui, nesse movimento de convocar contatos – quase todos desconhecidos e convidá-los a compor rede de pesquisa e afetabilidades das micropolíticas do “exagero”. Pode-se dizer que uma das ferramentas da cartógrafa também foi o uso de sua cara de pau.

Para Deleuze e Guattari (1995, p. 22), “uma das características mais importantes do rizoma talvez seja a de ter sempre múltiplas entradas”. Ante o exposto, a multiplicidade dos processos de contato e contágio dos colaboradores dessa pesquisa tal como da composição e

³² Antes utilizadas em contextos específicos, a pandemia da COVID-19 e sua consequente demanda por isolamento social dispararam e tornaram populares as ferramentas de videoconferência e os encontros remotos. Aulas, sessões de terapia, congressos, palestras e variados tipos de atividade passaram a ser feitos de maneira remota.

materialização do rizoma pandêmico, foram elencados em cinco atos, não necessariamente cronológicos, mas descritos a partir das tentativas, sucessos e “insucessos” do processo cartográfico descritos a seguir:

- **Primeiro ato: ajuste**

Este ato iniciou-se em agosto de 2020, a partir do contato com a Lucia Cabral, da ONG Educap do Complexo do Alemão. A possibilidade do contato com Lucia havia sido sugerido pela minha orientadora, haja visto que são parceiras de trabalho e atuam em projetos junto à juventude na comunidade. Logo, a interpelei via WhatsApp a fim de questionar sobre ações de enfrentamento à pandemia na comunidade do Alemão, e/ou no próprio Educap, e sua resposta, completamente na contramão do que era esperado, indicou um serviço de telemedicina chamado SAS (Saúde, Alegria e Sustentabilidade). Durante algum tempo achei que o contato “não havia dado certo”, depois entendi que a processualidade que marca a cartografia entende que até a resposta que não era bem a esperada, também é uma resposta, assim como produz sentido na pesquisa. Tal produção de sentido tornou evidente, não só, o caráter embrionário das micropolíticas do “exagero”, assim como a demanda por uma pesquisa um pouco mais sólida, cujas fronteiras e caminhos estivessem melhor definidos.

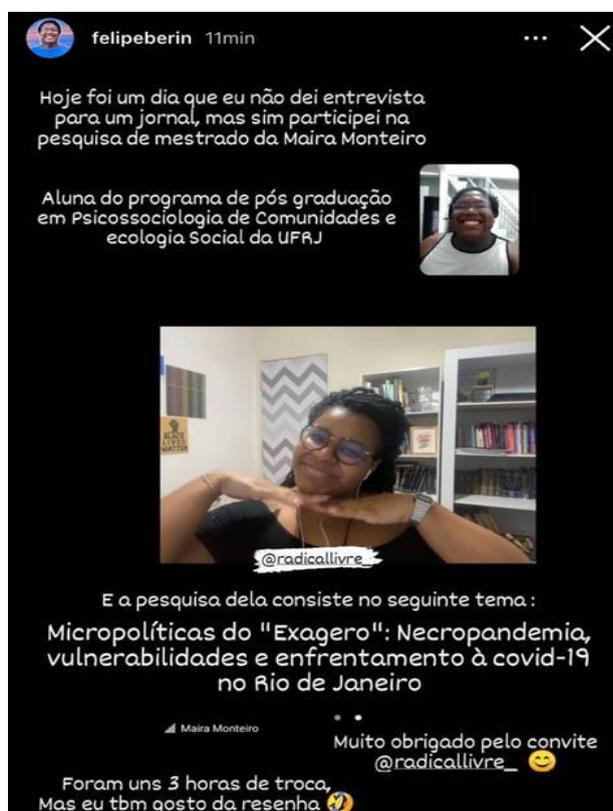
- **Segundo ato: navegações**

Esse ato inicia-se no começo de 2021, entre deslizes instagramáveis de tela, e diante de uma conjuntura onde o projeto de pesquisa já estava um pouco mais amadurecido, menos embrionário em relação ao ato anterior, me deparei com uma página chamada “Jaca Contra o Corona”. Nela havia registros sobretudo fotográficos, mas também textuais de ações de enfrentamento à pandemia, como distribuição de cestas de alimentos e máscaras, cadastro de moradores da comunidade para que pudessem ser beneficiários do Auxílio Emergencial, além de ações temáticas voltadas para a comunidade do Jacaré. Algumas das pessoas que figuravam naquelas imagens-pistas estavam tagueadas (marcadas) com seus perfis pessoais. As primeiras movimentações em busca da identificação de projetos comunitários, além da procura por possíveis participantes de projetos de enfrentamento à pandemia tomavam corpo aí. Me deparar, “coincidentemente” com o “Jaca Contra o Corona” neste dia, tornou possível

conhecer uma das pessoas que figuravam nas imagens, e que também veio a figurar neste projeto: Felipe Berin.

A multiplicidade retorna diversas vezes nas páginas desse trabalho, sob os mais variados aspectos. Um de seus retornos materializa-se na figura desse entrevistado. Berin personificou a multiplicidade ao relatar ter feito parte de movimentos como o Rocinha Resiste, Frente de Mobilização da Maré, Frente CDD, o próprio Jaca Contra o Corona, assim como relatou, no momento da entrevista, estar engajado nas atividades de gestão no Movimento de Pessoas Solidárias (MPS), que buscava oferecer assistência tais como distribuição de produtos de higiene e limpeza, cobertores, agasalhos e refeições para pessoas em situação de rua em lugares estratégicos como a Praça Tiradentes e o Largo da Carioca, no centro da Rio. Conforme relata Berin, a mudança do foco de comunidades para pessoas em situação de rua se deve ao fato de que este entendia que havia uma estrutura bem fundamentada em comparação às ações em territórios de favelas, mas que não havia nada parecido em relação à estrutura voltada para ações junto à pessoas em situação de rua. Logo, diante dessa falta, o mesmo cunhou e engajou-se nas movimentações do MPS.

Figura 1. Print dos stories do Instagram que Felipe Berin postou sobre nosso encontro



Fonte: acervo pessoal

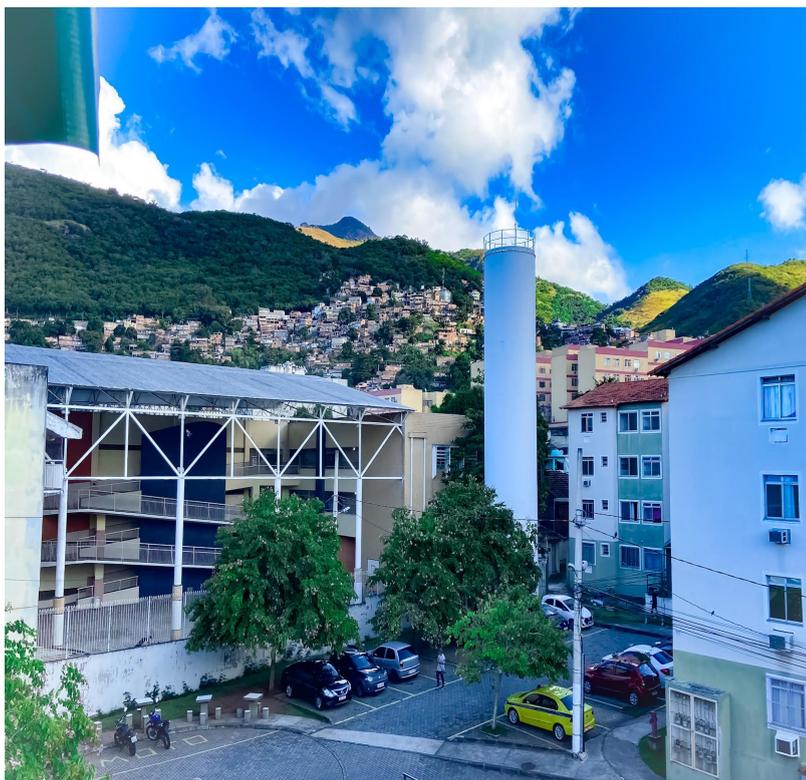
- **Terceiro ato: vibratilidade**

O terceiro ato rizomático, chamado vibratilidade, tem sua gênese no bairro do Lins de Vasconcelos, na zona norte do Rio de Janeiro, para onde me mudei no final de 2020. O desejo de incluir o bairro onde moro em meus itinerários de pesquisa veio sobretudo da paisagem da janela. Não moro na comunidade, mas a vejo daqui. Para Rolnik (2008, p.28), o corpo-vibrátil é aquele que permite a apreensão do “mundo em sua condição de campo de forças que nos afetam e se fazem presentes em nosso corpo sob a forma de sensações”. Logo, a comunidade-paisagem da janela é minha cúmplice, e, não obstante ser inspiração, é meu território também. A vejo distante, mas não me distancio dela – pelo contrário – esta é presença viva, vibrátil, é encontro e afeto, e é produção de afecções como resultado. Reivindico-a. Tais afecções conduziram ao contato com o perfil do Instagram da página @Voz do Lins, que vim a conhecer logo que me mudei, e, graças a esse contato, encontrei Rafael, Maria Eduarda³³ e a Cristiane, esta última, inclusive, também andarilha, veio a oferecer suas contribuições a partir do engajamento com a ONG Casa de Santa Ana, na Cidade de Deus.

O encontro presencial, conforme dito anteriormente, foi o único do tipo entre colaboradores de pesquisa e pesquisadora, e aconteceu em 21 de maio de 2021, numa sexta-feira incomum, em um restaurante-bar (que não resistiu à pandemia e fechou suas portas) a dez minutos de casa. Mantivemos as máscaras no rosto o tempo inteiro, além de que, à época, todos presentes na mesa haviam tomado a primeira dose da vacinação contra COVID, o que garantiu relativa segurança em estarmos reunidos ali. Ainda assim, o momento pandêmico em que esse encontro aconteceu era outro. O medo de um possível contágio agenciou e interviu até na ritualística boêmia que sugere a cervejinha das sextas-feiras ao fim do expediente, de maneira que o único álcool presente na mesa era o álcool em gel.

³³ Nome fictício da pessoa que viria a substituir Rafael, que estava de mudança para Minas Gerais e a elencou para conduzir as atividades do projeto. Apesar do desejo de delegar a liderança do canal, Rafael desloca-se com frequência, entre o Rio de Janeiro e Minas Gerais, de forma que o afastamento das atividades d’A Voz do Lins não ocorreu como o anunciado

Figura 2. Vista da minha janela. Ao fundo o morro da Cachoeirinha, ou paisagem-cúmplice



Fonte: acervo pessoal

Figura 3. Sorrisos mascarados na entrevista presencial com a galera d'A Voz do Lins



Da esquerda para a direita: Rafael Sousa (Voz do Lins - Lins de Vasconcelos), eu e Cristiane Martins (Voz do Lins - Lins de Vasconcelos e ONG Casa de Santa Ana - Cidade de Deus).
Fonte: acervo pessoal.

- **Quarto ato: acontecimento ou o “não-acontecimento”**

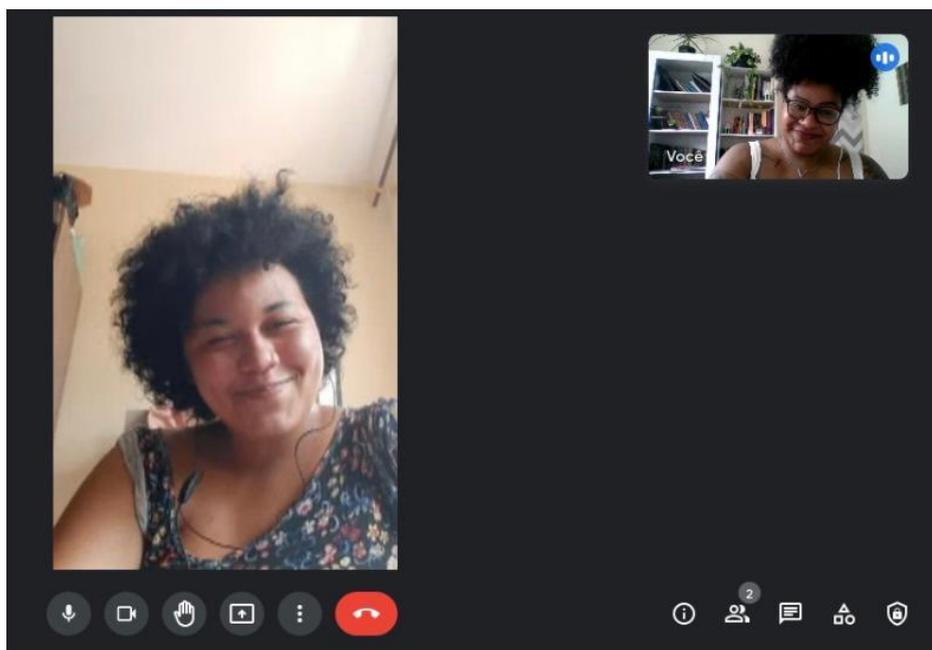
Ainda na esteira dos encontros enquanto produtores de acontecimentos, o quarto ato é assim nomeado de forma levemente irônica, pois descrevemos os atos rizomáticos dessa pesquisa falando de encontros, mas, nesse ato em específico, abordamos uma faceta importante do encontro: o desencontro. Em relação às produções dos coletivos, projetos, ONGs, associações e todos os modos de subjetivação que conduzem a seus agires militantes, os regimes de apreensão do acontecimento se modulam de diferentes formas. Alguns aspectos do campo puderam ser captados pelas movimentações desejantes compartilhadas no encontro com os colaboradores da pesquisa, suas ações, movimentações pela cidade, e reapropriações pandêmicas das ruas, as redes pulsantes de solidariedade, e o trânsito por tais redes. Já o segundo modo de apreensão refere-se à movimentações de resistência pandêmica que não passaram despercebidas pela cartógrafa e que, como consequência, conduziram a um convite para colaborar com essa pesquisa, mas que, por indisponibilidade ou por desejo do possível participante, não puderam ser trazidas para cá. As recusas, as reuniões agendadas e desmarcadas em cima da hora, os encontros sequer desmarcados e que também não aconteceram, os não, as mensagens jamais lidas e/ou respondidas perpetuadas em caixas de entrada, a agenda atribulada do potencial participante, a falta de acesso à internet da pessoa convidada. Todos esses não-acontecimentos desvelam a existência de produções de vida que extrapolam as possibilidades desta produção acadêmica. O que se chama atenção, é para a incapacidade de serem assimiladas e pensadas enquanto produção acadêmica, tal qual algumas certamente foram, mas ao qual não seria justo que deixassem de ser notadas enquanto acontecimentos produtores de potência e intervenções no território. A processualidade do campo e da pesquisa, assim como as diferentes modulações daquilo que tem sido entendido como visível e acessível, em comparação com outros tipos de visibilidade e acessibilidade, revelam diferentes regimes de visibilidade, comportando aquilo que escapa às capturas, e às impossibilidades do pesquisar. Além disso, as atividades e movimentações que não puderam ser apreendidas pelas aparelhagens do encontro literal, elas foram apreendidas de maneiras diferenciadas, possíveis. Por fim, é importantíssimo frisar que tais movimentações pandêmicas são fluxos de vida, são intensidades, são micropolíticas operativas nômades tão suntuosas que podem ser vistas a olho nu, recortando-se pelos

espaços urbanos, tecendo redes aos quais se produzem e vibram possibilidades de vida, disputando as ruas com a periculosidade do contágio. Mesmo que não tenha sido possível vê-las com um pouco mais de proximidade, elas existem e são da ordem do acontecimento e das possibilidades de existência.

- **Quinto ato: ventura**

O quinto e último movimento das entradas desse rizoma pandêmico é intitulado graças ao sobrenome da colaboradora cujo encontro descreve-se nesta etapa da travessia. Em momento anterior da pesquisa, o coletivo Frente Cavalcanti – do bairro do Cavalcanti – já havia sido contatado pelo Instagram do projeto. Nesse ínterim, troquei algumas mensagens com outra membra do coletivo que me indicou seu Whatsapp pessoal, e mesmo após essa abertura, não houve mais contato, pois esta havia parado de me responder logo as primeiras trocas pelo mensageiro. E essa história estaria inclusa no ato anterior caso não tivesse tido a ventura de esbarrar com a Millena pelo Twitter. Na referida rede social seguíamos-nos mutuamente, mas nossas interações eram esporádicas e limitadas àquele espaço. As ações com a Frente Cavalcanti, incluindo a captação de recursos para as ações do coletivo, frequentemente figuravam em uma ou outra postagem dela, e, numa dessas, a abordei por mensagem direta pelo próprio Twitter. Nesse ensejo, marcamos um encontro que ocorreu em dezembro de 2021, conforme a figura 4.

Figura 4. Videochamada com Millena Ventura, da Frente Cavalcanti



Fonte: acervo pessoal

3.2 - Redes vivas de existência

Merhy et al. (2014) sugerem as ruas como um crescente e vertiginoso espaço de multiplicidade, onde agregam-se dores, alegrias, desafios e dissabores. As ruas são lugar de alteridade e de possibilidades, lugar de Exus e Malandros em dias de festa, feira e vadiagem, das crianças quando nelas brincam os Ibejis (SIMAS, 2019). Embora Merhy et al. (2014) ao colocarem em jogo as redes de existências, referem-se ao cuidado em saúde, sua proposta também pode ser instrumentalizada com a intenção de pensar as movimentações pandêmicas de uma galera insurgente que continuou tomando as ruas para advogar pela manutenção e continuidade da vida, mesmo quando as ruas sugeriam perigo de potencial contágio do coronavírus.

Nesse ínterim, ocupar as ruas, becos e vielas adquire outros sentidos quando pensada a partir da perspectiva trazida por Correia e Gonçalves (2021, p.2), que situam as “ocupações coletivas enquanto determinantes na construção do espaço social das cidades”. Com a pandemia, ocupação pode ser pensada tanto no tocante da forma quanto às atividades passam a serem desempenhadas nos espaços públicos – a tomada das ruas a partir de um cotidiano pandêmico, quanto em relação à natureza coletiva das redes multiconectadas de solidariedade composta por associações, projetos, coletivos, ONGs, moradores e trabalhadores de

comunidades, entre outros. O “comum”, ou partilha do sensível que expressa um entrelaçamento plural de atividades humanas (RANCIÈRE, 2009) agenciados pela conjuntura pandêmica agrega e sugere, portanto, uma rede complexa, pautada na alteridade onde “a experiência errática afirma-se como possibilidade de experiência urbana, uma possibilidade de crítica, resistência ou insurgência contra a ideia do empobrecimento” (JACQUES, 2012, p.12) e da necropandemia.

Outro modus operandi dessa rede pode ser visto na questão de que a coletividade se reforça, o tempo inteiro, enquanto agenciamento que produz sentido no campo, afinal, não se capta recursos (independentemente de quais sejam esses recursos, como alimentos, materiais de limpeza, cartões alimentação, brinquedos, entre outros) sem o outro, não se montam cestas básicas sem o outro, toda a atividade que desempenham é necessariamente comunitária, coletivizada. São atividades feitas no campo social, do social, e para o social. Movimentações como essas contam com doações da iniciativa privada, com recursos provenientes dos postos de recolhimento de alimentos, dos recursos, e às vezes através da concessão de espaço de instituições religiosas, de ONGs e outras instituições do terceiro setor cuja orientação de trabalho não é somente voltada para atuação em favelas e comunidades, inclusive. Por consequência da sua visibilidade, e/ou maior possibilidade de recursos, alguns grupos e coletivos trabalham com maior volumes de itens a serem doados, de forma que, além de uma rede externa cuja ponta são os contemplados pelos projetos, há, também, uma rede interna de distribuição e comunicação entre os projetos, onde os recursos a serem doados saem (ou são transportados) de um determinado lugar a fim de serem distribuídos em outras localidades ou comunidades, conduzindo doações a lugares aos quais esses coletivos originais não alcançariam. Um exemplo disso, é o grande volume de doações disponibilizadas pelo coletivo Movimenta Caxias para o Voz do Lins.

É imprescindível salientar que a existência de uma rede pandêmica está longe de sugerir quaisquer tipos de homogeneização. Pelo contrário! Alguns desses projetos e coletivos já existiam antes da pandemia e – a partir desta – passam a voltar atenções, ou intensificar suas (moviment)ações, como é o do Voz do Lins de Vasconcelos. Outros existiram enquanto resultado de uma conjuntura contingencial e tiveram caráter temporário, como Jaca Contra o Corona que já encerrou suas atividades. Já a Frente Cavalcanti, Frente de Mobilização da Maré e a Frente CDD, que também foram criadas contingencialmente em função da pandemia, se mantêm em pleno funcionamento. Alguns desses projetos, sobretudo os

localizados em comunidades da zona sul do Rio de Janeiro, como o Rocinha Resiste, contaram com ampla divulgação de famosos, o que lhes conferiu bastante visibilidade e grande fluxo de doações, enquanto projetos atuantes em bairros da zona norte carioca, como a Voz do Lins ou a Frente Cavalcanti relatam muita invisibilidade em suas mobilizações, com baixa ou pouca aderência de outros setores sociais.

3.3 - Adiado o fim do mundo: trabalho de campo e em rede

“E está cheio de pequenas constelações de gente espalhada pelo mundo que dança, canta, faz chover” (KRENAK, 2019, p.13)

3.3.1 - Voz do Lins - Lins de Vasconcelos

Conforme relata Rafael, A Voz do Lins de Vasconcelos funciona desde o ano de 2013, enquanto *“tentativa de criação de um coletivo, que acabou virando um canal de comunicação”*. Apesar disso, este salienta que não se trata de um canal de comunicação de bairro comum, com viés denunciante, como costumam ser caracterizados os canais de bairro. A Voz do Lins prioriza a divulgação de vagas de emprego, empreendimentos e empreendedores da região, comércios, atividades culturais, entre outros.

Quanto à pandemia da COVID-19, o Voz do Lins cunhou o projeto Lins Solidário, que concerne às ações de enfrentamento à pandemia no bairro, de acordo com a descrição no dossiê abaixo (figura 5)

Figura 5. Dossiê do canal de comunicação A Voz do Lins, do bairro do Lins de Vasconcelos

A Voz do Lins – Lins de Vasconcelos	
Onde se localiza?	No bairro do Lins de Vasconcelos, na zona Norte do Rio de Janeiro
No que consiste?	“O projeto surgiu com o objetivo de ser um canal de comunicação de bairro, <i>‘mas não uma página de bairro comum, ela não fica divulgando que tem assalto na rua tal, tiroteio na rua tal, ela trata de outros aspectos de forma mais ampla. Exemplo: tem emprego na empresa tal, tá acontecendo isso na cidade, além de promover a divulgação dos pequenos comerciantes e empreendedores locais’</i> ”. (Rafael - A Voz do Lins)
Onde atua?	Em todo o bairro do Lins, que além de ruas residenciais, também comporta em seu território 16 comunidades, conhecidas como Complexo do Lins. O projeto também estende sua atuação para os bairros vizinhos, como Engenho de Dentro, e comunidades como a Vila São João, que se localiza em outro bairro vizinho, o Engenho Novo
Que ações pandêmicas foram tomadas?	A campanha Lins Solidário implementou distribuição de cestas básicas, álcool em gel, máscaras, cartões alimentação, cesta de alimentos orgânicos, campanhas de conscientização comunitárias com carros de som no bairro e em comunidades da região.

Fonte: acervo pessoal

Conforme mencionado anteriormente, é unânime que o fronte de todas as ações pandêmicas conduzidas pelos movimentos micropolíticos aqui cartografados foram pautados na distribuição de alimentos, e A Voz do Lins não é exceção (vide figura 6). Porém, o canal trouxe, em março de 2021, uma estratégia única de comunicação e pedagogia do enfrentamento pandêmico, que foi o uso de um carro de som cujo objetivo era, segundo Rafael, “orientar as pessoas sobre a importância de se preservarem em relação à COVID”. O mesmo conta que o carro de som circulou pelas comunidades do Lins – além da comunidade Camarista Méier, no bairro do Méier e comunidades fora dos limites do bairro. Me foi relatado, também, que a A Voz do Lins tem três grupos de comunicação no Whatsapp: “Voz do Lins 1”, “Voz do Lins 2” e Voz do Lins 3”, onde este último reúne comerciantes e empreendedores do bairro.

Todas as atividades d’A Voz do Lins, de fato, reforçam o quanto são um canal de comunicação, e no quanto o significante “voz” ao qual trazem no nome, agencia não só suas atividades, mas emerge enquanto aquilo que falta ao bairro e que o projeto tenta combater, que é a invisibilidade. Rafael e Cristiane pontuam que, mediante a quantidade de favelas que compõem o Complexo do Lins, não existem ONGs, associações de moradores e outras

movimentações políticas para ajudar a materializar o desejo de serem vistos, e assim amplificar a ostensividade de suas ações. Rafael comenta: “às vezes as pessoas moram no Méier, pegam o dinheiro delas e botam lá no Vidigal”, Cristiane acrescenta: “Teve uma amiga que perguntou por que o Lins’. Porque ninguém nem conhece, nem fala. É aí que precisa, é que tem que tá, aí que tem que existir. A Rocinha, esses lugares já tem muita gente pesquisando, procurando, fazendo alguma coisa. A gente vê lugares que realmente estão precisando [mais], que estão completamente desassistidos”. Chama a atenção o fato de que ambos, ao mencionarem a questão da visibilidade de certas comunidades em detrimento de outras, se referiram à comunidades da zona sul do Rio de Janeiro, o que não é coincidência.

Figura 6. Cestas de alimentos do projeto Lins Solidário



Cris e Rafael mencionam que com a mudança da gestão da Prefeitura do Rio de Janeiro, em 2020, tornou-se possível estabelecer, finalmente, algum tipo de diálogo com o governo municipal. A explicação vem de Cristiane: “Crivella tem uma ideologia em que ele não é político. Ele mistura com religião. Ele misturou com o pessoal dele. Ele jamais ia atender demanda da favela, né? Era última coisa que ele iria querer na questão política, ele é fechado com Bolsonaro”. O diálogo prefeito-prefeitura-comunidade foi impossibilitado, dentre algumas razões, por conta do apoio irrestrito a Bolsonaro. Isso sugere que no primeiro ano de pandemia, a política de enfrentamento pandêmico carioca era alinhada não só ao bolsonarismo, mas também às suas práticas. E isso mudou com a mudança de gestão, onde o diálogo dos movimentos sociais favelados com a própria prefeitura e a Secretaria de Juventude do Município, através do secretário e cria da Cidade de Deus, Salvino Oliveira,

pôde ser ampliado. Na gestão anterior isso não foi possível, porque, de acordo com relatos dos participantes, no governo municipal de Marcello Crivella, mesmo um contato bem intencionado (que se tratava de um assessor de gabinete do prefeito na época), e disposto a servir de ponte entre os movimentos comunitários e favelados com o poder público municipal não conseguiu êxito, pois houve uma recusa por parte de Crivella.

3.3.2 - ONG Casa de Santa Ana - Cidade de Deus

Junto à Voz do Lins, a ONG Casa de Santa Ana, localizada na Cidade de Deus, na zona oeste da cidade, compõe o eixo rizomático Voz do Lins-ONG Casa de Santa Ana. Entende-se que os movimentos nômades não se dão somente na composição da rede como um todo, pois também acontecem a partir de pequenos percursos singulares (porém jamais individuais) engendrados pelos colaboradores da pesquisa. O presente percurso, por exemplo, é possibilitado tanto por Rafael que, sem eu sequer pedir, convoca outras colaboradoras, criando uma bola de neve de indicações, quanto por Cristiane, que prontamente se oferece para falar do trabalho da ONG.

Ao apresentar a proposta da Casa de Santa Ana, que consiste em uma casa de convivência para idosos (vide dossiê na figura 8), a mesma faz uma diferenciação entre esse modelo e asilo: *“Na Casa de Convivência a pessoa vai e passa o dia, tem mais atividades voltadas à prevenção de doenças e depois a pessoa vai embora para casa, não é asilo. [No asilo] a pessoa já fica permanente, né?”*

Entre as ações de enfrentamento pandêmico realizadas na Casa de Santa Ana, destaca-se as movimentações de conscientização e incentivo à vacinação dos usuários do projeto, haja visto que, além de serem idosos, este grupo segue consistindo na população prioritária em relação à imunização contra a COVID. Ao discutirmos o desserviço que foi a fala de Bolsonaro sobre virar jacaré como consequência da vacinação³⁴, Cris relata: *“A fala dele [Bolsonaro] impactou nas pessoas. Teve duas situações lá na ONG, a senhora chorando, conversando comigo, a dona Sueli. Ela: ‘Cris, conversa com meu esposo, eu vou pedir pra ele vim aqui, ele viu uma matéria lá do Bolsonaro falando que a pessoa vira Jacaré, que não*

³⁴ Disponível em:

<<https://istoe.com.br/bolsonaro-sobre-vacina-de-pfizer-se-voce- virar-um-jacare-e-problema-de-voce/>>. Acesso em 21 abr. 2022

sei o quê. Ele não quer tomar. Está tendo briga lá em casa por conta disso, ele falou que eu sou doída’’. Ao conversarmos sobre os efeitos que se criam a partir de falas como essa vindas de um chefe de Estado, Cris arremata: “A fala dele impactou negativamente. E aí esse senhor foi lá [na ONG] e eu tive que conversar muito com ele. E ele todo autoritário, mas aí a gente tem aquela tática, né? Eu vou ‘quebrando’ ele com gentileza, com carinho, com amor. A história foi mudando, mudando. Graças a Deus esse homem se conscientizou e tomou a vacina”.

Figura 7. Dossiê da ONG Casa de Santa Ana, da comunidade de Cidade de Deus

ONG Casa de Santa Ana – Cidade de Deus	
Onde se localiza?	Na comunidade de Cidade de Deus, na zona Oeste do Rio de Janeiro
No que consiste?	Trata-se de um Centro de Convivência para idosos
	<ul style="list-style-type: none"> • A Casa de Santa Ana precede o Estatuto do Idoso e a Política Nacional do idoso e funciona há 31 anos. • Modelo pioneiro: primeiro Centro de Convivência em território de favela • Atividades voltadas para a prevenção de doenças e atividades, como ginástica, auriculoterapia, yoga, fisioterapia, Pilates, atividades físicas em geral, além de rodas de conversa, oficinas, etc.
Que ações pandêmicas foram tomadas?	Distribuição de cestas básicas, álcool em gel e máscaras para os idosos que frequentam o centro, e seus familiares. Assim como campanhas de incentivo à vacinação em idosos.

Fonte: acervo pessoal

Ao ser indagada sobre como veio a conhecer a ONG, Cris narra que isso aconteceu durante sua graduação, no tempo em que lá estagiou. Ao se formar, os vínculos continuaram, e agora – assistente social acabou indo trabalhar lá.

Outra importante emergência do encontro surgiu a partir de uma indagação minha acerca de como conheceu a Voz do Lins. Cris responde que foi quando mudou-se da Cidade de Deus, e que, embora não pense em deixar de atuar profissionalmente na comunidade, foi justamente a experiência da violência no cotidiano da comunidade que motivou a sua saída de lá: *“Ficava todo mundo no banheiro e eu falava ‘ninguém sai do banheiro’, que era o único lugar mais seguro. A gente morava no quinto andar, quando tinha operação eles davam tiro*

de cima do helicóptero. Teve uma moradora do prédio que morreu com tiro na cabeça, então eu ficava desesperada quando vinha o helicóptero, eu ia pro segundo andar, na minha vizinha e falava: ‘Dinha, deixa eu ficar aqui, por favor’”. Cristiane conclui, com um certo tom de brincadeira na voz, apesar da brutalidade do relato: “Era um apartamento do [programa] Minha casa minha vida³⁵. Tenho até uma tia que fala assim, aquele prédio tá mais para ‘minha casa minha morte’, porque já teve muita gente baleada dentro de casa”.

Figura 8. Montagem de cestas de alimentos na ONG Casa de Santa Ana



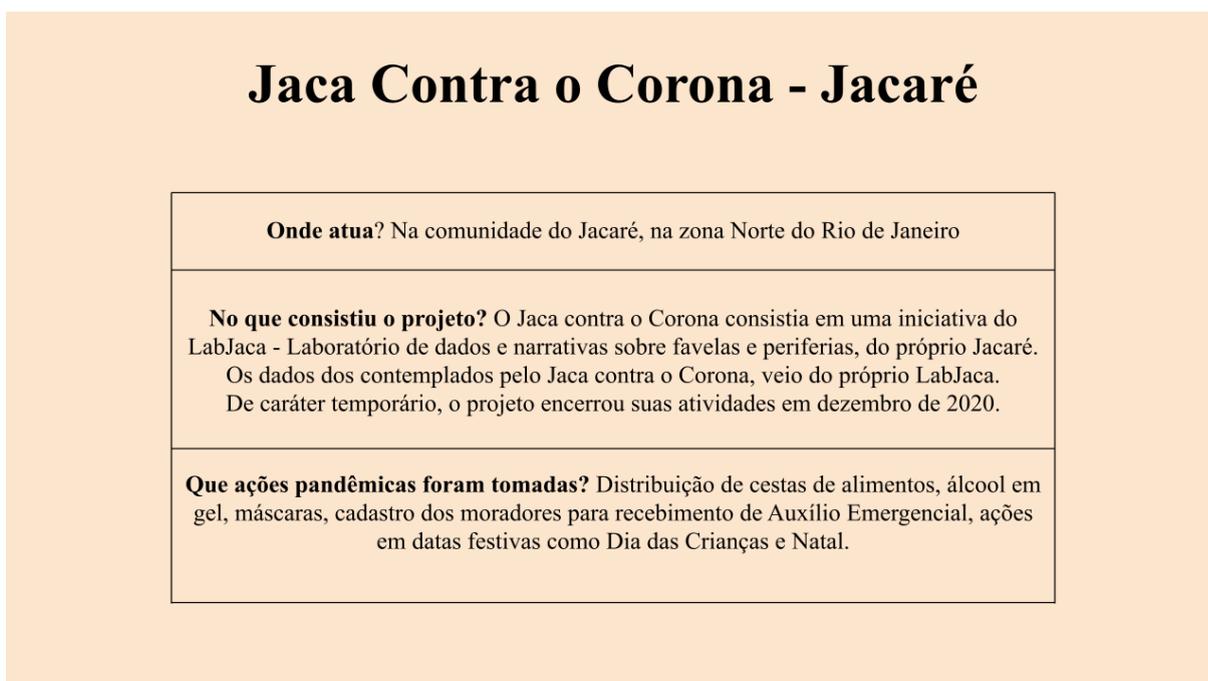
À esquerda da foto está Cristiane. Fonte: Instagram @CasadeSantaAnaCS

3.3.3 - Jaca contra o Corona - Jacaré

³⁵ O Minha Casa Minha Vida, criado em 2009 e consistia em um programa habitacional criado no Governo Lula, cujo intuito era possibilitar a aquisição de imóveis por famílias com renda até 1,8 mil reais. É importante salientar que o antigo programa também foi repaginado no governo Bolsonaro, passando a chamar-se Casa Verde e Amarela, a expectativa orçamentária do governo para o ano de 2023 sugere um corte de 95% nos subsídios do programa.

O Jaca contra o Corona foi um projeto criado pelo LabJaca, localizado no Jacarezinho. De todos os projetos cartografados, foi o único que, até a conclusão desta pesquisa, encerrou suas atividades. Até aqui é possível vislumbrar a ideia de que as ações de enfrentamento pandêmico adotadas pelos projetos se aproximam e convergem para uma maior ostensividade voltada para a distribuição de alimentos, mas, chama atenção a autenticidade de uma das atividades do Jaca contra o Corona, que foi a ajuda para que os moradores da comunidade pudessem fazer seus cadastros do Auxílio Emergencial, a fim de fossem beneficiários do programa. Segundo o LabJaca, o projeto atendeu cerca de 3000 famílias no Jacarezinho³⁶, e suas ações podem ser verificadas em seu dossiê, na figura 9, tal como registro fotográfico delas, na figura 10.

Figura 9. Dossiê do Projeto Jaca contra o Corona, da comunidade do Jacaré



Fonte: acervo pessoal

Diferentemente da Voz do Lins, Berin relata que a mudança de gestão interferiu negativamente em suas movimentações pandêmicas, pois: *“a população de rua era deixada em paz na gestão Crivella, na gestão Paes isso muda. Eles [os guardas municipais] passam a recolher documentos, roupas e colchões da população de rua a partir dessa mudança”*.

³⁶ Disponível em: <<https://www.labjaca.com/sobre>>. Acesso em 22. abr. 2022.

Figura 10. Felipe Berin junto às cestas de alimentos doadas pelo Jaca contra o Corona



Fonte: Instagram @JacacontraoCorona

Pode-se dizer que Felipe Berin foi o colaborador da pesquisa que mais fez da multiplicidade prática de vida. Seu nomadismo o conduziu por projetos nas comunidades do Jacaré, Cidade de Deus, Maré, Rocinha, além de engajamento junto à pessoas em situação de rua, de forma que serão descritos (e traçados) os itinerários dos movimentos singulares que culminaram na circulação do colaborador pelo território. No tocante ao funcionamento dessa rede pandêmica, sobretudo em relação ao volume de recursos a serem doados, Felipe diz: *“essas frentes, elas faziam uma rede, né? Então, por exemplo, quando algum parceiro ia doar para uma que estava bem abastecida, eles direcionavam para outra”*.

3.3.4 - Frente de Mobilização da Maré - Maré

Prosseguindo com os trânsitos pelo extenso eixo Jacarezinho-Maré-CDD-Rocinha, segundo Berin, a Frente de Mobilização da Maré (FMM) contou com doação de recursos provenientes da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), que é vizinha das comunidades do

Complexo da Maré, o que explica a participação da instituição junto às ações no território, compondo, ampliando e interferindo na rede. Conforme indica o dossiê do projeto (figura 11), a FMM também foi criada mediante a demanda por ações pandêmicas no território da Maré.

Figura 11. Dossiê do coletivo Frente de Mobilização da Maré, da comunidade da Maré

Frente de Mobilização da Maré - Maré	
Onde atua?	Na comunidade da Maré, na zona Norte do Rio de Janeiro
No que consiste?	Iniciativa de coletivos e moradores criado para prevenção da COVID-19 nas favelas da Maré
Que ações pandêmicas foram tomadas?	Distribuição de cestas básicas, álcool em gel, máscaras, cartões alimentação

Fonte: acervo pessoal

Quanto às políticas públicas (ou falta delas), Felipe diz: *“não depende de mim, porque isso é uma falta de política pública. Eu pensava, eu estou fazendo esse tipo de ajuda, não é? Sendo voluntário para uma pessoa não ter fome, mas ao mesmo tempo eu sei que eu tenho que pressionar o poder público para tomar uma medida mediante isso que eu estou vendo”*.

O participante, inclusive, atribui seu desejo de aderir à políticas partidárias apontando como causa as limitações que a política realizada pelos movimentos sociais engendra. Durante a graduação, este estagiou durante dois anos na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj). Isso abriu as portas para que concorresse às eleições 2020, onde se candidatou a vereador pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB). Por fim, ele arremata: *“Eu acompanhei de perto o processo legislativo da casa, fora os processos judiciais, né? Por ser formado em direito, então eu também conheço o trâmite da formação da política”*.

Figura 12. Post do Instagram do coletivo Frente de Mobilização da Maré



frentemare

Complexo da Maré



Fonte: Instagram @FrenteMaré

3.3.5 - Rocinha Resiste - Rocinha

Em mais uma parada do itinerário nomadista de Berin, a última delas em territórios de comunidades, chegamos à Rocinha. Nela funciona o projeto Rocinha Resiste, cuja peculiaridade em seu modus operandi consiste no fato de que as ações de enfrentamento pandêmico, como distribuição de cestas de alimentos, contaram com a capilaridade da rede de atenção básica da Rocinha, incluindo os próprios agentes comunitários de saúde, a fim de estabelecer os contemplados pelas cestas, assim como o acesso a eles.

Os agentes comunitários consistem no elo entre os serviços de saúde da atenção básica e moradores da comunidade, além de serem responsáveis pelo mapeamento da região onde atuam. Na Rocinha Resiste, portanto, os agentes comunitários compuseram o elo entre voluntários do projeto (alguns deles de fora da comunidade, segundo o entrevistado) e os moradores da comunidade. Conforme colocações de participantes de outros projetos, as atividades comunitárias localizadas na zona sul da cidade contam com maior volume de

doações e possibilidades na distribuição dos recursos, o que sugere uma infraestrutura menos artesanal em relação a projetos do subúrbio.

Figura 13. Dossiê do projeto Rocinha Resiste, da comunidade da Rocinha

Rocinha Resiste - Rocinha	
Onde atua?	Na comunidade da Rocinha, na zona Sul do Rio de Janeiro
No que consiste?	Em um projeto pandêmico criado que teve como especificidade a interface com a Prefeitura do Rio. Os contemplados deste projeto eram previamente cadastrados na Prefeitura do Rio. Junto dos voluntários, também subiam pelas vielas da Rocinha os agentes comunitários de saúde que já conheciam o local e portanto os guiavam. <ul style="list-style-type: none">• Traz como lema: “Um coletivo de resistência”
Que ações pandêmicas foram tomadas?	Distribuição de cestas básicas, álcool em gel, máscaras, cartões alimentação, água mineral, produtos de limpeza

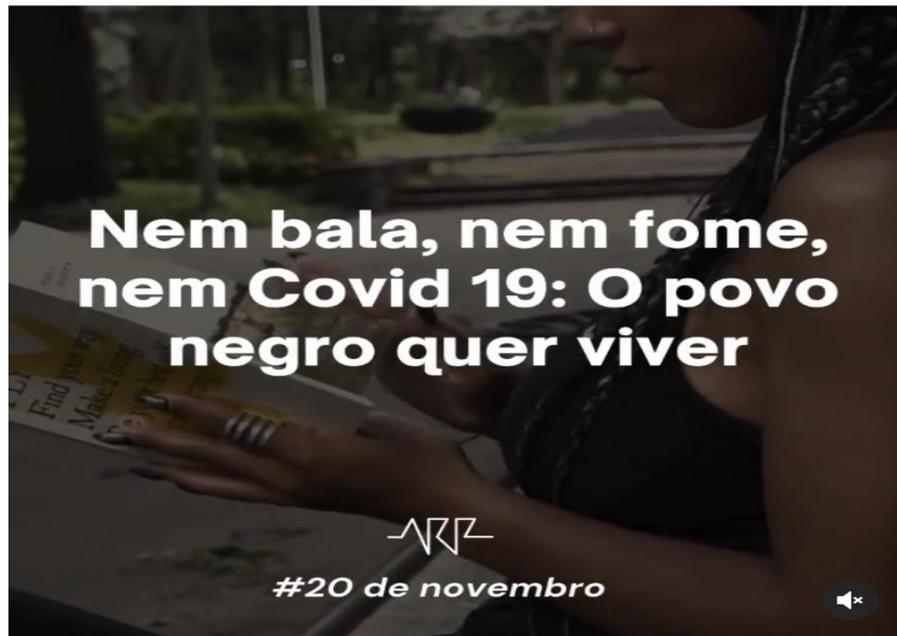
Fonte: acervo pessoal

Quando perguntado acerca de seu envolvimento com políticas divergentes das construídas pelos movimentos sociais, no caso, a política partidária, e se tinha havido algum tipo de animosidade ou retaliações por conta de sua candidatura, Berin informou que na Rocinha houve, sim, certo mal estar causado pelo fato de que havia outro voluntário que também era candidato a vereador de um partido que não o dele. Mas essa situação foi a única do tipo.

Figura 14. Post do Instagram do coletivo Rocinha Resiste com os dizeres “Nem bala, nem fome, nem Covid 19: o povo quer viver”



arocinharesiste



Fonte: Instagram @RocinhaResiste

3.3.6 - Frente Cavalcanti - Cavalcanti

O coletivo Frente Cavalcanti foi criado durante a pandemia da COVID-19. Millena sugere que no começo da pandemia, e conseqüentemente, das movimentações do projeto, procurou-se conduzir atividades de controle pandêmico, como distribuição de máscaras, álcool em gel, e, posteriormente, em outro momento, a estratégia era dar conta da fome: “*a gente continuou muito na frente de insegurança alimentar*”. Demais ações da Frente Cavalcanti podem ser observadas no dossiê abaixo (figura 15).

Figura 15. Dossiê do coletivo Frente Cavalcanti, do bairro do Cavalcanti

Frente Cavalcanti - Cavalcanti

Onde atua? No bairro de Cavalcante, na zona Norte do Rio de Janeiro, e adjacências
No que consiste? Em um coletivo de moradores do bairro de Cavalcanti/RJ. “Da favela para a favela”
Que ações pandêmicas foram tomadas? Distribuição de cestas de alimentos (incluindo cesta de alimentos orgânicos), quentinhas, álcool em gel, produtos de higiene e limpeza, máscaras, cartões alimentação. De acordo com a entrevistada, houve maior enfoque na distribuição cestas de alimentos. Também são realizadas ações solidárias em datas festivas como o Dia das Crianças, Natal, Páscoa.

Fonte: acervo pessoal

A colaboradora também ressalta a importância de atividades artísticas e/ou voltadas para as crianças da comunidade. De fato, houveram ações pandêmicas voltadas para o público infantil da comunidade, de viés mais lúdico, como distribuição de brinquedos no Natal e dia das crianças, de chocolates na Páscoa, assim como distribuição de doces e refrigerantes em datas festivas e dotadas de encantamento como o São Cosme e Damião.

Embora em todas as entrevistas tenha se discutido a problemática da fome, foi no corrente encontro que algumas discussões levantadas no capítulo dois desta pesquisa surgiram como disparadoras. Isso se deve, também, ao fato de que esta entrevista aconteceu com alguns meses de distância das demais, o que fez com o projeto, e o próprio processo de investigação estivessem um pouco mais amadurecidos em comparação com os encontros anteriores. Em outras considerações acerca da fome, Millena diz: *“a fome tem um impacto social muito forte, e a gente conseguiu por alguns meses que as pessoas não morressem de fome, em algum nível. Não totalmente, porque, justamente, a gente não conseguiu trazer segurança alimentar, mas não era nosso papel garantir essa segurança alimentar”*.

Figura 16. Ação de doação de quentinhas pela Frente Cavalcanti

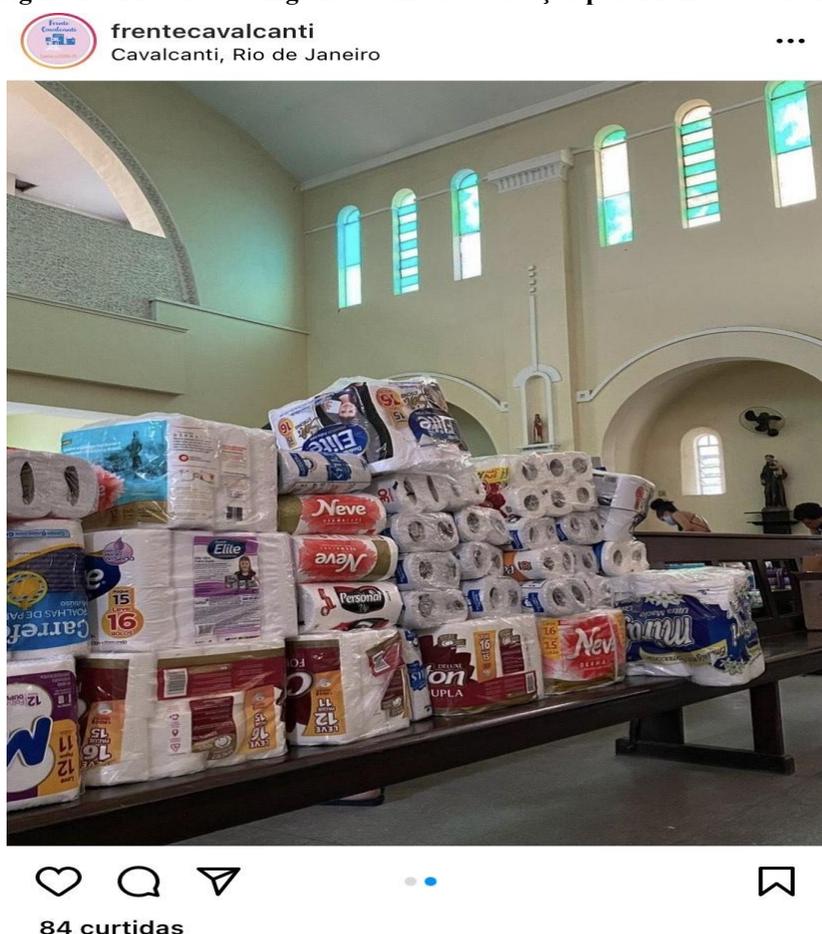


Com amor. Fonte: Instagram @FrenteCavalcanti

Até aqui já se sabe, também, que alguns vieses do enfrentamento pandêmico são atravessados por aspectos como a violência nos territórios cartografados. E, em relação à Cavalcanti, não é diferente. Nesse sentido, Millena relata alguns movimentos de reorganização do território mobilizadas e motivadas pelos interesses de grupos civis armados, como o fato de que há uma reivindicação desses grupos de que parte do bairro passe a compor o Complexo da Serrinha: *“têm lógicas que fazem sentido dentro de grupos civis armados, mas eu não sou grupo civil armado. Eu não posso colocar a minha vida dentro de uma lógica de grupos civis armados”*. Ela complementa: *“eu vejo que existem lógicas de identidade que estão sendo apontadas por lógicas econômicas de grupos civis armados que eu acho problemático pra gente entrar nelas, porque a gente começa a circular pela cidade de uma outra forma, a gente começa a construir nossas relações de outra forma e a gente às vezes acaba se nichando e impedindo grandes possibilidades. Por exemplo, se eu for do complexo*

da Serrinha, eu não posso ir a determinadas favelas que são de outro grupo civil armado, e eu não quero deixar de ir”.

Figura 17. Produtos de higiene destinados à doação pelo Frente Cavalcanti



Fonte: Instagram @FrenteCavalcanti

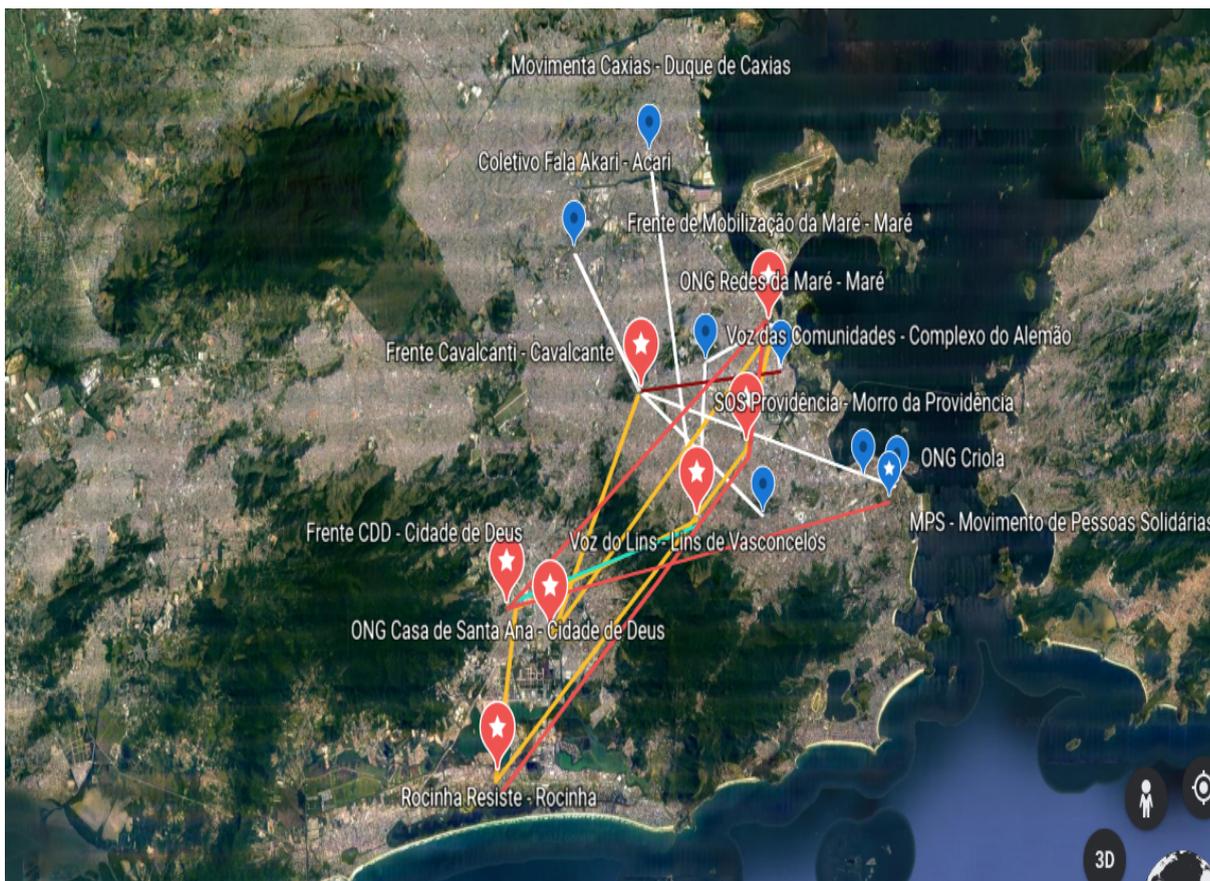
3.4 - Redes em movimento

Ao lançar-me em campo, e dar início aos processos cartográficos, jamais poderia imaginar que estaria sendo conduzida por trajetórias e percursos de uma rede complexa, com movimentos plurais, que ora se aproximam e ora se distanciam. Como sugerem Costa e Mendes (2014), as produções territoriais agregam nós, malhas e redes, comportando em suas movimentações a convocação à ação e participação diante o presente. A solidariedade nas redes sociais territoriais não são dotadas de sentidos morais, mas referem-se à construção de um comum, onde há a “co-temporalidade e co-espacialidade dos eventos” (COSTA; MENDES, 2014, p.25). A experiência da ocupação urbana da alteridade, da solidariedade, da

co-temporalidade e co-espacialidade dos processos pandêmicos conduziu, portanto, à criação de um mapa construído a muitas mãos, movimentações, insurgências, trânsitos e exageros. Ele traz à tona a cacofonia dos tracejos das redes territoriais das micropolíticas do “exagero”, rede que comporta os projetos de enfrentamento à pandemia, os eixos singulares de alguns dos entrevistados, as articulações entre projetos e coletivos pandêmicos visíveis a olho nu mas não alcançados pela cartógrafa, assim como algumas das movimentações intra-rede.

Conforme imagem abaixo (figura 18), os marcadores de estrela vermelha consistem nos territórios cartografados cujas ações efetivamente entraram na pesquisa, os traçados em amarelo unem esses territórios – pode se dizer que são, também, os tracejados feitos pela cartógrafa no encontro com os entrevistados. Os marcadores em azul, de menor tamanho, foram os projetos mencionados pelos colaboradores, mas que não puderam ser captados mais de perto, os traçados de cor branca unem essas redes de indicação (ou bolas de neve) pandêmicas. O extenso traçado de cor vermelha consiste nas andanças de Felipe Berin, já o de cor verde corresponde aos de Cristiane, e o traçado de cor vinho são as movimentações de Millena. O MPS ganhou marcador azul estrelado por ser o único projeto que não é voltado para moradores de comunidades, mas, sim, pessoas em situação de rua.

Figura 18. Mapa das micropolíticas do “exagero”



Pontos riscados do enfrentamento pandêmico no Rio de Janeiro.
 Mapa das micropolíticas do “exagero” feito na ferramenta Google Earth.
 Fonte: acervo pessoal

Nos ritos das umbandas, os pontos riscados, ou sinais riscados têm, dentre várias finalidades, fornecer identidade, comunicar seu propósito, a qual falange pertencem, enfim, enunciar quem são por meio de simbolismos. No caso das micropolíticas do “exagero”, o que tem sido chamado de ponto riscado se refere à maneira captamos e tracemos as redes territoriais são produzidas por essas micropolíticas de vida, criando rotas, disputando ruas, comunidades, becos e vielas, entrelaçando vida, encantando insurgências, criando linhas de fuga pelos territórios da cidade.

4. MICROPOLÍTICAS DO “EXAGERO”

4.1 - O viver e o deixar morrer pandêmicos: gestão da vida e da morte

Uma das ideias mais vigorosamente sustentadas por este trabalho encontra-se na noção de que viver é urgente, potente, e de que a vida tem importância. Hur (2019), ao descrever a relação entre poder e potência, sugere que a potência é sempre de caráter positivo, e remete à criação e produção, ao poder fazer, à resistência. Já o poder é caracterizado pelo menor grau da potência, e refere-se ao domínio, à colonização, àquilo que torna cativo, que captura. Gregório Barembliitt (2003 apud HUR, 2019) define poder como a potência morta. Diante disso, o desejo é de que se firmem pactuações versadas na potência da vida, nas forças criativas e emancipatórias, na ruptura dos grilhões, pactos de silenciamento e dinâmicas de aniquilação. Enfim, o que se defende fortemente é a potência contida no poder de existir, poder comer, poder viver, poder resistir.

Apesar da pandemia do COVID-19 caracterizar um acontecimento recente, corrente e contemporâneo, o aparato conceitual concebido pelos estudos das políticas de gestão da vida, mais especificamente, biopoder e biopolítica (FOUCAULT, 1988, 1989, 2005, 2008), assim como necropolítica (MBEMBE, 2018), têm sido amplamente instrumentalizados nos últimos dois anos por algumas produções acadêmicas a fim de que seja possível elaborar e nomear o contemporâneo pandêmico. Tal como essas produções, a presente pesquisa dialoga e instrumentaliza as proposições do biopoder, biopolítica e necropolítica para debruçar-se sobre a morte e a vida na pandemia do coronavírus. Diante disso, se sugere a necropandemia que nos dá aparato para pensar em como a necropolítica se reatualiza e intensifica diante da pandemia.

Foucault (2010) traz a teoria clássica da soberania para introduzir o conceito do direito de vida e de morte onde, enquanto o soberano “faz morrer e deixa viver”, o biopoder sugere uma reorganização da configuração do poder. O fazer morrer/deixar viver, dá lugar ao biopoder, cuja ordem é poder ‘fazer’ viver e ‘deixar’ morrer” (FOUCAULT, 2010, p.202). “Se outrora vigorou o princípio segundo o qual era legítimo provocar a morte ou deixar viver, agora, invertendo-se a esta equação, os mecanismos de poder visam produzir a vida, articulados à possibilidade de se deixar morrer” (FURTADO; CAMILO, 2016, p.36).

Furtado e Camilo (2016) também inferem que o biopoder opera de duas maneiras distintas, a partir de dois dispositivos de intervenção sobre os processos vitais. O primeiro deles consiste na anátomo-política, cujo objetivo é tornar corpos humanos produtivos, e disciplinados, dóceis, assujeitados quando imersos em instituições totais como a escola, hospícios, prisões, fábricas. O outro dispositivo, a biopolítica, se debruça sobre processos como natalidade, mortalidade e longevidade, surgem as primeiras análises demográficas, a fim de acompanhar, medir esses fenômenos (FOUCAULT, 2010) agregando “práticas voltadas à regulação e gestão dos processos vitais humanos cujo poder da vida age de forma a administrar populações” (FURTADO; CAMILO, 2016, p.32).

Peter Pál Pelbart (2003) estabeleceu algumas considerações acerca da disciplina:

Sempre a vida fez pressão sobre a história, sobretudo através das epidemias e da fome, mas só quando estas foram relativamente controladas é que a vida começou a ser objeto de saber, e a espécie vivente, tomada como uma força que se pode modificar e repartir de maneira ótima, tornou-se objeto de intervenção (p. 58).

Falar de biopolítica e biopoder, é necessariamente falar da governabilidade e do Estado enquanto aquele que organiza, lança mão e opera determinadas tecnologias de gestão. De toda forma, a pandemia da COVID acaba convocando o Estado a fim de que exerça sua governabilidade, sendo colocado no centro do debate (MANZANO; CARVALHO; CARVALHAES, 2020) de modo que partisse desta máquina, as decisões – e a gestão – da condução pandêmica. Diante desse movimento de deslocamento do governo federal para o centro do debate e, conseqüente enunciação dos bolsonegacionismos por parte deste, o coeficiente de territorialização do enfrentamento pandêmico foi, então, redistribuído entre máquinas de menor abrangência e magnitude como as unidades federativas, municípios, assim como a sociedade civil, materializada em empresas privadas, terceiro setor, movimentos sociais, dentre outros.

Por mais que os autores sugiram que os embates entre os poderes de Estado e população se iniciam aí, nesse ponto há uma discordância. O que se argumenta na corrente pesquisa é que estes não surgiram nesse momento, pois já estavam criados desde antes de Bolsonaro se eleger como presidente da República. Já havia uma oposição bem sólida a este governo, iniciada ainda em seus anos como deputado, e disparadas por suas aparições polêmicas e preconceituosas em programas sensacionalistas na TV aberta. Por fim, embora se defenda a

ideia de que esses embates não foram criados na conjuntura pandêmica, eles definitivamente foram acirrados nessa ocasião.

Esses embates podem ser vistos na matéria do site de notícias G1, liderança comunitária de Paraisópolis, que diz: "*A gente percebeu que o negócio seria grande e que as políticas públicas não chegariam às favelas. Então, decidimos criar a nossa própria*". A demanda pela criação de políticas de sobrevivência na fala de Gilson destoa e se distancia da fala de Bolsonaro, que dois dias antes do lançamento dessa matéria, em 12 de abril de 2020, e na contagem de 1.200 mortos, disse: "*Parece que está começando a ir embora essa questão do vírus, mas está chegando batendo forte a questão do desemprego*³⁷".

Manzano, Carvalho e Carvalhaes (2020) propõem que tanto o governo federal, quanto alguns governos estaduais e municipais e parte da população (incluindo nesta parcela os movimentos sociais) defendem, em relação à pandemia, noções divergentes de vida. A questão está justamente nas concepções de vida que enunciam esses atores. Vida, de acordo com a lógica bolsonarista ampara-se na ideia de que a economia não deveria parar³⁸, o que remete ao slogan do ex-presidente Michel Temer: "não fale em crise, trabalhe". Essa retórica reforça a crença ideológica neoliberal de que o contrário da crise é o trabalho, e que se a população disciplinada e docilizada, continuasse a trabalhar, seria possível superar a crise causada pela COVID.

Na contramão da retórica neoliberal, outra concepção de vida, defensora do isolamento social, sugeria a imperatividade da descontinuidade de atividades entendidas como não-essenciais, a fim de que fosse possível evitar e/ou reduzir o contágio, bem como evitar sobrecarga dos sistemas de saúde. Por fim, os autores acrescentam que esse embate traz "contornos biopolíticos" (FOUCAULT, 1975/1999 apud MANZANO; CARVALHO; CARVALHAES, 2020, p. 307), o que fica bastante evidente quando explicitamos as diferentes retóricas acerca do que se entende como "vida".

Sobre o tensionamento entre economia e isolamento social, Judith Butler manifesta:

³⁷ Disponível em: <

<https://jc.ne10.uol.com.br/politica/2020/04/5605755-em-dia-que-brasil-supera-os-1-200-mortos--bolsonaro-diz-que--parece-que-o-virus-esta-indo-em-bora.html>>. Acesso em 10. out. 2020.

³⁸ Criou-se uma frase de efeito a respeito disso: "fique em casa, a economia a gente vê depois". Ela costuma ser dita por apoiadores bolsonaristas diante das críticas à condução pandêmica e quaisquer argumentos em que se mencione mazelas como desemprego, fome e miséria.

quando ouvimos falar sobre a ‘saúde’ da economia sendo mais importante do que a ‘saúde’ dos trabalhadores, dos idosos e dos mais pobres, somos convidados a desvalorizar o humano para que a economia reine acima dele. Agora, se ‘saúde econômica’ significa expor o trabalhador à doença e à morte, então nos voltamos à produtividade e ao lucro, não à economia (2020, p.4).

Retornando à questão da soberania e do biopoder, Achille Mbembe (2018) cunha a necropolítica para falar sobre o fenômeno da vida enquanto subjugada ao poder da morte. Disciplinarização e controle adquirem contornos cada vez mais extremos, de forma que já se começa a morrer em vida, numa dinâmica de eliminação e extermínio “nas quais vastas populações são submetidas a condições de vida que lhes conferem o status de ‘mortos-vivos’ (MBEMBE, 2018, p.71). Já sabemos que um dos dispositivos do biopoder age sobre os corpos, mas, diante do viés necropolítico, não se trata mais de “fazer viver”, e sim “fazer morrer em vida”. A necropolítica enquanto gestão política, então, é conduzida a partir de um estado de exceção.

Negrís (2020, p.99) lança mão da necropolítica para falar da “existência de localidades, territórios ou espaços em que a regulação da vida é feita pela morte”. Na configuração da dinâmica da governabilidade pandêmica é sabido que a coletividade, funcionamento e organização fica a cargo do Estado enquanto responsável pelo governo da população. Assim, a questão é menos sobre a existência de uma política estatal, e mais sobre a configuração das formas de governabilidade dessa entidade política, sobretudo porque, no caso da pandemia, são justamente tais políticas que determinam a diferença entre a vida e a morte.

Por exemplo, o discurso medicalizante defensor da Cloroquina³⁹ adotado pelo Governo Federal, além de estatizar e definir como estratégia de saúde o desinteresse na compra de imunizantes, reforçou a ideia de que já havia, e se encontrava vigente, uma robusta política pública de abordagem medicamentosa com efeito preventivo e o objetivo de evitar ou mesmo tratar a COVID. O resultado disso? Fraude na compra da hidroxicloroquina pelo

³⁹ Medicamento comprovadamente eficaz nos tratamentos de malária, artrite reumatóide entre outras enfermidades, e comprovadamente ineficaz no tratamento do novo coronavírus.

exército brasileiro⁴⁰, acordos escusos com farmacêuticas, estoques da medicação encalhados⁴¹, aumento da incidência de mortes causadas pelo uso da cloroquina e hidroxicloroquina e resistência na adesão aos imunizantes, que efetivamente são a melhor e mais eficaz medida de enfrentamento à pandemia, assim como a estratégia de saúde responsável pelo arrefecimento das estatísticas brutais de mortos, além de medida responsável pelas possibilidades de flexibilização do isolamento social.

O interesse por mais informações acerca de quem são os vitimados pela COVID-19 indicam maior incidência de morte entre pessoas pobres⁴². A mesma fonte que expõe o dado, sugere o índice de mortalidade como inversamente proporcional à escolaridade. Ou seja: quanto menor a escolaridade, maior a possibilidade de morte. Outro indicador importante é a taxa de letalidade, que é 79% maior entre não-brancos do que entre brancos⁴³.

Ainda em meio à pandemia de COVID-19, a cidade de Manaus, capital do estado do Amazonas, foi palco de dois eventos pandêmicos fortemente significativos: o primeiro logo após o decreto pandêmico em maio de 2020 durante o colapso de seu sistema funerário, e o segundo em janeiro de 2021, diante de outro colapso, dessa vez no sistema municipal de saúde por falta de leitos de enfermaria, leitos de UTI (Unidade de Terapia Intensiva) e de oxigênio. Tais acontecimentos podem ser atribuídos, entre diversos fatores, à imunidade de rebanho por contaminação enquanto política estratégica de enfrentamento pandêmico, afinal, Manaus foi escolhida a dedo para ser a “vitrine” da imunidade de rebanho. O resultado, para além da instauração de um novo colapso manauara, foi a mutação do coronavírus, uma cepa chamada de P.1, variante de Manaus para os brasileiros, variante brasileira para estrangeiros, ou variante Gama, cuja nomenclatura foi cunhada a fim de evitar estigmas relacionados aos lugares de origem de novas cepas.

⁴⁰ Disponível em:

<<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/tcu-aponta-indicios-de-fraude-em-compra-de-cloroquina-pelo-exercito/>>. Acesso em: 25. abr. 2022.

⁴¹ Disponível em:

<<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/06/mais-de-21-mi-de-doses-de-hidroxicloroquina-doadas-pelos-eua-encalham-e-saude-avalia-seguir-a-bula.shtml>>. Acesso em: 25. abr. 2022.

⁴² Disponível em:

<<https://noticias.r7.com/saude/perfil-de-mortos-mantem-pobres-e-homens-como-maiores-vitimas-08032021>>. Acesso em: 18. jul. 2021.

⁴³ Disponível em:

<<https://noticias.r7.com/saude/perfil-de-mortos-mantem-pobres-e-homens-como-maiores-vitimas-08032021>>. Acesso em: 18. jul. 2021.

Uma forma possível de refletir acerca do contemporâneo pandêmico está no fato de que, em países com estratégias consideradas eficientes de enfrentamento à pandemia da COVID, a modulação entre flexibilização e relaxamento do isolamento social e adoção de *lockdowns* é definida a partir do número de positivados, enquanto aqui no Brasil, a flexibilização é pensada e versada a partir da disponibilidade do número de leitos de UTI. Vivenciamos, atualmente, um momento de retomada das atividades, das ruas, da possibilidade da comemoração de datas festivas como o Carnaval, além do fim da obrigatoriedade do uso de máscaras em diversos estados do Brasil. No momento em que escrevo estas palavras, pode-se dizer que não só os números de positivados para a COVID mas, principalmente, os índices de mortalidade pela doença seguem “baixo”. O desejo é de que esses números zerem.

Se o Estado em pleno uso de seu poder de governo, ou da máquina estatal, durante um evento de exceção como a pandemia da COVID-19, não estabelece medidas específicas voltadas para a proteção da população pobre, racializada, favelizada, trabalhadora e de menor escolaridade – assim como já não o fazia antes da pandemia – deixando-os morrer, tal política de gestão [de morte] tem nome: necropandemia. Este neologismo não pretende sugerir uma ideia inédita de gestão política de governabilidade ao associar as proposições de Mbembe (2018) e Foucault (1988). O que se busca apontar com a necropandemia é a intensificação ainda mais macabra, que o “deixar morrer” adquire com a pandemia da COVID-19.

Sobre extermínio em territórios de comunidades, é possível endereçar a retórica necropandêmica a partir da morte em eventos como a operação policial que assassinou Kathlen Romeu no Lins de Vasconcelos, que conduziu à chacina do Jacaré e matou 28 pessoas em maio de 2021⁴⁴ ou a operação ilegal que ocupou a Maré em julho desse ano, ainda que operações em favelas estivessem, a época, suspensas pelo STF (Supremo Tribunal Federal) desde 2020 em função da pandemia da COVID⁴⁵. Chacinas e operações policiais em favelas são fenômenos axiomáticamente necropolíticos. Mas a pandemia reconfigura e intensifica a criação de modos de subjetivação e imprime novos sentidos, a níveis molares e moleculares em todos os aspectos que transversalizam a vida no presente pandêmico. Assim, a violência do Estado que deixa morrer por COVID-19 e que mata nas operações policiais em

⁴⁴ Na mesma época, em maio de 2021 o país lidava com o maior pico dos números de mortos pela COVID desde seu deflagrao em março de 2020. Diante de uma conjuntura dessas, ludibriar a morte tornava-se ainda mais difícil, pois o “deixar morrer” em decorrência das complicações da COVID-19, se soma ao “deixar morrer” também morria nas mãos da polícia.

⁴⁵ Disponível em: <<https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=448994&ori=1>>. Acesso em: 18. jul. 2021.

favelas – agravada pela desobediência ao maior aparelho jurídico do país – além de ser necropolítica, também é necropandêmica.

4.2 - Macro e micropolíticas do “exagero ”: por uma Psicossociologia de/com/para comunidades

Conforme mencionado em outro momento, a micropolítica consiste nos processos de formação do desejo no campo social (GUATTARI; ROLNIK, 1996). Cabe à micropolítica devolver ao campo político cada ação, cada ato de produção de realidade, além disso, a micropolítica, a noção tradicional de política através da ampliação e transformação dessa, cria, então, um novo regime de visibilidades a partir de um novo ângulo de visualização das relações de forças (HUR, 2019)

Rolnik (2018) sugere que a dimensão micropolítica situa-se na tensão entre sujeito (pessoal) e fora-do-sujeito (extrapessoal). Domenico Hur (2019), em seu livro *Psicologia, Política e Esquizoanálise* define que a macropolítica corresponde à política estratificada, instituída, molar, estatal, se tratando, portanto, da noção tradicional de política, incluindo a partidária. Já a micropolítica, corresponde às forças instituintes, moleculares, móveis. Cabe ressaltar, também, que macro e micropolítica não são políticas antagônicas, e se referem à forma de apreensão dos fenômenos (GUATTARI; ROLNIK, 1996; HUR, 2019).

Já “exagero” se trata de um termo que aparece o tempo inteiro em disputa, mediado no plano comum (KASTRUP; PASSOS, 2013) pelas forças instituintes e pelas forças instituídas. Os “exageros” figuram o tempo inteiro entre aspas, representando um estrangeirismo, um desajuste, algo que está sempre em jogo. Algo que não está dado, e que não se sabe se um dia estará. Sendo assim, é um termo atravessado por um constante exercício de transvaloração. O que um dia foi a palavra utilizada pelo chefe do Estado brasileiro para diminuir e endereçar como bobagem a preocupação da população com a pandemia, hoje é multiplicidade.

Multiplicidade que pode ser pensada como aumentativo diante do fato de que 662 mil mortos⁴⁶ no Brasil, e 6 milhões de mortes pelo mundo, corresponde a um número descomunal, monstruoso, um exagero hiperbólico perverso e extremamente triste. Exagero é como o bêbado com chapéu coco que anda na corda bamba de sombrinha, que se por um lado ele

⁴⁶ Disponível em:

<<https://g1.globo.com/saude/coronavirus/noticia/2022/04/15/brasil-se-aproxima-de-662-mil-vitimas-de-covid-na-pandemia-media-movel-e-de-111-por-dia.ghml>>. Acesso em: 17. abr. 2022

pode ser visto no choro de Marias e Clarisses que na conjuntura atual enterraram seus familiares, por outro ele é a esperança equilibrista⁴⁷ que se repete e vaza constantemente nas falas e subjetivação dos exagerados-colaboradores da pesquisa quando dizem “*Eu quero ajudar*” (frase dita por Cristiane - ONG Casa de Santa Ana / Voz do Lins; Rafael - Voz do Lins e Felipe Berin - Rocinha Resiste / Jaca contra o Corona / Frente de Mobilização da Maré/ Frente CDD / MPS). O “exagero” comporta tanto a atualização contínua do número de mortos a cada versão dos boletins epidemiológicos, quanto a todas as estratégias possíveis de ludibriar a morte, seja tornando possível comer, seja criando modos de vida versados na resistência à barbárie e aos bolsonegacionismos.

O que as micropolíticas do “Exagero” propõem, portanto, é a possibilidade de ver as políticas pandêmicas enquanto produtoras de sentido e realidade. Produtoras de modos de subjetivação pandêmicos, ou seja: como modos de ser, de estar, e como nos convoca o atual momento, de (sobre)viver apesar de Caronte⁴⁸, que transporta suntuosas quantidades de vidas, não mais em um barco, mas em motos e jet skis pelo país. Às subjetividades cabem o papel de constituir as fissuras da micropolítica, corrompendo as macroestruturas (GUATTARI; ROLNIK, 1996). Em suma, se “uma análise micropolítica se propõe a pensar os vários acontecimentos no cotidiano” (MERHY et al. 2019, p.72), logo, o intuito das micropolíticas do “exagero” é refletir acerca da pandemia e dos desdobramentos dela, além de lançar luz às estratégias de vida, às linhas de fuga que produzem outros possíveis.

No tocante à Psicossociologia, um estudo crítico realizado há vinte anos sobre a gênese da pesquisa nos territórios de favelas cariocas situa médicos, jornalistas, assistentes sociais e engenheiros como os produtores de conhecimento nesses territórios (VALLADARES, 2000). Embora determinados vieses de fazer pesquisa ainda normatizem moradores de comunidades como aqueles que devem ser pesquisados, enquanto os pesquisadores dotados do seu saber-poder (FOUCAULT, 1989) são como produtores do conhecimento, outras possibilidades de pesquisar menos engessadas quanto à produção de conhecimento em territórios de comunidades, pode ser vista no que Camargo et al. (2021) enunciam como Psicossociologia com comunidades, por exemplo.

Para os autores, “uma ‘Psicossociologia *com* comunidades’ deve se empenhar em fortalecer os encontros e promover confluências, engendrando processos de produção coletiva

⁴⁷ Referência à canção-estratégia de guerra-alento “O Bêbado e a Equilibrista” de João Bosco e Aldir Blanc, que veio a falecer por conta de complicações causadas pela COVID-19 em 2020.

⁴⁸ Caronte, na mitologia grega, é o barqueiro, que conduz os mortos pelo rio Estige

de conhecimentos contextualizados e críticos sobre as realidades comunitárias” (CAMARGO et al., 2021). A enunciação de uma prática psicossociológica que aposta na coletivização da construção do conhecimento a fim de construir as realidades produzidas nas comunidades pode ser entendida como polifônica, haja visto que a polifonia consiste em um “povoado de muitas visões de mundo, muitas palavras, muitas histórias, de várias origens, que dialogicamente se fundam no social” (GOULART, 2001, p.11).

Tanto o caráter cartográfico, quanto o caráter psicossociológico da pesquisa, conduziram às micropolíticas do “exagero”. Enquanto a primeira refere-se à orientação metodológica, o segundo refere-se ao campo do saber ao qual essa pesquisa se orienta. As pesquisas de/ construídas com/ voltadas para comunidades trazem em sua composição a imanência da coletividade, de seus aspectos políticos. Conforme é sabido, se procurou a todo instante apostar na construção, assim como lançar luz, e vozes, a fim de que fosse possível assimilar o quanto a coletividade é aspecto imprescindível neste trabalho.

Esta pesquisa não compreende em um trabalho voltado para e construído por comunidades só porque os territórios existenciais que a compõem se passam em comunidades. Ela se localiza no campo da psicossociologia de/com/para comunidades, e reivindica esse lugar, justamente porque aposta, assim como intervém ao mesmo tempo, em que sofre interferências de uma constante co-construção de mundo pandêmico, insurgente. Porque cria rotas, riscados, traçados e vozes cacofônicas das mais diversas frequências, porque nada relativo à sua co-construção sugere generificações. Apesar do dinamismo da pesquisa, ora sugerir aproximações, ora sugerir distanciamentos, não se pretende roubar protagonismos, tampouco calar vozes. Pelo contrário!

Logo, essa pesquisa afirma-se como uma produção de caráter psicossociológico com/de/para comunidades, de forma que a cartografia indica o indicativo da postura da pesquisa pelo qual tal produção psicossociológica ocorre. Além disso, essa ruptura com os lugares de produção de conhecimento busca romper tanto com narrativas terceirizadas – e apagadas – sobre determinados grupos, quanto com a lógica que engessa e homogeneiza suas existências.

O giro decolonial lançou mão do pensamento decolonial, que rompe com a homogeneização e terceirização ao propor um modo de pesquisar que “tem contribuído para pensar a América Latina desde a América Latina, numa ruptura com a retórica da

modernidade e a lógica da ‘colonialidade’ e suas diversas derivações” (DULCI; MALHEIROS, 2021, p.177). Outro compromisso da presente pesquisa, já mencionado anteriormente, consiste na denegação das epistemologias e metodologias nortecêntricas⁴⁹ [...] baseadas na lógica cartesiana, eurocentrada, racializada, localizada e generificada (DULCI; MALHEIROS, 2021, p.176). Por tudo e por todos, esta pesquisa se insere nos pressupostos psicossociológicos de/com/para comunidades na certeza de aportar experiências vivas onde a norma impetrada e normatizada foi e continua sendo a morte.

4.3 - “A gente combinamos de não morrer⁵⁰”: problematizações, pactos de vida e políticas de resistência

A recusa às formas tradicionais de pesquisa marcaram não só a postura com a qual, naquele ponto, se investigaria, mas também a própria etapa de investigação. O mesmo acontece nesta última etapa, a de análise dos dados. Barros e Barros (2016) ao abordarem a questão da análise na cartografia indicam que esta se dá através da problematização, além de salientarem que os efeitos que se produzem no território existencial já são cultivados (e não coletados) durante o habitar territorial, pois por mais que não se busque analisar, a pesquisa já produz efeitos. Nesta pesquisa a análise buscará engendrar refletir acerca das aproximações e distanciamentos emergentes no campo.

No caso da Voz do Lins de Vasconcelos, torna-se muito simbólico que uma página que traga no nome a palavra “voz” (e que tenha como objetivo, justamente, dar voz a um bairro eclipsado pelo famoso vizinho Méier⁵¹) retorne tanto à problemática da invisibilidade. Se é o ato de fazer falar e não de fazer calar, que traz visibilidade, o simbolismo está na peculiaridade de terem desenvolvido uma ação voltada para a comunicação e conscientização através da amplificação de suas vozes, a fim de que essa possa produzir efeitos no território, tal como a conscientização das formas de contágio da COVID-19. Embora nenhum outro

⁴⁹ Cabe mencionar que apesar da cartografia ser cunhada por dois filósofos franceses (Félix Guattari e Gilles Deleuze), sua ontologia não remonta ao eurocentrismo.

⁵⁰ Fala-pista-estratégia de vida retirada do Conto “A gente combinamos de não morrer”, de Conceição Evaristo no livro Olhos D’Água

⁵¹ O bairro do Lins de Vasconcelos é um dos que compõem o Grande Méier, grupo que, além do próprio Méier engloba outros bairros do subúrbio carioca como Engenho Novo, Abolição, Riachuelo, Água Santa, Engenho de Dentro, Jacaré, Lins de Vasconcelos, Piedade, Pilares, Todos os Santos, São Francisco Xavier, Cachambi, Sampaio, Jacarezinho, Maria da Graça, Encantado e Rocha.

entrevistado traga relatos de ação semelhante, a descrição do campo buscou trazer relatos de cada ação que tenha trazido um singular em suas ocupações de enfrentamento à pandemia.

Ainda no tocante à invisibilidade do projeto, os próprios integrantes sugerem que a Voz do Lins concentra grande parte do engajamento político do bairro, sugerindo que deveriam haver mais mobilizações comunitárias no território do Lins de Vasconcelos, sobretudo porque o complexo de favelas localizado no bairro agrega 16 comunidades, e muito pouco engajamento, levando em conta a grandiosidade desse número, aliados à ostensividade do território.

Agora, mesmo que não haja demanda para que seja possível ampliar mais a rede comunitária local, é importante mencionar que, por mais que a Voz do Lins não seja invisível dentro do próprio bairro concentrando, portanto, grande parte das mobilizações, isso não quer dizer que elas não existam e não sejam encabeçadas por outros agentes. Um (triste) exemplo disso é o fato de que quando Kathlen Romeu e seu filho foram brutalmente assassinados pela Polícia Militar no bairro⁵², os protestos não foram encabeçados pelo canal de comunicação, embora este tenha mobilizado e acionado a população do Lins através de postagens em sua página.

Conforme anteriormente expressado, o bairro de Cavalcanti, assim pertencente à zona norte carioca, também sente a invisibilidade, embora sinta-a a partir de dois processos distintos e concomitantes. O primeiro deles se apresenta de maneira muito semelhante à invisibilidade a qual queixa-se o projeto no Lins, que é a invisibilidade geográfica do bairro, avizinado e eclipsado pelos bairros de Madureira, Vicente de Carvalho, Quintino Bocaiúva, entre outros. O outro processo de invisibilidade, ou de tentativa de invisibilização, está contido nas movimentações dos grupos civis-armados da região cuja demanda é que parte do território que abarca o bairro de Cavalcanti seja agregado à região do Complexo da Serrinha, pertencente à Madureira. Para além dos motivos explicitados anteriormente, onde a participante estabelece recusas e explicações bem contundentes para as discordâncias desse reposicionamento territorial por parte desses grupos, Millena ainda reivindica uma identidade comunitária e territorial a fim de justificar tal discordância, acrescentando que Cavalcanti compreende em um *“bairro com identidade e problemas próprios”*. Costa e Mendes (2014) sugerem que a pertença a uma identidade territorial não se apoia num limite físico, mas na

⁵² Disponível em:

<<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2021/12/13/policia-do-rio-conclui-que-partiu-de-pm-tiro-que-mato-u-kathlen-romeu.ghtml>>. Acesso em 24. abr. 2022

construção das relações que se dão no território. Millena nos permite visualizar a importância das relações, e do quanto elas também acontecem a partir de uma lógica de trânsitos (assim como das possibilidades de que esses trânsitos aconteçam), e no quanto eles são responsáveis, inclusive, por colocar em jogo as identidades e problemas do bairro, assim como conferir singularidade a determinados territórios, configurando-o como comunidade.

Ao investigar as modulações do desejo dos atores do campo existencial acerca da solidariedade contida em suas atividades, o desejo de ajudar é comum, transversalizado pelos atores da rede e por suas movimentações, sem exceção. No campo discursivo, porém, o “ajudar” surge dotado de significados distintos. Por exemplo, o ajudar na fala de Millena (Frente Cavalcanti) enuncia a ação que precisa ser feita porque há um buraco, uma ausência, uma demanda deliberadamente não atendida por parte do Estado em prover o que consiste no básico e o mínimo necessário para a garantia da dignidade dos contemplados pelas ações do coletivo.

O fenômeno da ajuda que se materializa como consequência da falta, da ausência estatal também é visto no eixo Voz do Lins-ONG Casa de Santa Ana, na fala de Cristiane que diz: *“assim, eu quero estudar bastante e ajudar o máximo que eu puder. A comunidade onde eu morei, eu sei que eu não vou conseguir abraçar o mundo, mas o pouco que eu fizer eu já estou muito satisfeita, porque é uma coisa que o Estado, ele não faz”*.

Ainda no intuito de discutir como os entrevistados enxergam e expressam a “ajuda” em um contexto pandêmico, e, também fora dele, Felipe Berin expressa: *“o amor ao próximo é o meu combustível”*. O ajudar, nesse caso, assume contornos levemente salvacionistas em comparação aos outros. Solidariedade tem sido entendida aqui não de acordo com vieses morais e/ou messiânicos, mas a partir de um comum, de uma demanda que se cria, como pudemos ver, a partir da ausência e das políticas de morte pelo Estado, e que acaba por suscitar relações versadas na alteridade em espaços urbanos, experiências erráticas (JACQUES, 2012), assim como conduzem ao devir-Outro-em-Nós.

Outro aspecto levantado nos encontros do campo remete à maneira aos quais esses projetos e coletivos políticos pandêmicos se relacionam no território existencial com o maquinário público municipal (para além da demanda não correspondida das políticas públicas). No tocante à mudança da gestão da prefeitura durante a pandemia, no ano de 2020, o eixo Voz do Lins-Casa de Santa Ana salienta a importância da não reeleição de Marcello

Crivella para ampliação e para construção de uma relação mais estreita, e pautada no diálogo e apoio do poder público do município do Rio. Berin, que (encerradas suas atividades em comunidades) agora concentra suas movimentações junto à pessoas em situação de rua, na contramão dessa questão, traz imensas reservas quanto à troca de gestão porque até a invisibilidade da gestão anterior oferecia um melhor cenário em comparação com a política higienista que caracteriza a gestão atual, assim como as anteriores, ao recolherem colchões, cobertores, pertences pessoais, e até identidades, literais e simbólicas. Frente a esse distanciamento, Costa e Mendes (2014, p. 25) sugerem a redes sociais territoriais como “frentes de solidariedade produtoras de convergências e embates permanentes”.

Outra questão emergente do campo também está no fato de que basicamente todos os entrevistados mencionam em algum ponto a violência que se imprime em seus cotidianos na cidade. A fim de contextualizações, é muito importante salientar que esse trabalho entende como violência a ação de tudo aquilo a que (deliberadamente ou não) des-potencializa existências, dignidades ou ameaça à possibilidades de existências. Difamar vacina e estabelecer políticas de contágio intencional na população brasileira é violência, as políticas de segurança pública que autorizam operações policiais em territórios de favelas, como a que assassinou Kathlen ou promoveu chacina no Jacaré, e fez com que, uma das trilhas sonoras da escrita deste trabalho justamente fossem os sons de disparos de tiro das operações policiais no Lins, também caracteriza violência. Contribuindo para a intensificação da violência dos modos de vida pandêmicos, também estão os fenômenos de violência urbana, que não ficaram de fora do trabalho de campo (talvez porque não fosse possível que ficassem de fora) e cuja reflexão conduz ao fato de que criam ainda mais processos de vulnerabilização, produzindo, portanto, sentido no mundo pandêmico.

Quanto ao mapa construído a algumas mãos, muitos passos, diversificadas narrativas e muita experiência de erraticidade (JACQUES, 2012) foram experimentados. Foi somente a partir da materialidade do mapa, que ilustrou as errâncias dos atores compondo a multiplicidade das redes, que notou-se que os projetos da zona oeste, excetuando a Cidade de Deus, ficaram de fora. O mesmo entendimento pode ser aplicado à questão da Baixada Fluminense, onde um único projeto foi mencionado – o Movimenta Caxias, de Duque de Caxias⁵³. Por fim, o tracejar das micropolíticas do “exagero” corresponderam a pontos

⁵³ Nesse caso, por mais que houvesse sucesso no contato com o responsável pelo grupo, a possibilidade de encontro acabou não indo adiante.

riscados que identificam e afirmam a potência de ludibriar a morte e seguir (re)existindo em territórios marcados pelas desigualdades e violências.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acredito que em outro momento, outras pessoas, com outros corpos e cartografias, poderão tecer com muito mais desenvoltura, com ampliações e modificações das nuances e dos componentes de análise, o acontecimento “pandemia da COVID-19”. Espero, inclusive, que esta consista em tarefa mais fácil do que foi para mim, levando em consideração as relações que se criam entre a descrição do contemporâneo ainda na contemporaneidade, e também na fluidez com que a própria pandemia torna-se obsoleta de si mesma, permitindo micro distanciamentos, porém todos temporários e alguns deles descartáveis, aos quais servem como brecha para que as capturas necessárias à cartografia ocorram.

A pandemia da COVID-19 produziu colossais efeitos a nível global (cujos efeitos de maneira abrangente só serão endereçados pelos pesquisadores do amanhã), fazendo ondular a malha social de margens de sociedades inteiras, incluindo a nossa. No caso do Brasil, já vivíamos, há alguns anos, com nosso próprio tecido social em efervescência, em ebulição. O avanço dos neoconservadorismos, do neoliberalismo enquanto lógica econômica mas também produtora de subjetivações, a eclosão do antipetismo e a gênese dos lavajatismos que – efervescentes e intercessores na realidade política do país – culminaram no golpe de 2016.

Com o movimento derradeiro da territorialização do antipetismo e do acirramento da crise política que ocasionou o golpe, vieram os “mitos”. O mito de que com Michel Temer assumindo como presidente a corrupção acabaria, e de que seríamos melhores enquanto sociedade livres da gestão presidencial do Partido dos Trabalhadores. Criou-se aí uma desculpa para o desmonte de uma série de macropolíticas de seguridade social e de precarização que marcaram os dois anos da gestão Temer, além do fato de que se os marcadores sociais só pioravam e a crise não cedia, a responsabilidade era da gestão petista que deixara tudo “bagunçado”. Pouco importava se nunca houve intenção de remediar a crise, e se, contrariamente, foram cunhadas estratégias políticas neoliberais de ampliação da crise, como o teto de gastos, a reforma trabalhista e a lei da terceirização (essas duas responsáveis por precarizar ainda mais a classe trabalhadora), além do pontapé inicial para aprovação posterior da reforma da Previdência.

Diante do cenário de acirramentos e intensificação da crise, e de avanço do neoconservadorismo, surgiu-se outro mito: o de que o salvador do país seria Jair Bolsonaro, que, de forma messiânica, viria para expurgar toda “a sujeira deixada pelo PT”.

Logo após a contagem dos votos e do entendimento de que o presidente eleito seria, de fato, o candidato do ódio, alguns movimentos de esquerda opositores do novo presidente e de tudo o que este representa cunharam as seguintes palavras de ordem: “Se fere minha existência, serei resistência”. Sabíamos que os anos que viriam a seguir não seriam fáceis e que haveria muito a que resistir, o que não se sabia naquele momento, é que precisaríamos – mais do que nunca – ser resistência, e de maneira literal, porque toda a retórica e práticas de (des)governo, e mais intensamente a condução da pandemia, em si, ferem existências e engendram impossibilidades de existir.

Se a pandemia do novo coronavírus materializa e escancara precarizações de ordens diversas, e o cenário político brasileiro também abarca suas próprias contradições, incluindo as ações necropolíticas e as vulnerabilizações, os níveis de agitação da malha social se intensifica e convulsiona a níveis jamais vistos. Portanto, o que essa pesquisa sugere é a visualização dos fenômenos que fazem com que esse tecido social convulsione, assim como os efeitos dessa ondulação frenética na realidade social. E aí agrupam-se alguns parâmetros estéticos – no sentido de construção de realidade –, éticos e políticos e se nomeiam esses parâmetros de micropolíticas do “exagero”.

No complexo diagrama das forças, as maiores ondulações e efervescências são vistas nos extremos, nas fronteiras entre viver e morrer, onde a retórica dos ódios políticos que amolam facas são transformadas em políticas – públicas – do ódio que, efetivamente, imolam vidas. É justamente nas fronteiras, nas margens que se produz possibilidades de vida, e retóricas de enfrentamento e oposição. Isto ficou evidenciado nas sutilezas retóricas e narrativas produzidas por aqueles que, diante dos dramas da fome e da falência estatal, impuseram suas marcas e emprestaram seus corpos para que o deixar morrer fosse substituído pelo possibilitar viver.

A corrente dissertação de mestrado procurou investigar movimentações comunitárias, de quaisquer ângulos de visualização que fossem possíveis, aproximados ou distanciados da cartógrafa, a fim de que se buscasse responder à pergunta de pesquisa, que indagava acerca

das políticas outras, de afirmação de potência de vida, de resistência e de oposição às políticas da morte e seus efeitos.

Diante disso, o que se visualizou foram complexas e imbricadas redes co-comunitárias, cujo funcionamento opera destinando recursos (algumas vezes excedentes) intra-rede, entre diferentes projetos e comunidades, mas também extra-rede em cuja ponta estavam os contemplados pelas ações de enfrentamento pandêmico. As redes vivas e insurgentes pandêmicas aqui cartografadas, ganham corpo a partir das ações dos projetos: A Voz do Lins, ONG Casa de Santa Ana, Jaca contra o Corona, Frente CDD, Frente de Mobilização da Maré, Rocinha Resiste, Movimento de Pessoas Solidárias (MPS) e Frente Cavalcanti.

Elas também reúnem algumas especificidades tais como: são heterogêneas, não vindo a apresentar pontos de homogeneidade, são necessariamente coletivas, também contam com recursos provenientes de outros setores da sociedade civil, como a iniciativa privada, assim como mantém diálogos – de oposição e também de consonância com a gestão da prefeitura do Rio, são compostas por diversos eixos singulares, mas nunca individuais de movimentações entre comunidades versados na alteridade (JACQUES, 2012) e solidariedade (COSTA; MENDES, 2014).

Além disso, outro aspecto emergente do campo da pesquisa que evidenciou esta potente rede de “exageros”, está no fato de que a principal estratégia de enfrentamento comunitário reside na questão da fome e de possibilitar ao outro ter o que comer. Para tal, as referidas redes engajam-se ações como doação de alimentos, como quentinhas, cestas de alimentos, cartões alimentação, porque o “remédio” para a fome é a comida. Não há outro. As discussões do campo acerca da fome ramificaram na importância da segurança e autonomia alimentar das pessoas em territórios de comunidade contempladas pelo projeto. Porque, por mais que seja importante que eles se alimentem (e isso, é, em parte uma demanda atendida pelos projetos), mais importante ainda é que possam se alimentar sem ajuda de outrem, ou seja, autonomamente, e que saibam quando farão a próxima refeição sem que precisem racionar as cestas de alimentos que recebem. Ter autonomia alimentar prediz um direito assegurado.

Além disso, os encontros resultantes do trabalho de campo fizeram surgir temáticas outras, relativas ao pré-pandêmico e que se reatualizam com a pandemia, como a violência em territórios de comunidades, de que formas a mudança da gestão da Prefeitura do Rio

influenciou em suas atividades, e também no quanto o que fazem é limitado pela falta de políticas públicas pautadas no diálogo com comunidades e favelas.

Durante as entrevistas conduzidas em campo, duas das perguntas do roteiro de entrevistas questionavam os colaboradores de pesquisa acerca dos aspectos positivos e negativos das atividades pandêmicas. Alguns dos aspectos positivos reúnem aspectos como: maior visibilidade das ações empreendidas no bairro; novos projetos visando a descentralização das movimentações políticas para além do grupo ao qual a entrevistada compõe; assim como ganhos pessoais em função das ocupações pandêmicas. Já os aspectos negativos remetem à invisibilidade das ações no bairro; ao fato do Estado deixar lacunas em suas ações; além de conflitos no interior desses projetos.

Enquanto um projeto cartográfico que tem como compromisso lançar luz às linhas de fuga (DELEUZE; PARNET, 1998) pandêmicas que afirmam e advogam por noções de que viver é urgente, é potência da vida enquanto estratégia diante da aniquilação pela fome, pelo desemprego, pela violência policial das operações nas favelas, pela desinformação, pela perversidade dos esquemas escusos e milionários de compra das vacinas; topar uma proposta dessas não é tarefa fácil.

Se o corpo da pesquisadora-cartógrafa foi, e segue sendo material de pesquisa a fim de que seja ele o – médium – mediador entre o fora e o dentro, os afetos tristes adentram pelas mesmas porosidades aos quais adentram os afetos felizes, de maneira que foi necessário a todo o tempo, lançar mão de estratégias para lidar com os afetos tristes das narratividades pandêmica. Se em qualquer outro contexto escrever essa dissertação já não seria fácil, e se o pandêmico com sua capacidade inerente de intensificar tudo o que encontra, torna os afetos tristes mais paralisantes, mais difíceis de serem dirimidos, quem dirá a missão de corporificar, e assentar a mestra em "Psicossociologia com/para comunidades e Ecologia Social" e os percursos dela.

Por fim, embora não se tenha buscado diretamente responder à indagação deleuziana acerca do que podem os sujeitos enquanto conjunto de forças que resistem (DELEUZE, 1988), quaisquer movimentações nesse sentido produzem pistas que intervêm na realidade pandêmica, fazendo ondular a malha social de outras maneiras, produzindo outras forças, nômades, versadas na importância dos "exageros" enquanto pactos de vida, de resistência e de oposição às necropolíticas e a seus efeitos necropandêmicos.

Viver o pandêmico é viver o processo violento da desterritorialização coletiva ao qual nos exigem as circunstâncias do período atual. É entender que o luto não se encerra em como nos sentimos em relação aos vitimados pela COVID, mas este também é passível de ser sentido pelo mundo ao qual vamos nos despedindo. Se o luto que rizomiza e se afirma como luta é estratégia das máquinas de guerra de uma solidariedade favelada em territórios de comunidade, é preciso continuar lutando contra todas as formas de dominação para que, como sugere Paulo Freire (1992), nossa capacidade de esperar, em luta, não seja titubeadada. Que possamos esperar e lembrar da necropandemia para que esta não seja esquecida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA-FILHO, N. Pandemia de COVID-19 no Brasil: equívocos estratégicos induzidos por retórica negacionista. In: SANTOS, A. O.; LOPES, L. T. (Org.). **COVID-19 - Volume 1: Principais elementos**. Brasília: Conselho Nacional de Secretários de Saúde, p. 214-225, 2021.

BARROS; L. M. R.; BARROS, M. E. B. O problema da análise na pesquisa cartográfica. In: PASSOS, E; KASTRUP, V.; TEDESCO, S. (Org). **Pistas do método da cartografia: a experiência da pesquisa e o plano comum**. Porto Alegre: Sulina, p.175-202, 2016.

BARROS, L. P.; KASTRUP, V. Cartografar é acompanhar processos. In: PASSOS, E; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (Org). **Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, p.52-75, 2015.

BARROS, R. B. **Grupo: a afirmação de um simulacro**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

BASTOS, C. P. S.; ROCHA, M. Territórios em comum nas políticas públicas: Psicologia e Assistência Social. **Psicol. Soc.**, v. 23, n.3, p. 634-636, 2011.

BRASIL. Medida provisória nº 936, de 1 de abril de 2020. Institui o Novo Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda e dispõe sobre medidas complementares para o enfrentamento das consequências da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19) no âmbito das relações de trabalho.. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1. abr. 2020. Seção 1, p. 1.

BUSS, P. M.; PELLEGRINI FILHO, A. **PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, n.17, v.1, p.77-93, 2007.

BUTLER, J. Quando a economia se torna o berro agonizante dos eugenistas. *Le Monde Diplomatique – Brasil*, 2020. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/quando-a-economia-se-torna-o-berro-agonizante-dos-eugenistas/?fbclid=IwAR0uRlvrootQG1ILNoCk9D5K5i>>. Acesso em 26. abr. 2022.

CAMARGO, D. R., PELACANI, B. C.; COSTA, S. L. Psicossociologia com comunidades: suleando caminhos sentipensantes. **I Colóquio Latino Americano sobre Insurgências Decoloniais, Psicologia e os Povos Tradicionais**. Brasil, 2020.

CAMARGO, D. R.; PELACANI, B.; FARIA, R. S.; MIRANDA, C.; COSTA, S. L. Psicossociologia com comunidades: abordagens sentipensantes como emergência na América Latina. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, n.16, v.2, São João del-Rei, p. 2-17, 2021.

CAMPOS, R. T. O; CAMPOS, G.W.S. Co-construção de autonomia: o sujeito em questão. In: CAMPOS, G.W.S. et al. **Tratado de Saúde Coletiva**. São Paulo: Hucitec, p.669-688, 2006

CAPONI, S. COVID-19 no Brasil: entre o negacionismo e a razão neoliberal. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 34, n. 99, p. 209-224, 2020.

CAVAGNOLI, M.; MAHEIRIE, K. A cartografia como estratégia metodológica à produção de dispositivos de intervenção na Psicologia Social. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 32, n. 1, p. 64-71, 2020.

CORREIA, R.; GONÇALVES, M. (2021). Terapia ocupacional e o direito à cidade. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, 2021.

COSTA, L. A; ANGELI, A. A. C; FONSECA, T. M. G. *In: Cartografar*. FONSECA, T. M. G, NASCIMENTO, L. M.; MARASCHIN, C. (Orgs). **Pesquisar na diferença: um abecedário**. Porto Alegre: Sulina, p.45-48, 2012.

COSTA, S. L.; MENDES, R. (Org). **Redes Sociais Territoriais**. São Paulo: Editora da Universidade Federal de São Paulo - Ed. UNIFESP, 2014.

DELEUZE, G. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

_____. O que é um dispositivo. In: _____. **O mistério de Ariana**. Lisboa: Vega, 1996.

_____; GUATTARI, F.. **Mil platôs 1: capitalismo e esquizofrenia**. São Paulo: Ed. 34, 2ª edição, 2011.

_____.; GUATTARI, F. Primeira tarefa positiva da esquizoanálise. **O anti-édipo**. Trad. Luiz B. L. Orlandi. São Paulo: Ed. 34, p.426-450, 2010a.

_____. Segunda tarefa positiva da esquizoanálise. **O anti-édipo**. Trad. Luiz B. L. Orlandi. São Paulo: Ed. 34, p.451-506, 2010b.

DELEUZE, G; PARNET, C. Políticas. **Diálogos**. São Paulo: Ed. Escuta, p.145-157, 1998.

DIEESE. **Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos Março de 2021**. 2021. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/2021/202103cestabasica.pdf>>. Acesso em: 16. jul.2021.

FOUCAULT. M. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

_____. **História da Sexualidade I: vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1988

_____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

_____. **Segurança, território, população: Curso dado no Collège de France (1977-1978)**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FURTADO, R. N.; CAMILO, J. A. O. O conceito de biopoder no pensamento de Michel Foucault. **Rev. Subj.** vol.16, n.3, p. 34-44, 2016.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica**: cartografias do desejo. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

GOULART, C. M. A. Letramento e polifonia: um estudo de aspectos discursivos do processo de alfabetização. **Revista Brasileira de Educação**, n. 18, p. 5-21, 2001.

HUR, D. U. Micropolítica e ‘método esquizoanalítico de intervenção’. **Psicologia, política e esquizoanálise**. Campinas: Alínea, 2ª ed., p.41-46, 2019.

_____. Movimentos sociais nômades. **Psicologia, política e esquizoanálise**. Campinas: Ed. Alínea, 2ª ed, p.167-184, 2019.

_____. **Psicologia política da polarização e extremismos no Brasil - Neoliberalismo, crise e neofascismos**. In: Psicologia dos extremismos políticos. (Org.) _____; SABUCEDO, J. M. Petrópolis: Ed. Vozes, p.167-184, 2020.

JACQUES, P. B. **Elogio aos errantes**. Salvador: EDUFBA, p.1-331, 2012.

KASTRUP, V.; PASSOS, E. Cartografar é traçar um plano comum. **Fractal, Rev. Psicol.**, Rio de Janeiro: v. 25, n. 2, p. 263-280, 2013.

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MACHADO, A. F. Políticas públicas no Estado do bem-estar social e no liberalismo. **Direito em Debate**. Ano XI, n.20, p.73-98, 2003.

MANSANO, S. R. V.; CARVALHO, P. R.; CARVALHAES, F. F. Pandemia, governamentalidade e biopolítica: a vida em disputa. **Rev. psicol. polít.**, São Paulo , v. 21, n. 51, p. 305-321, 2021

MARTINS, L. A.; PEIXOTO JUNIOR, C. A. Genealogia do biopoder. **Psicologia & Sociedade**. v.21, n.2, p. 157-165, 2009

MBEMBE, A. **Necropolítica**. 3ª. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MERHY, E. E. O conhecer militante do sujeito implicado: o desafio de reconhecê-lo como saber válido. In: FRANCO, T. B.; PERES, M. A. A. (Org.). **Acolher Chapecó. Uma experiência de mudança do modelo assistencial, com base no processo de trabalho**. 1ª ed. São Paulo: Editora Hucitec, v. 1, p. 21-45, 2004

_____ et al. Rede básica, campo de forças e micropolítica: implicações para a gestão e cuidado em saúde. **Saúde debate**, Rio de Janeiro, v. 43, n.6, p. 70-83, 2019.

_____ et al. Redes vivas: multiplicidades girando as existências, sinais da rua, Implicações para a produção do cuidado e a produção do conhecimento em saúde. **Divulg. saúde debate**. Rio de Janeiro, n.52, p. 153-164, 2014.

MONTEIRO, C. A. Fome, desnutrição e pobreza: além da semântica. **Saúde e Sociedade**, v.12, n.1, p.7-11, 2003.

NEGRIS, A. Entre Biopolítica e Necropolítica: uma questão de poder. **Rev. Ítaca**, n. 36, p.79-102, 2020.

PASSOS, E; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. Apresentação. In: _____ (Org). **Pistas do método da cartografia**: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, p.7-16, 2015.

_____; EIRADO, A. Cartografia como dissolução do ponto de vista do organizador. In: _____; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (Org). **Pistas do método da cartografia**: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, p.109-130, 2015.

PELBART, P. P. **Vida capital**: ensaios de biopolítica. São Paulo: Iluminuras, 2003.

RAUTER, C. Clínica e violência: construções e problematizações para uma clínica do contemporâneo. In: TEDESCO, S.; NASCIMENTO, M. L. **Ética e subjetividade**: novos impasses no contemporâneo. Porto Alegre: Sulina, 2009.

_____. Clínica Transdisciplinar: Afirmação da multiplicidade em Deleuze/Spinoza. **Revista Trágica**: estudos de filosofia da imanência. Vol. 8, n. 1, p.45-56, 2015.

SIMAS, L. A. **O corpo encantado das ruas**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2019.

RIBEIRO-SILVA, R. C. et al. Implicações da pandemia COVID-19 para a segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva [online]**. v.25, n.9, p. 3421-3430, 2020.

ROLNIK, S. **Cartografia Sentimental**: transformações contemporâneas do desejo. 2ª ed. Porto Alegre: Sulina, 2006.

_____. **Esferas da insurreição**: notas para uma vida não cafetinada. São Paulo: n-1 edições, 2018.

_____. Geopolítica da cafetinagem. In: FURTADO, B.; LINS, D. (Org.) **Fazendo rizoma**: pensamentos contemporâneos. São Paulo: Hedra, p.25-44, 2008.

_____. Políticas da hibridação: evitando falsos problemas. In: **Cadernos de Subjetividade**. Núcleo de Estudos e Pesquisas da Subjetividade do Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Clínica. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2010.

RANCIÈRE, J. **A partilha do sensível**: estética e política. São Paulo: Ed. 34, 2009.

ROSSI, A.; PASSOS, E. Análise institucional: revisão conceitual e nuances da pesquisa-intervenção no Brasil. **Rev. Epos**, Rio de Janeiro, v. 5, n.1, p. 156-181, 2014.

ROSSI, P.; MELLO, G. Choque recessivo e a maior crise da história: A economia brasileira em marcha à ré. Centro de Estudos de Conjuntura e Política Econômica - IE/UNICAMP. **Nota do Cecon**, n.1, 2017.

SAIDÓN, O. **Devires da clínica**. São Paulo: Hucitec, 2008.

SANTOS, M. C. S et al. Programa Bolsa Família e indicadores educacionais em crianças, adolescentes e escolas no Brasil: revisão sistemática. **Ciência & Saúde Coletiva**. n.24, v. 6, 2019.

SANTOS, M. P. A. et al. População negra e Covid-19: reflexões sobre racismo e saúde. **Est. Avançados**, n. 34, v.99, p. 225-243, 2020

SOARES, L. B. ; MIRANDA, L. L. Produzir subjetividades: o que significa? **Est. Pesq. Psic.** Rio de Janeiro: UERJ, n.2, ano 9, p.408-424, 2009.

SOUSA, K.M. Discurso e biopolítica na sociedade de controle. In TASSO, I.; NAVARRO, P., (Org) Produção de identidades e processos de subjetivação em práticas discursivas. [online]. Maringá: Eduem, p.41-55, 2012

SQUIRE, C. O que é narrativa? **Civitas - Revista de Ciências Sociais**. v.14, n. 2, p. 272-284, 2014.

VALLADARES, L. A gênese da favela carioca. A produção anterior às ciências sociais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 15, n. 44, p. 05-34, 2000.

ANEXOS

ANEXO I - ROTEIRO DE ENTREVISTA

ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM MORADORES DE COMUNIDADES, INTEGRANTES DE ONGs, COLETIVOS E PROJETOS DE ENFRENTAMENTO À PANDEMIA DA COVID-19 EM COMUNIDADES NO RIO DE JANEIRO

Nome:

Data da entrevista:

Contatos (Tel./E-mail):

É maior de 18 anos?

1. Em qual comunidade, ONG (organização não-governamental), programa, projeto ou coletivo você está/esteve inserida(o)? Há quanto tempo?
2. Poderia descrever um pouco das atividades realizadas? (recolhimento e distribuição de alimentos, água, máscaras, álcool em gel, entre outros)
3. Como elas contribuem para a vida da comunidade atendida?
4. Como você avalia os impactos das ações desenvolvidas pelo projeto na vida das pessoas assistidas?
5. Quais os aspectos positivos?
6. E negativos?
7. Que outras comunidades que também empreenderam projetos ou movimentações de enfrentamento à pandemia você conhece?
8. Há outras observações que deseja fazer?

ANEXO II - REGISTRO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

REGISTRO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Informações aos participantes

1. Título do protocolo do estudo: Micropolíticas do “Exagero”: enfrentamento à pandemia da COVID-19 no Rio de Janeiro

2. Convite

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa denominada **Micropolíticas do “Exagero”: enfrentamento à pandemia da COVID-19 no Rio de Janeiro**, conduzida para fins de conclusão de mestrado no programa de Pós-graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social. Antes de decidir se participará, é importante que você entenda porque o estudo está sendo feito e o que ele envolverá. Reserve um tempo para ler cuidadosamente as informações a seguir e faça perguntas se algo não estiver claro ou se quiser mais informações. Não tenha pressa de decidir se deseja ou não participar desta pesquisa.

3. O que é o projeto?

O projeto consiste no rastreamento e investigação de iniciativas comunitárias de enfrentamento à pandemia do coronavírus no Rio de Janeiro.

4. Qual é o objetivo do estudo?

Apostando na importância e urgência da vida, o estudo investiga medidas comunitárias de enfrentamento à pandemia do coronavírus. Entre outras atividades, pretendemos rastrear e conversar com pessoas envolvidas em estratégias comunitárias de enfrentamento das políticas de morte e à pandemia de covid-19 em comunidades no Estado do Rio de Janeiro.

5. Por que eu fui escolhido(a)?

Você foi selecionado por ser morador(a) de comunidade/ líder comunitário(a)/ integrante de projeto/ integrante de coletivo atuante em comunidade localizada no Rio de Janeiro e/ou participar de iniciativas de enfrentamento à pandemia de covid-19 em comunidades no Rio de Janeiro. Cabe ressaltar que sua participação nessa pesquisa é voluntária, e será realizada de acordo com sua vontade e mediante sua autorização.

6. Eu tenho que participar?

Você é quem decide se gostaria de participar ou não deste estudo/pesquisa. Se decidir participar do projeto **Micropolíticas do “Exagero”: enfrentamento à pandemia da COVID-19 no Rio de Janeiro**, você deverá assinar este Registro e receberá uma via assinada pelo pesquisador, a qual você deverá guardar. Mesmo se você decidir participar, você ainda tem a liberdade de se retirar das atividades a qualquer momento, e sem qualquer justificativa. Isso não afetará em nada sua participação em demais atividades e não causará nenhum prejuízo.

7. O que acontecerá comigo se eu participar? O que eu tenho que fazer?

Responder seja por escrito, ou seja, a partir de uma conversa previamente agendada com a pesquisadora (o que for mais conveniente para você), onde a mesma fará algumas perguntas levantadas pela pesquisadora através de um questionário semiestruturado, ou mesmo através de conversa(s) informal(is), a respeito da sua participação e envolvimento em projetos ou estratégias comunitárias de enfrentamento à pandemia de covid-19.

8. O que é exigido de mim nesse estudo além da prática de rotina?

Será necessário somente o desejo de participar da pesquisa, de forma que você não precisará de nada além de assinar este RCLE e conceder a entrevista.

9. Eu terei alguma despesa ao participar da pesquisa?

O participante não terá nenhum tipo de despesa ao participar da pesquisa.

10. Quais são os eventuais riscos ao participar do estudo?

De acordo com as Resoluções 466 e 510 do Conselho Nacional de Saúde, todas as pesquisas envolvem riscos, ainda que mínimos. Desta forma, os eventuais riscos que o participante pode vir a ter são, por exemplo, algum desconforto ou constrangimento causados pelas perguntas realizadas na entrevista ou pela cartografia que estará sendo feita pelo pesquisador. Tendo isso em vista, reitero a possibilidade de a qualquer momento do estudo o participante poder se retirar. A presente pesquisa também respeita e segue à risca os princípios éticos da Psicologia. Além disso, devido à pandemia de covid-19, os possíveis riscos à saúde inerentes às interações co-presenciais necessárias à realização de entrevistas. Conforme as "Orientações para condução de pesquisas e atividade dos CEPs durante a pandemia provocada pelo coronavírus SARS-CoV-2" (de 01/04/2020), do Ministério da Saúde, haverá a adoção de medidas para a prevenção e gerenciamento de todas as atividades de pesquisa, garantindo-se as ações primordiais à saúde, minimizando prejuízos e potenciais riscos, além de prover cuidado e preservar a integridade e assistência dos participantes e da equipe de pesquisa." E ainda: em

observância às dificuldades operacionais decorrentes de todas as medidas impostas pela pandemia do SARS-CoV-2, zelaremos pelo melhor interesse do participante da pesquisa, mantendo-o informado sobre as modificações do protocolo de pesquisa que possam afetá-lo, principalmente se houver ajuste na condução do estudo, cronograma ou plano de trabalho.

11. Quais são os possíveis benefícios de participar?

Contribuir para a documentação de um momento histórico e com o avanço das discussões e reflexões acerca dos impactos da pandemia do novo coronavírus, tanto a curto, quanto a longo prazo, sobretudo no que se refere a tais impactos em comunidades cariocas.

12. O que acontece quando o estudo termina?

Após a finalização do estudo, haverá uma devolutiva, onde, não só os resultados, mas como a pesquisa, em si, serão divulgados pela pesquisadora.

13. E se algo der errado?

A pesquisa oferece risco mínimo e somente será realizada com seu consentimento. Ainda assim, você pode retirá-lo, ou se retirar, em qualquer fase da pesquisa caso não se sinta confortável ou se arrependa da sua participação. Isso não gerará nenhum prejuízo, e você não precisa fornecer nenhum tipo de justificativa para tal.

14. Minha participação neste estudo será mantida em sigilo?

No ato da entrevista/conversa com a pesquisadora, você será questionada(o) se deseja que sua participação seja sigilosa. Caso a resposta seja afirmativa, sua contribuição para essa pesquisa será feita sob total sigilo e sem divulgação de quaisquer informações que possibilitem sua identificação.

Contato para informações adicionais

Dados do(a) pesquisador(a) responsável: *Maira Bruna Monteiro Santana – Telefone: (21) 96991-9124 – E-mail: maira.mbm@gmail.com*

Dados da Instituição Proponente: *Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social - EICOS – Instituto de Psicologia – UFRJ (Campus Praia Vermelha) – Av. Pasteur 250, Botafogo Rio de Janeiro – RJ, CEP-22290-250 – Telefone: (21) 3938-5319 – E-mail: secretariaeicos@gmail.com*

Dados do CEP: *Comitê de Ética em Pesquisa do CFCH – Campus da UFRJ da Praia Vermelha – Prédio da Decania do CFCH, 3º andar, Sala 30 – Telefone: (21) 3938-5319 – E-mail: cep.cfch@gmail.com*

O Comitê de Ética em Pesquisa é um colegiado responsável pelo acompanhamento das ações deste projeto em relação a sua participação, a fim de proteger os direitos dos participantes desta pesquisa e prevenir eventuais riscos.

15. Remunerações financeiras

Nenhum incentivo ou recompensa financeira está previsto pela sua participação nesta pesquisa.

Obrigado por ler estas informações. Se deseja participar deste estudo, assine este Registro de Consentimento Livre e Esclarecido e devolva-o ao(à) pesquisador(a). Você deve guardar uma via deste documento para sua própria garantia.

1 – Confirmando que li e entendi as informações sobre o estudo acima e que tive a oportunidade de fazer perguntas.

2 – Entendo que minha participação é voluntária e que sou livre para retirar meu consentimento a qualquer momento, sem precisar dar explicações, e sem sofrer prejuízo ou ter meus direitos afetados.

3 – Concordo em participar da pesquisa acima.

Nome do participante: _____

Assinatura do participante: _____

Data: ____/____/____

OBS: Duas vias devem ser feitas, uma para o usuário e outra para o pesquisador.

ANEXO III - PARECER APROVADO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

UFRJ - CENTRO DE FILOSOFIA
E CIÊNCIAS HUMANAS DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO
RIO DE JANEIRO



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: MICROPOLÍTICAS DO "EXAGERO": ENFRENTAMENTO À COVID-19 EM COMUNIDADES NO RIO DE JANEIRO

Pesquisador: Maira Bruna Monteiro Santana

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 45347021.7.0000.5582

Instituição Proponente: DECANATO DO CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.738.193

Apresentação do Projeto:

O projeto consiste no rastreamento e investigação de iniciativas comunitárias de enfrentamento à pandemia do coronavírus no Rio de Janeiro. Nesse sentido, a pesquisa procura compreender o que a pandemia do covid-19 faz ver e faz falar das micropolíticas do "exagero" em comunidades do Rio de Janeiro a partir da perspectiva metodológica da cartografia psicossocial

Objetivo da Pesquisa:

Objetiva-se compreender o que a pandemia do covid-19 faz ver e faz falar das micropolíticas do "exagero" em comunidades cariocas. Além disso a pesquisa procura: 1) Analisar as políticas de morte – necropolítica e "necropandemia" – a partir de documentos oficiais, notícias de veiculação midiática, falas, políticas públicas, portarias ministeriais, etc.; 2) Cartografar as iniciativas comunitárias de enfrentamento à pandemia do covid19 em algumas comunidades do Rio de Janeiro; 3) Analisar como as iniciativas comunitárias permitem

Objetivo da Pesquisa:

Objetiva-se compreender o que a pandemia do covid-19 faz ver e faz falar das micropolíticas do "exagero" em comunidades cariocas. Além disso a pesquisa procura: 1) Analisar as políticas de morte – necropolítica e "necropandemia" – a partir de documentos oficiais, notícias de veiculação midiática, falas, políticas públicas, portarias ministeriais, etc.; 2) Cartografar as iniciativas comunitárias de enfrentamento à pandemia do covid19 em algumas comunidades do Rio de Janeiro; 3) Analisar como as iniciativas comunitárias permitem possibilidades outras de políticas de vida e não de morte.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Tanto as "Informações básicas do projeto" quanto o RCLE apresentam de forma clara os riscos e os benefícios da pesquisa.

Endereço: Av Pasteur, 250-Praia Vermelha, prédio CFCH, 3º andar, sala 30
Bairro: URCA CEP: 22.290-240
UF: RJ Município: RIO DE JANEIRO
Telefone: (21)3938-5167 E-mail: cep.cfch@gmail.com

Página 01 de 03

UFRJ - CENTRO DE FILOSOFIA
E CIÊNCIAS HUMANAS DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO
RIO DE JANEIRO



Continuação do Parecer: 4.738.193

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa apresenta de forma clara seus objetivos e questões. Também se preocupa com aspectos éticos fundamentais, como o sigilo e o anonimato, além de expor seus riscos e benefícios.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os termos estão de acordo com as exigências.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

As pendências da versão anterior foram sanadas, e o projeto está aprovado.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1725111.pdf	05/05/2021 19:18:23		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	RCLE_Maira_Monteiro_CORRIGIDO.pdf	05/05/2021 19:15:59	Maira Bruna Monteiro Santana	Aceito
Folha de Rosto	folhaDeRosto_Maira_Monteiro.pdf	07/04/2021 20:26:25	Maira Bruna Monteiro Santana	Aceito
Cronograma	Cronograma_Maira_Monteiro.pdf	07/04/2021 20:02:19	Maira Bruna Monteiro Santana	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_Detalhado_CEP_Maira_Monteiro.pdf	07/04/2021 20:00:58	Maira Bruna Monteiro Santana	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

M... ..

Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_Detalhado_CEP_Maira_Monteir o.pdf	20:02:19 07/04/2021 20:00:58	Santana Maira Bruna Monteiro Santana	Aceito
---	--	------------------------------------	--	--------

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

<p>Endereço: Av Pasteur, 250-Praia Vermelha, prédio CFCH, 3º andar, sala 30 Bairro: URCA CEP: 22.290-240 UF: RJ Município: RIO DE JANEIRO Telefone: (21)3938-5167 E-mail: cep.cfch@gmail.com</p>

Página 02 de 03

UFRJ - CENTRO DE FILOSOFIA
E CIÊNCIAS HUMANAS DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO
RIO DE JANEIRO



Continuação do Parecer: 4.738.193

UFRJ - CENTRO DE FILOSOFIA
E CIÊNCIAS HUMANAS DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO
RIO DE JANEIRO



Continuação do Parecer: 4.738.193

RIO DE JANEIRO, 27 de Maio de 2021

Assinado por:
ERIMALDO MATIAS NICACIO
(Coordenador(a))